



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**EKEDJIS MIRINS NO CANDOMBLÉ: A RELAÇÃO ENTRE A
INFÂNCIA E A RESPONSABILIDADE DENTRO DO TERREIRO**

MARIANA DE MONTREUIL TROTTA

Sob a Orientação do Professor

Renato Nogueira dos Santos Junior

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Fevereiro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T858e Trotta, Mariana de Montreuil , 1994-
 Ekedjis mirins no candomblé: a relação entre a
 infância e a responsabilidade dentro do terreiro /
 Mariana de Montreuil Trotta. - Seropédica; Nova
 Iguaçu, 2023.
 104 f.: il.

 Orientador: Renato Nogueira dos Santos Junior.
 Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
 Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
 Populares, 2023.

 1. Ekedjis. 2. Candomblé. 3. Infância. 4. Educação.
 I. Junior, Renato Nogueira dos Santos , 1972-,
 orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
 Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação,
 Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
 Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 248 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.015720/2023-05

Seropédica-RJ, 16 de março de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

MARIANA DE MONTREUIL TROTTA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/02/2023

Membros da banca:

RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS JUNIOR. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

CLAUDIA MIRANDA. Dra. (Examinadora Externa à Instituição).

LUCIANA PIRES ALVES. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

LUÍS PAULO CRUZ BORGES. Dr. (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 21/03/2023 22:04)
RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS JUNIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1306589

(Assinado digitalmente em 17/03/2023 09:50)
LUIS PAULO CRUZ BORGES
CPF: 122.150.517-36

(Assinado digitalmente em 22/05/2023 14:37)
LUCIANA PIRES ALVES
CPF: 082.214.887-04

(Assinado digitalmente em 04/07/2023 13:16)
CLAUDIA MIRANDA
CPF: 839.681.057-53

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **248**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **16/03/2023** e o código de verificação: **096b371ae5**

DEDICATÓRIA

Dedico a todos aqueles que me ajudaram direta ou indiretamente, contribuindo assim para a construção deste trabalho.

De maneira especial à minha mãe Nildes Pinheiro e a minha eterna orientadora Claudia Miranda por serem exemplos de mulheres a qual me inspiro todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi um presente dos meus Orixás e agradeço a eles por ter conseguido vencer mais essa etapa. Fazer o mestrado durante a pandemia da COVID-19 foi um desafio enorme pelo cenário tenebroso que vivemos. Mas graças a eles, tive forças e determinação para concluir esse trabalho que significa muito para mim.

Agradeço a minha família que é composta em sua maioria por mulheres pretas e que são inspiração de luta e resistência nessa sociedade racista que vivemos. Sou a primeira a concluir a graduação em uma instituição federal e também a ingressar no mestrado, então, essa conquista também é por elas e pelas nossas ancestrais. Menciono aqui também minhas amigas e amigos pelo apoio e incentivo para concluir o mestrado. E a minha outra família, de axé, pelas trocas com eles aprendo cada vez mais sobre o sagrado e essa união que os Orixás nos deram para uns com os outros.

Aos que já se foram, como meu pai Frederico, 'Kiko', e também ao meu primeiro babalorixá José Flávio Pessoa de Barros. Ambos partiram quando era nova e não presenciaram mais esse episódio. Ao José Flávio, fica minha gratidão por ter me apresentado a melhor parte de mim, meus Orixás, e também ter vivido o privilégio de ter sido escolhida por seu Orixá como sua *ekedji*. Essa dissertação tem muito das nossas histórias e um pouco do nosso amor.

À Marta Ferreira, *Iyákèkèrè* do *Ilè Asè Omi Larè Iyà Sagbà*, e também ao babalorixá Daniel *Ti Yemònjá* por terem aberto as portas do *ilê* e pela receptividade que tiveram comigo e minha mãe das vezes que estive por lá para a pesquisa, assim como as mães das meninas entrevistadas pela confiança de permitirem contar as histórias de suas filhas. E a toda comunidade do terreiro. Me senti muito bem acolhida por todas e todos.

Agradeço a minha banca por terem aceito fazer parte desse momento. Ao meu orientador Renato Nogueira, que nos conhecemos de forma despreziosa, mas nossos caminhos se cruzaram no mestrado. Obrigada pela paciência e empatia quando precisei durante esse período sombrio que vivenciamos. A Luciana pelas trocas no grupo de pesquisa de forma remota, mas que foram fundamentais para manter o foco. Ao Luís Paulo, *dofonitinho D'Oxum* do meu *ilê*, pelas vivências dentro e fora do terreiro. Agradeço por poder estarmos presentes em momentos únicos na vida um do outro. E por fim, a minha eterna orientadora Claudia Miranda. Um presente que ganhei na faculdade e que nossas relações transcenderam. Se hoje estou no mestrado, ela teve grande influência pelo que construímos na graduação, por sempre me incentivar e nunca ter deixado eu desistir como cogitei diversas vezes.

Para encerrar, não posso deixar de agradecer imensamente a minha mãe Nildes. Sem ela não teria conseguido concluir o mestrado. Minha mãe é exemplo de resistência e resiliência. Me criou sozinha e nunca me deixou faltar nada, principalmente amor. Ela é minha energia vital e devo tudo a ela. Obrigada por sempre estar ao meu lado e espero poder te dar muito orgulho.

*Até que os leões tenham suas histórias,
os contos de caça glorificarão sempre o caçador
(Provérbio africano)*

RESUMO

TROTTA, Mariana de Montreuil. **EKEDJIS MIRINS NO CANDOMBLÉ: a relação entre a infância e a responsabilidade dentro do terreiro.** 2023. 104p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Neste projeto, o intuito é mostrar a relação de meninas que ganharam cargo de ekedjis dentro de terreiros de Candomblé ainda na infância e passaram a assumir essa responsabilidade. Relatar como lidam com o cargo, as aprendizagens adquiridas, a relação com os demais membros da instituição religiosa e principalmente como coincidem as obrigações de suas funções com o desejo de brincar nesses espaços. Ainda sobre essa temática, objetivou-se entender a importância do caráter brincante como ferramenta de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo. Ser ekedji, é um cargo exclusivamente feminino, muito respeitado e de extrema importância nas casas de axé que requer muita dedicação, comprometimento, abdicar de compromissos pessoais, dentre outros. A metodologia abordada consiste em métodos quantitativos, através do estado da arte, análises bibliográficas sobre a história do Candomblé e suas estruturas hierárquicas, aprofundamento sobre os conceitos e diferentes percepções sobre a infância, aprofundou-se a respeito das ekedjis e toda a complexidade que envolve o cargo, tudo isso com o diálogo das *escrevivências* da autora, com destaque aos relatos de duas meninas que são ekedjis em um terreiro de Candomblé localizado na Baixada Fluminense – RJ, por meio de uma entrevista com escuta sensível, respeitosa e instigantes sobre suas vivências, anseios e desejos futuros.

Palavras Chave: Ekedjis, Candomblé, Infância, Educação.

ABSTRACT

TROTTA, Mariana de Montreuil. **YOUNG EKEDJIS IN CANDOMBLÉ: the relationship between childhood and responsibility within the religious space.** 2023. 104p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

In this project, the aim is to show the relationship between girls who gained the position of ekedjis within Candomblé terreiros when they were still children and began to assume this responsibility. Report how they deal with their role, the learning they have acquired, and their relationship with other members of the religious institution and especially how the obligations of their roles coincide with the desire to play in these spaces. Still on this topic, the objective was to understand the importance of the playful character as a tool for learning and cognitive development. Being an ekedji is an exclusively female position, highly respected and extremely important in axé houses that requires a lot of dedication, commitment, giving up personal commitments, among others. The methodology covered consists of quantitative methods, through the state of the art, bibliographical analyzes on the history of Candomblé and its hierarchical structures, deepening the concepts and different perceptions about childhood, delving deeper into the ekedjis and all the complexity that involves the position, all of this with the dialogue of the author's writings, with emphasis on the reports of two girls who are ekedjis in a Candomblé terreiro located in Baixada Fluminense – RJ, through an interview with sensitive, respectful and thought-provoking listening about their experiences, future hopes and desires.

Keywords: Ekedjis, Candomblé, Childhood, Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – Ekedjis Mirins em terreiro de Candomblé: Levantamento bibliográfico	17
1.1 Mapeamento a partir dos dados.....	19
1.2 O que dizem as pesquisas sobre Criança de Axé; Terreiro; Candomblé e Ekedji; Ekedí; Equede?.....	22
1.2.1 Subgrupo 1: Pesquisas que abordaram Criança de Axé; Terreiro; Candomblé.....	23
1.2.2 Subgrupo 2: Pesquisas que abordaram Ekedji, Ekedí; Equede.....	31
CAPÍTULO II - Entre a função religiosa de Ekedjis e o caráter brincante da infância	35
2.1 O papel das ekedjis no terreiro de candomblé.....	35
2.1.2 A formação e divisão da comunidade.....	37
2.1.3 Quem são e o qual o papel das Ekedjis?.....	40
2.2 Infância e responsabilidade: a brincadeira na vida das crianças.....	46
CAPÍTULO III – Conversando com ekedjis mirins	57
3.1. <i>ODÒ ÌYÁ! Yemojá</i> , a mãe de Èṣù.....	57
3.2. Ekedjis Lara’s, as mães de Logun Edè.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

INTRODUÇÃO

Pesquisar algo relacionado ao Candomblé sempre foi um desejo, mas não sabia exatamente o quê. Essa temática vem crescendo cada vez mais e por isso, buscar a originalidade era um desafio. Investigar meninas que ganharam cargo de *ekedji* durante a infância surgiu a partir da minha vivência, isto é, quando tinha apenas nove anos de idade fui suspensa¹ como *ekedji* pelo Oxaguiã² do babalorixá José Flávio Pessoa de Barros³. O meu contato com a religião havia sido um pouco antes, quando tinha aproximadamente seis anos de idade, mas minha relação com o Candomblé inicialmente não foi a das melhores. Por não me explicarem muitas coisas e ser uma religião muito visual, tinha medo de ver as pessoas incorporadas nos Orixás, principalmente minha mãe. Meu maior pânico era ver as mulheres chegando ao terreiro com seus enormes cabelos e depois de um tempo ter que raspá-los por completo. Tais coisas fizeram com que eu não criasse um vínculo com a religiosidade de imediato.

O amor pelo Candomblé e tudo que envolve foi sendo construído aos poucos, principalmente com a proximidade ao babalorixá. Sempre que podia, José Flávio me chamava junto a ele e me contava os *itãs* (histórias) dos Orixás, explicava dentro das possibilidades o processo de iniciação, os jogos de búzios etc. Por ser muito curiosa, sempre tive o desejo que ele jogasse búzios para mim com duas finalidades: uma delas era saber como era feito e a outra especialmente para descobrir se eu era ou não *ekedji*, e esse desejo era somente por saber que não era necessário raspar os cabelos quando “iniciada”, mas não imaginava a responsabilidade que acompanhava ao cargo.

Conforme relatado anteriormente, aos nove anos ganhei o tão sonhado cargo. Foi na festa do Pilão, celebrada ao orixá Oxaguiã que vinha ser o do pai de santo. Eu estava dormindo em um dos quartos do terreiro, pelo fato que as festas sempre varavam a noite e nunca conseguia assistir até o fim. O Orixá mandou que me acordassem, pois ele estava me escolhendo. Ao chegar na festa, meio atordoada, via nos rostos dos mais velhos o choro, o sorriso, uma emoção a qual eu não fazia a mínima ideia do que se passava. Foi somente no dia seguinte que me explicaram que tinha sido suspensa como *ekedji* de Oxaguiã, e do pai de santo. Na hora veio a felicidade em saber que eu era *ekedji*, o que significava que não precisaria raspar os cabelos,

¹ Termo utilizado quando um Orixá escolhe uma mulher para ser sua *ekedji*.

² *Òsógíyan* (Oxogüian) na mitologia iorubá é um jovem guerreiro, seria filho de Oxalufan.

³ José Flávio Pessoa de Barros foi um professor, escritor e babalorixá brasileiro. Autor de diversos livros sobre a religiosidade de matriz africana, Pessoa de Barros, faleceu, aos 66 anos de idade, no dia 30/05/2011 no Rio de Janeiro. Especialidades: Antropologia das Religiões, Religiões Afro-Brasileiras, Etnobotânica. (Wikipédia)

mas também a frustração em saber que não seria mais necessário o jogo de búzios, afinal, essa era a única dúvida que eu tinha aos nove anos.

A questão é que depois de receber o tão esperado cargo, minha vida no terreiro mudou completamente. Começando pela forma como as pessoas se dirigiam a mim. Deixaram de me chamar por Mariana e passou a ser *ekedji Mariana* (ou ‘ekedinha’ para os íntimos), me falavam de poderes que passaria a ganhar de “virar as pessoas no santo” e também “desvirá-las”, e isso incluía a minha mãe, ou seja, por um momento me vi numa posição de superioridade a pessoa a qual era minha maior autoridade. Além disso, começaram a me chamar para ver coisas que antes eu era vetada, as explicações passaram a ser um pouco mais detalhadas, entre outras coisas. E antes eu já era o xodó do pai de santo, ao tornar sua *ekedji* foi maior ainda. Entretanto, por mais que muitas coisas me fossem explicadas, me vi num novo dilema: o fato de ainda não ser confirmada⁴.

A cerimônia de confirmação é realizada quando as mulheres ganham o cargo de *ekedjis* e os homens o cargo de *ogã*. Neste processo, há o ritual interno onde envolvem as energias espirituais e caso a pessoa não entre em transe (‘virar no santo’), está ‘confirmado’ o seu cargo (*ekedji* ou *ogã*), por isso do nome da cerimônia. A pessoa com o cargo pode ser escolhida para ser *ekedji/ogã* de um Orixá de uma pessoa específica ou para os Orixás da casa. Isto é, eu fui escolhida para ser *ekedji* do Orixá do Oxaguiã do José Flávio, mas o Orixá poderia ter decidido que eu fosse *ekedji* de todos os Oxaguiã que viessem ser do nosso terreiro, e não exclusivamente a ele. Mas, quando se é *ekedji/ogã* de um Orixá, isso não nos restringe ao fato de prestar assistência a todos os outros. Afinal, nosso compromisso é com o axé.

A ideia de me confirmar enquanto *ekedji* foi algo que rendeu muita discussão. Pelo José Flávio poderia acontecer no ano seguinte, pela minha mãe tinha que esperar eu ter maturidade para assumir tal responsabilidade e por mim, poderia ser feito naquele momento, pois achava um máximo a ideia de assumir esse tal “poder”. No fim, a decisão obviamente foi a da minha mãe que vetou minha confirmação por ser “muito nova”. É muito comum responsáveis optarem por esperar a criança crescer, para fazer qualquer tipo de processo no Candomblé. Afinal, é um compromisso eterno que se assume com a religião, ainda mais quando se envolve toda a problemática vivida pelos praticantes, principalmente o preconceito, com isso, tomam essas atitudes como forma de proteção.

Aos meus dezesseis anos de idade, José Flávio faleceu e não tinha chegado a me confirmar. Escolheram um sucessor para a casa, mas minha mãe tomou a decisão de sair e

⁴ Confirmação é o nome do ritual aos *Ogãs* e *Ekedji* quando se iniciam.

consequentemente fui junto. Anos se passaram e com vinte e três anos, comecei a frequentar a casa de candomblé do rombono⁵ de José Flávio a qual estou até hoje. Nela dei continuidade ao que me foi concedido tão nova. Me tornei a primeira ekedji da minha atual casa e agora vivendo esse cargo na prática, tenho a consciência do porquê minha mãe ter optado por esperar meu amadurecimento. Vivenciar o tema da minha pesquisa sendo uma ekedji, foi um diferencial para que pudesse entender de fato a complexidade desta função para que então pudesse desenvolver uma escuta sensível com as meninas entrevistadas que falaremos mais a seguir.

Conforme relatado anteriormente, esse tema surgiu através da minha vivência dentro de um terreiro de Candomblé onde aos nove anos recebi o cargo de ekedji. A partir desse momento, minha relação com a religião mudou completamente, pois passei a ser visibilizada. Ganhei uma função a qual não mensurava a importância e suas responsabilidades, apenas via o lado conivente de não precisar raspar os cabelos na confirmação. Entretanto, mesmo que não tenha feito as cerimônias necessárias, muitas vezes me chamavam para as rezas, para os ritos religiosos, mesmo quando estava em momentos de lazer com meus colegas ou até mesmo tomando banho na cachoeira. Outra mudança ocorreu na minha relação com meus amigos que também sofreu impacto, uma vez que eu ocupava uma posição hierárquica e eles não.

Este marco foi fundamental para que me aproximasse da religião e passasse a compreendê-la. Todavia, embora não tenha me confirmado por decisão da minha mãe, como é a relação das outras meninas que também receberam esse cargo novas? Suas responsáveis tomaram a mesma atitude? Elas se confirmaram ainda crianças? O que mudou em suas vidas depois de receberem esse cargo? Tais indagações foram o que me motivaram a criar esse projeto.

Além disso, o intuito dessa pesquisa é apontar como a comunidade lida com essas crianças que são “mães”, pois como exemplifica a autora Stela Caputo

[...] no terreiro, a idade iniciática é definidora, ou seja, o tempo que a pessoa tem de santo é mais importante que a idade civil, e inverte a lógica adultocêntrica da sociedade, de forma geral, e das escolas, mais particularmente. Não significa dizer que os mais velhos não são importantes, pelo contrário, mas significa compreender que crianças e jovens são tão respeitados quanto (CAPUTO, Stela, 2015, p.780).

Ou seja, embora a autora mencione a idade iniciática, uma menina a qual possui o cargo de ekedji, pela hierarquia na religião possui privilégios que um iniciado, que chamamos de *iaô*, levará sete anos para conquistá-los ao tornarem *ebomi*. Outrossim, vale ressaltarmos que o Candomblé é conhecido por ser uma religião matriarcal, desta forma, em algumas casas as

⁵ Ser um rombono significa ser aquele que deu início, ou seja, o primeiro abiã iniciado no Candomblé por um babalorixá/iyalorixá, tornando-se o seu primeiro iaô.

ekedji possuem extrema importância por serem elas responsáveis de cuidar da comunidade, de administrar a casa e auxiliar o(a) zelador(a) de santo.

Nos últimos anos, 2005 a 2022, houve um crescimento expressivo de pesquisas relacionadas às religiões de matrizes africanas. São abordagens sobre intolerâncias religiosas que os praticantes sofrem tanto na sociedade quanto na escola, de Gustavo Jaime Filizola (2019) "*As crianças de candomblé e a escola: refletindo sobre o racismo religioso*"; pesquisas com foco nos ensinamentos dentro desses espaços religiosos, como traz a autora Jessyca Diniz Medeiros (2018) em "*Motumbà! Motumbà asè! Vivências musicais com crianças de candomblé: a partilha de saberes através da oralidade e corporeidade em um ilé de Juazeiro do Norte-CE*", sobre os Orixás e o povo de rua, como traz Mailson de Moraes Soares (2020) em "*Entre o barulho e o silêncio se faz a sabedoria... salve, D. Maria Padilha: na barra de sua saia o saber girante de uma educação que canta Belém – Pará 2020*" etc. Quando o assunto era voltado às crianças, o foco em sua maioria é o preconceito vivido ou sobre a iniciação de iaô, exemplificado pela autora Érica Jorge Carneiro (2018) em "*A infância afrodescendente: iniciação e socialização religiosas em um terreiro de candomblé jeje-nagô*", entre outros temas.

Além disso, o recorte sobre um gênero específico é ressaltar a importância da figura feminina nesta religião que tem como característica ser matriarcal. Isso está ligado ao fato de que no Brasil, a fundação da Casa Branca do Engenho Velho (*Ilê Axé Iyá Nassô Oká*) é considerada um marco institucional do candomblé. O Terreiro da Casa Branca foi fundado em Salvador-BA na década de 1830, fundado por lideranças femininas nagôs vindas das cidades de *Oyó* e *Ketu*. Trazidas para o Brasil na condição de escravizadas, as princesas *Iyá Detá* (1798), *Iyá Calá* (1807 a 1812) e *Iyá Nassô* (1830) comandaram os rituais em engenhos de cana-de-açúcar e tiveram de mudar seu endereço de culto por temerem a perseguição das autoridades da época, consolidando a Casa Branca nas terras do Engenho Velho do Rio Vermelho de Baixo, comandada por *Iyá Nassô*.

A valorização do trabalho feminino no candomblé redimensiona o papel da mulher tanto em uma esfera mística quanto no sentido social, de modo que o Candomblé acaba se configurando não apenas como uma possibilidade que a mulher negra tem para realizar-se religiosamente, mas também política e socialmente (DOS SANTOS, 2018), ou seja, a figura feminina nesses espaços religiosos tem uma representatividade desde a sua criação em solo brasileiro. Ainda de acordo com a mesma:

[...] é justamente esta miscelânea de representações em torno das construções de gênero o que garante um quadro mais amplo de papéis femininos, especialmente quando colocamos a representação mítica da mulher no candomblé lado a lado com outras religiões ocidentais, tais como o catolicismo ou o protestantismo cristão. No candomblé, assim como em outras religiões de matriz africana, polarizações

absolutas e estáticas tais como bem versus mal, positivo versus negativo, masculino versus feminino ou luz versus trevas não fazem sentido. Aspectos aparentemente opostos coexistem e não se anulam, entrelaçando-se em uma constante busca por equilíbrio e garantindo uma multiplicidade bastante complexa. (DOS SANTOS, 2018, p.54)

Entretanto, minha indagação é sobre mulheres que não recebem santo, as *ekedji*, em especial as meninas, pois muita das vezes o foco é sobre crianças *iaôs* por serem mais visibilizadas devido ao processo de iniciação no Candomblé, mas pouco se nota sobre esse grupo feminino que carrega um cargo tão importante para o funcionamento da religião. Que infâncias são essas vividas por elas? Afinal, “a infância é a emergência de um acontecimento que interrompe o fluxo corriqueiro das coisas, suscitando algo, ao mesmo tempo, ímpar e banal. Ímpar porque cada momento é único e extraordinário, e, banal porque tudo que acontece é ordinário e comum. Infância nos convida a reinventar o mundo.” (NOGUERA, 2019, p.131). Desse modo, os laços estabelecidos dentro dos terreiros de Candomblé são modos legítimos de socialização com a cultura e a religiosidade com a qual essas crianças se identificam. Em todo o caso, é importante destacar que “muitos desses elementos são retraduzidos na cultura das crianças, em especial por meio da ludicidade, tendo em vista que diferentemente dos adultos as crianças brincam continua e abnegadamente, não havendo uma distinção clara entre o brincar e as ‘coisas sérias’” (SARMENTO, 2004). Ainda sobre os aprendizados e a infância dessas crianças, Oliveira e de Almirante (2014, p.151) destacam:

As crianças são ensinadas no Candomblé mediante a observação, ainda que a aprendizagem não se dê apenas a partir disso, uma vez que, como já se mencionou, a brincadeira possui uma centralidade no processo de aprendizagem das crianças no terreiro. Ainda que não seja ensinado “como brincar”, portanto, a aprendizagem é, por excelência, um processo criativo. Tais questões nos levam a problematizar o próprio processo educativo, em especial quando o relacionamos com o conceito-chave de socialização, compreendido, por vezes, como um processo por meio do qual os adultos, portadores da cultura, “transmitem-na” para as crianças.

Isto é, as crianças aprendem não só pelos ensinamentos com os mais velhos e suas vivências, mas também através da sua ressignificação por meio das brincadeiras, do faz de conta e outros meios próprios o qual busco pesquisar.

METODOLOGIA

A metodologia adotada no projeto consiste em uma análise bibliográfica em pesquisas que abordassem sobre a história e o funcionamento do Candomblé. Barros neste sentido, foi um grande referencial para nos elucidar sobre a religião, afinal,

Cabe ainda observar que, no campo religioso, as heranças africanas se acham presentes, tanto na fé celebrativa de uma teogonia e de uma cosmogonia negro-africanas, quanto no Candomblé e também nas formas religiosas travestidas de um

sincretismo como na Umbanda, em que as divindades africanas, aparentemente encobertas pelas imagens cristãs, se atualizam como memórias não apagadas de uma fé ancestral. (EVARISTO, Conceição. 2009, p.18)

Outra autora de extrema importância, foi a Equede Sinha (Gersonice Brandão) com sua obra "Equede a mãe de todos", pois foi a única fonte encontrada para conhecermos mais sobre esse cargo e principalmente por pertencê-lo e nos trazer suas vivências, aprendizagens e inquietações. Como o foco etário era voltado para as crianças, Nogueira foi um dos autores para que pudéssemos compreender a respeito das infâncias e com ênfase no conceito da afroperspectiva. E, somado à essas temáticas, trazer sobre minhas '*escrevivências*', além de ser um ato político, reforça sobre o debate de nossas histórias serem saberes epistêmicos. Corroboro novamente com os conceitos de Evaristo (2017) que um corpo vivido em sua própria escrita, uma escrita vivida por um corpo que se inscreve/ escreve em sua escrevivência, e que não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.

A pesquisa também teve o viés de caráter quantitativo, ao fazer o levantamento bibliográfico através do estado da arte e analisar trabalhos acadêmicos, dentre artigos científicos, dissertações e teses, com a finalidade de saber o que já existia sobre o tema deste projeto, traçar comparativos entre semelhanças e diferenças, e também evitar possíveis plágios.

Após essas análises, a outra etapa constituiu na pesquisa de campo no âmbito qualitativo, pois o foco eram as vivências das meninas ekedjis e não um mapeamento numérico. Esta parte do trabalho foi o maior desafio da dissertação, isto porque, em março de 2020, foi declarado mundialmente a pandemia da *COVID-19*. Só no Brasil, tivemos mais de 697.620 óbitos até fevereiro desde ano de acordo com o site oficial do ministério da saúde. Foi um período tenebroso, pois estávamos lidando com um vírus desconhecido e de fácil transmissão. Por conta disso, nossa sociedade precisou ficar em quarentena durante meses e de acordo com a realidade regional, as medidas restritivas foram sendo flexibilizadas.

Em janeiro de 2021, tivemos um novo pico da pandemia com a variante da *ômicron*. Entretanto, neste mesmo mês estava previsto finalmente a minha confirmação de ekedji. Devido as condições sanitárias, a cerimônia foi restrita, seguindo as normas de segurança da melhor forma possível. Depois da minha obrigação, precisei vivenciar meu período de preceito, o que me restringia frequentar certos espaços, inclusive outros terreiros, o que tardou a análise. Após a feito a minha obrigação no Candomblé, isso fez com que fosse muito mais exigida no meu terreiro, a ponto de precisar ter orientação no meio de função religiosa, desmarcar

compromissos acadêmicos para estar no barracão, atrasos na pesquisa e também no cronograma, entre outros desafios.

Não o bastante, as pessoas que anteriormente tinham me garantido apresentar meninas que fossem ekedjis, não respondiam mais ao meu contato. Tais fatores, me fizeram duvidar se conseguiria concluir esta pesquisa. Mas, como Orixá se faz presente na minha vida, encontrei as duas ekedjis descritas na dissertação.

Em relação a análise qualitativa, ao fazer entrevista com crianças, tomamos como base as teorias de Willian Corsaro (2005). O autor defende que para acessar esses seres é necessário se despir da postura e comportamentos típicos de um adulto, isto é, romper o conceito de autoridade do saber e buscarmos enxergar a partir dos interesses e ponto de vista das crianças. Quanto a nós, é preciso ressignificar o fato de questionarmos o que acreditamos enquanto verdades baseadas pelo pensamento hegemônico (branco, adulto e masculino) da figura do pesquisador.

Desta maneira, ao estar com as meninas, o fato de ter cargo semelhantes a elas fez com que facilitasse nosso canal de comunicação. É fundamental que a conversa busque uma equidade, ou seja, a circularidade e o sentar no chão, rompeu com qualquer possibilidade de níveis hierárquicos entre a gente. Outro fator indispensável é criar vínculo com as crianças. Diferentemente de entrevistar um adulto, fazer inúmeras perguntas a elas sem ter um mínimo de intimidade, pode gerar desconforto e até mesmo recusa e não conseguir o resultado esperado.

Nesse prisma, a pesquisa qualitativa realizada pode ser entendida através dos conceitos de Minayo (2010, p. 57) onde o autor defende que tal metodologia,

[...]se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; PARGA NINA et.al 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.

Sendo assim, é possível compreendermos a complexidade envolvida nessas abordagens. A cada encontro com as meninas, o olhar era diferenciado, nossas relações eram outras e também as análises. Para elas, a minha pesquisa foi concluída nas entrevistas e as demais visitas que fiz a elas, em suas concepções, não se enquadravam como 'conteúdo de estudos' pelo fato de não fazer uma série perguntas como anteriormente. Isso demonstra como

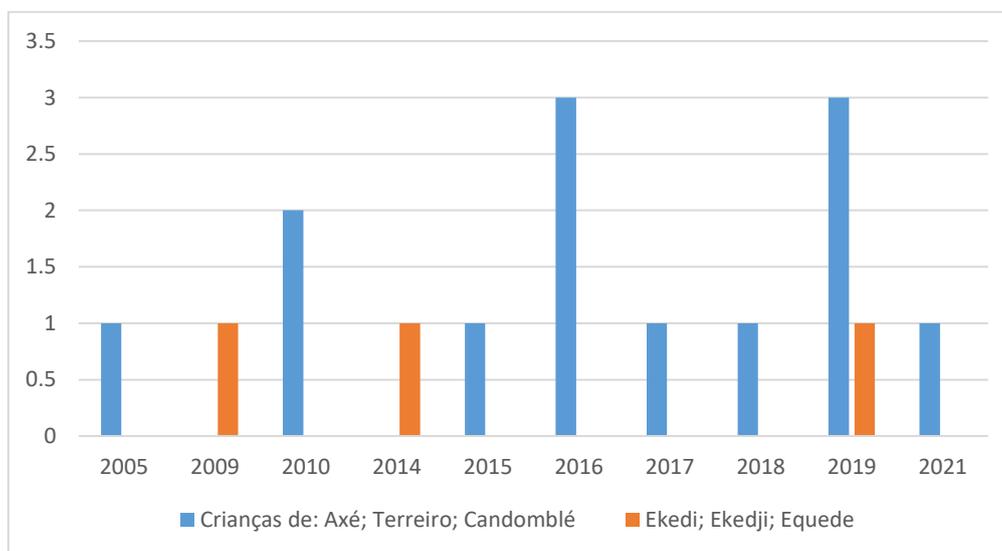
está enraizado nosso imaginário o papel do pesquisador, mesmo que eu vá contra as características fenóticas pré-existentes.

Essa imersão de saberes de um universo o qual já vivenciei, por já ter sido uma menina ekedji, mas ter a oportunidade de presenciar em outros corpos, possibilitou analisar semelhanças e diferenças das nossas histórias, mesmo que nossas essências no Candomblé sejam iguais.

CAPÍTULO I – EKEDJIS MIRINS EM TERREIRO DE CANDOMBLÉ: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O presente capítulo tem como objetivo fazer um mapeamento bibliográfico de pesquisas defendidas entre os anos de 2005 a 2022. As buscas foram feitas pela internet no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e de artigos científicos no site *SciELO (Scientific Electronic Library Online)* e também no site da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Ao realizar a busca no primeiro veículo mencionado, utilizando as palavras-chave “*Crianças de Terreiro*”, “*Crianças de Axé*” e “*Crianças de Candomblé*” foram encontrados ao todo 13 publicações, sendo a mais antiga em 2005 enquanto que a mais recente em 2021, considerando tanto os títulos das pesquisas como também seus resumos. Entretanto, ao buscarmos por “*Equedes*”, “*Ekedji*” e “*Ekeði*” (pois entende-se que há mais de uma grafia) obtivemos 3 resultados, mas nenhum como tema central.

Gráfico 1- Busca de dissertação/ tese em Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

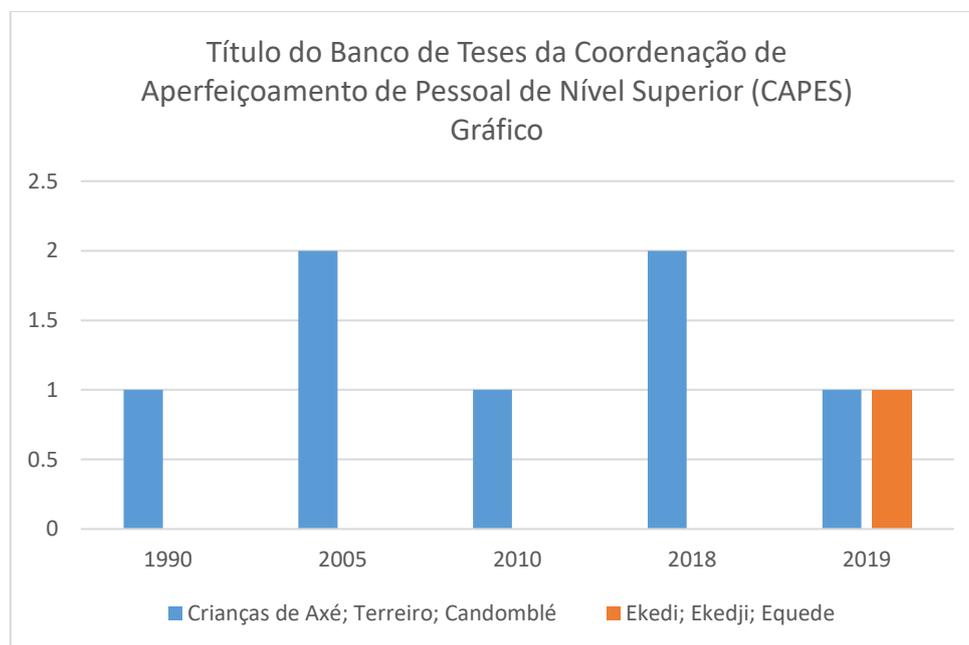


Fonte: produzido pela autora.

Já ao analisar as buscas no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando as palavras-chaves anteriores foi localizada uma dissertação no ano de 1990, duas em 2005 (sendo uma a mesma do BDTD), uma em 2010 vista anteriormente, duas no ano de 2018, uma em 2019 já antes localizada e uma dissertação no ano de 2020. Quanto as palavras-chave “*Ekeði*” e “*Ekedji*” não teve nenhum arquivo,

enquanto que “Equede” foi encontrada uma dissertação também vista na plataforma BDTD. Conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 2- Busca de dissertação/ tese em Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

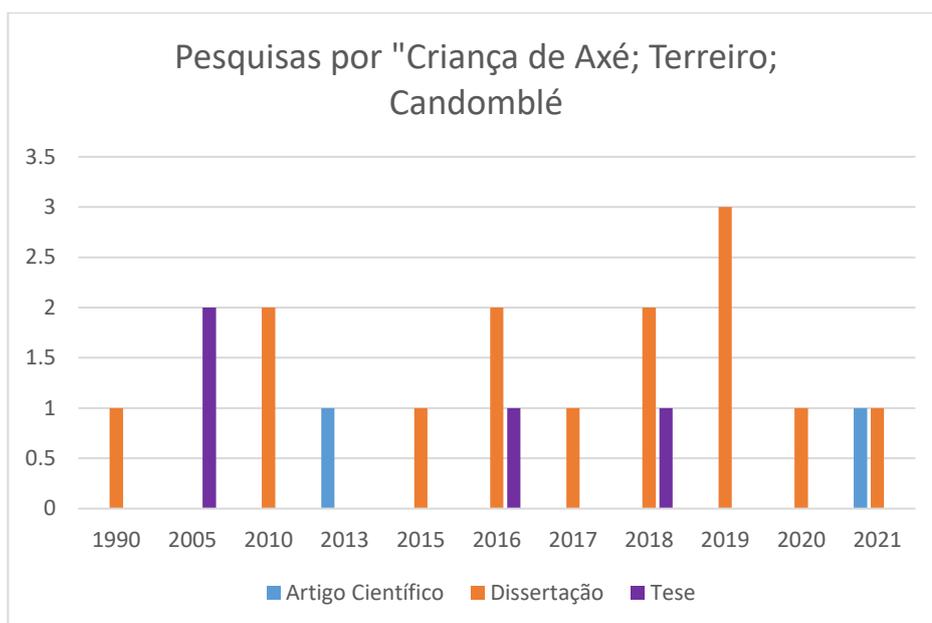


Fonte: produzido pela autora.

Além de dissertações e teses, buscamos também por artigos científicos na plataforma do *SciELO*, entretanto, obtivemos um único resultado dentre todas as palavras-chave já mencionadas com a pesquisa de Falcão (2021) “A idade do santo. Crianças e autoridade ritual no candomblé” e um artigo na ANPED Quintana (2013) “A relação escola-terreiro na perspectiva de famílias”, que acrescentaram na pesquisa.

Após fazer o levantamento dos materiais existentes, foi preciso identificar obras que foram encontradas mais de uma vez e pudemos sintetizar todas as pesquisas por ano e separando-as entre artigos científicos, dissertações e teses como o gráfico abaixo:

Gráfico 3- Total de Teses, Dissertações e Artigos Científicos por palavras-chave: Criança de Axé; Terreiro; Candomblé



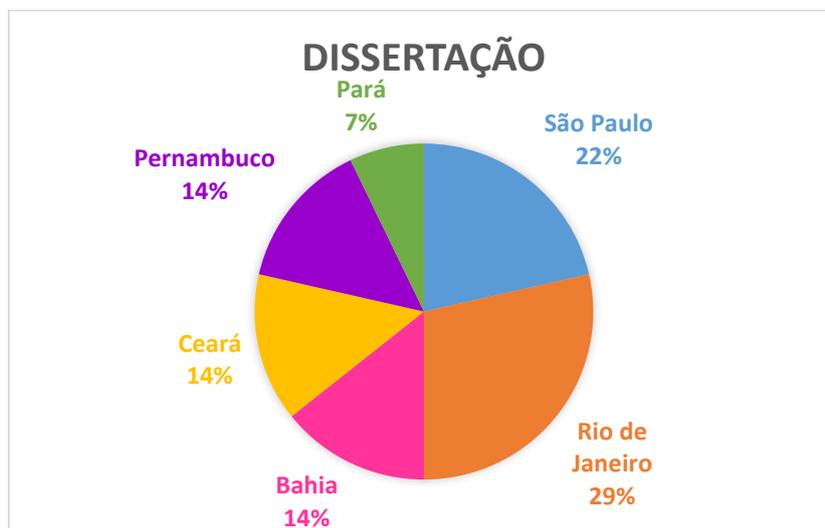
Fonte: produzido pela autora.

E, ao consolidarmos as pesquisas por “Ekedji; Ekedji; Equede” nas quatro plataformas utilizadas, o número é de apenas 3 dissertações nos anos de 2009, 2014 e 2019, mas ressaltamos em que nenhuma o sujeito é o objeto de estudo principal.

1.1 Mapeamento a partir dos dados

Com as pesquisas encontradas, as teses e dissertações, distribuimos de forma no que se refere a localização geográfica, com a finalidade de identificarmos onde há o predomínio do estudo do tema em cada região brasileira.

Gráfico 4- Distribuição das dissertações por estados do Brasil buscando por palavras-chave: Criança de Axé; Terreiro; Candomblé



Fonte: produzido pela autora.

Foi constatado que a Região Sudeste concentra a maior parte, mesmo com apenas 2 estados (São Paulo e Rio de Janeiro) que juntos somam 51% do total de pesquisas sobre Criança de Axé; Terreiro; Candomblé. O Nordeste foi a segunda região, representada pelos estados de PE, CE e BA, somando 42%. E o único estado da Região Norte, o Pará, obteve 7% de pesquisas relacionadas ao tema. Já as Teses encontradas, todas são da Região Sudeste, sendo São Paulo e Rio de Janeiro. Em relação as dissertações com as palavras-chave: *Ekedji*, *Ekeki* e *Ekede*, são dos estados do Rio de Janeiro, Goiás e Bahia e não há registro de nenhuma tese.

A diferença do número de produção por região, pode ser entendida pela oferta de universidades no Brasil, por exemplo, na região Centro Oeste que é composta por 3 estados mais o DF possui 8 universidades federais, a região Nordeste totaliza 20 universidades federais em seus 9 estados, no Norte do país temos 7 estados e 11 instituições federais. Em relação a região Sudeste, que é composta por 4 estados, temos um total de 19 universidades e fechando o mapa, o Sul soma 11 faculdades federais em seus 3 estados, isso sem contar as universidades de outros órgãos do Estado, além das instituições particulares. Outro fator que pode contribuir para o entendimento da leitura do gráfico, está relacionado ao tema da pesquisa sobre religiões de matrizes africanas, isto é, de acordo com o Censo Demográfico (2010) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) cerca de 588.797 mil brasileiros declararam ser praticantes da religião do Candomblé ou Umbanda, conforme dados a seguir:

Tabela 137 - População residente, por religião			
Variável - População residente (Pessoas)			
Ano - 2010			
Brasil e Unidade da Federação	Religião		
	Total	Umbanda e Candomblé	Candomblé
Brasil	190.755.799	588.797	167.363
Rondônia	1.562.409	735	293
Acre	733.559	256	226
Amazonas	3.483.985	1.677	639
Roraima	450.479	455	350
Pará	7.581.051	5.132	964
Amapá	669.526	555	302
Tocantins	1.383.445	82	15
Maranhão	6.574.789	4.369	582
Piauí	3.118.360	1.915	329
Ceará	8.452.381	8.624	1.393
Rio Grande do Norte	3.168.027	1.417	807
Paraíba	3.766.528	2.420	1.311
Pernambuco	8.796.448	10.830	6.693
Alagoas	3.120.494	2.397	1.971
Sergipe	2.068.017	4.371	2.780
Bahia	14.016.906	47.069	40.295
Minas Gerais	19.597.330	17.451	4.341
Espírito Santo	3.514.952	3.558	618
Rio de Janeiro	15.989.929	141.783	50.967
São Paulo	41.262.199	141.553	36.556
Paraná	10.444.526	8.949	1.891
Santa Catarina	6.248.436	10.083	1.016
Rio Grande do Sul	10.693.929	157.599	8.438
Mato Grosso do Sul	2.449.024	3.695	696
Mato Grosso	3.035.122	1.720	379
Goiás	6.003.788	4.327	1.309
Distrito Federal	2.570.160	5.775	2.204

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

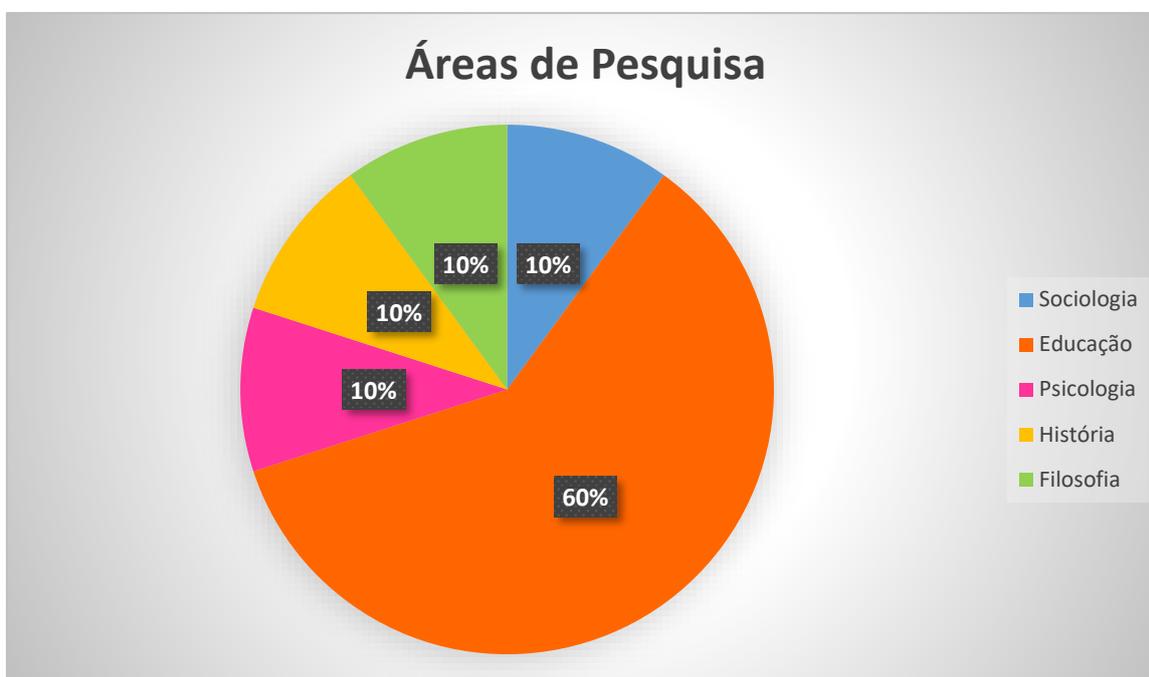
Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/137#resultado>; Coloração feito pela autora.

Notas
Dados da Amostra Para 2010:
1 - O grupo Umbanda e Candomblé inclui a categoria Outras declarações de religiosidades afrobrasileira

Ao analisarmos a tabela, esses números podem corroborar para compreensão da quantidade de pesquisas sobre temáticas de religiões de matrizes africanas por regiões do Brasil, uma vez que como podemos observar, os 6 maiores estados que possuem praticantes do Candomblé são RJ, BA, SP, RS, PE e MG; onde encontramos 4 desses estados relacionados no gráfico 4.

Outro ponto destacado no levantamento de dados foi em relação a área de estudo destas pesquisas. Somando as 21 obras, ou seja, fazendo um estudo quantitativo do material entre teses e dissertações sobre Criança de Axé; Terreiro; Candomblé e Ekedji, Ekedi e Equede, tivemos o seguinte resultado:

Gráfico 5- Áreas de pesquisas sobre Criança de Axé; Terreiro; Candomblé e Ekedji, Ekedi e Equede



Fonte: produzido pela autora.

Esse levantamento é fundamental, pois nos permite um olhar sobre um mesmo tema através de diferentes áreas, favorecendo uma análise mais ampla e contribuindo para a elaboração deste projeto.

1.2 O que dizem as pesquisas sobre Criança de Axé; Terreiro; Candomblé e Ekedji; Ekedi; Equede?

Ao fazer o Estado da Arte sobre o tema desta dissertação, ekedjis crianças de terreiro de Candomblé, não foi localizada nenhuma obra com esse recorte específico, por isso, houve a necessidade de diluir as análises bibliográficas em dois campos “Crianças de Candomblé” e

“Ekedjis” (ressalto que a grafia utilizada neste trabalho será em Iorubá, *Ekedji*). Sendo assim, discutiremos a seguir sobre o que já foi abordado de acordo com o material encontrado.

1.2.1 - Subgrupo 1: Pesquisas que abordaram Criança de Axé; Terreiro; Candomblé

QUADRO I – Artigos Científicos

1.	QUINTANA, Eduardo. A RELAÇÃO ESCOLA-TERREIRO NA PERSPECTIVA DE FAMÍLIAS CANDOMBLECISTAS. 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt21_2578_texto.pdf
2.	FALCÃO, Christiane Rocha. A IDADE DO SANTO. CRIANÇAS E AUTORIDADE RITUAL NO CANDOMBLÉ. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 27, n. 60, p. 379-403, maio/ago. 2021 Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000200013

Esses dois artigos encontrados têm análises distintas, Quintana faz uma análise com a relação escola-terreiro, já Falcão tem como campo de pesquisa o espaço religioso. Porém, ambas exaltam os saberes, vivências e aprendizados adquiridos no Candomblé.

Quintana (2013) parte da premissa de que “não é possível conceber uma experiência pedagógica totalmente desvinculada das questões culturais e religiosas, pois não existe educação que não esteja imersa nos processos culturais onde a escola está inserida”, isto é, para o autor a relação entre o terreiro de candomblé e a escola, se torna essencial principalmente após o advento da *Lei nº 10.639/03* e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Outrossim, a inquietação do autor sobre o tema, parte do seu lugar enquanto educador e praticante da religião, assim como surgiu para mim esse tema. Sobre isso, ele afirma que

Se, por um lado o fato de ser praticante do candomblé facilitou meus contatos e minha compreensão das opiniões dos entrevistados, sujeitos da pesquisa, por outro lado, esta proximidade precisou ser vigiada para não me deixar cair na cilada de realizar leituras decorrentes do fato de ser também candomblecista. (QUINTANA, 2013, n.p)

Ou seja, pesquisar temas que atravessam sobre suas vivências, nos permite não só trazer uma análise sob a perspectiva do lugar de fala e assim romper a cultura de ler obras que tratam, no caso o Candomblé, como algo místico e exótico, e falando do lugar do pesquisador, há facilidade na compreensão dos termos e culturas estudadas.

A entrevista realizada pelo autor busca entender as aprendizagens adquiridas nos dois espaços, e o autor conclui que ao

Abordar a relação da escola com o candomblé não é apenas um ato de realizar um discurso denunciador das mazelas oriundas do mito da democracia racial brasileira. A análise da relação entre o terreiro e a escola permitiu discutir a relação do terreiro de candomblé com a escola, a partir de referenciais teórico-metodológicos da Sociologia da Educação e do campo das Religiões de Matrizes Africanas. Refletir sobre os achados da pesquisa, relativos à percepção dos entrevistados sobre as funções da escola e do terreiro, permitiu um novo olhar sobre lugar que estas instâncias de socialização assumem no interior das famílias candomblecistas. (QUINTANA,2013, n.p)

Sendo assim, Quintana a partir dos dados levantados na pesquisa afirma que para maior parte do(a)s filho(a)s de santo entrevistados, a escola é vista e entendida como prioridade, mas que não anula a frequência ao terreiro. Além disso, no candomblé, o(a) filho(a) de santo, ao ser inserido na religião, aprende uma nova maneira de considerar o tempo, diferente do tempo escolar, “cuja organização racional está diretamente ligada à forma escolar, voltada à constituição de espaços distintos para aprendizagem. Isto é, um modo de socialização que prepara o indivíduo para novas práticas pedagógicas.” (QUINTANA, 2013).

Em relação ao artigo de Falcão (2021), trata-se de um recorte de uma pesquisa desenvolvida há 13 anos em um terreiro de Candomblé em Sergipe. No texto, a autora faz uma análise similar com a dissertação aqui apresentada, uma vez que aqui ocorre a vivência de crianças *ekedjis*, Falcão analisa os *ogãs*, que são cargos exclusivamente masculinos e dividem a posição hierárquica em relação as *ekedjis*. O objetivo da pesquisa para a autora (2021, p.382) é “contribuir para atualizações dos estudos que se referem às relações de poder dentro das casas tradicionais de matriz africana, através do recorte acerca da condição de autoridade ritual de algumas das crianças e de como as crianças experimentam essa autoridade. ”. O menino *ogã* abordado na pesquisa trata-se de um *abiagé*, isto é, ele recebeu ainda na barriga da mãe os sacrifícios de uma iniciação ou obrigação. Por conta disso, o *abiagé* não precisa se iniciar no candomblé, pois entende-se que ele já nasce feito, o que motivou o título de sua pesquisa.

QUADRO II – Dissertações

1.	GONCALVES, Maria Alice Rezende. A BRINCADEIRA NO TERREIRO DE OXOSSÍ: UM ESTUDO SOBRE A VIDA LUDICA DE UMA COMUNIDADE DE CANDOMBLE DO GRANDE RIO.' 01/12/1990 259 f. Mestrado em SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO
2.	SOUSA, Kássia Mota De. ENTRE A ESCOLA E A RELIGIÃO: DESAFIOS PARA AS CRIANÇAS DE CANDOMBLÉ EM JUAZEIRO DO NORTE' 01/09/2010 125 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, FORTALEZA Biblioteca Depositária: HUMANIDADES/UFC
3.	FALCÃO, Christiane Rocha. “Ele já nasceu feito”: o lugar da criança no Candomblé / Christiane Rocha Falcão. – Recife: O autor, 2010. 106 f. : il., fotos, organograma ; 30 cm. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2010.
4.	QUEIROZ, Karla Geyb da Silva. <i>Convivendo com os orixás: a trajetória religiosa de crianças adeptas ao candomblé e o contexto escolar</i> / Karla Geyb da Silva Queiroz. – 2015. 167 f. : il. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, Salvador, 2015.
5.	ANJOS, Juliane Olivia dos. As Joias de Oxum: as crianças na herança ancestral afro-brasileira. 2016. São Paulo. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
6.	BARROSO, Gisele Nascimento. Educação e tradição de crianças e adolescentes praticantes de Candomblé Ketu, os Èwe do Ofá Kare. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação.
7.	RIBEIRO, Adele Cristiane dos Reis Generoso. Brincando com os orixás: ser criança no candomblé. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
8.	ALMEIDA, Flavia Santos. OYÊ E BRINCADEIRA: RELAÇÕES DE HIERARQUIA E INFÂNCIA ENTRE CRIANÇAS FREQUENTADORAS DO CANDOMBLÉ' 01/03/2018. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: Universidade Federal Da Bahia, Salvador
9.	MEDEIROS, Jessyca Diniz. MOTUMBÀ! MOTUMBÀ ASÈ! VIVÊNCIAS MUSICAIS COM CRIANÇAS DE CANDOMBLÉ: A COMPARTILHA DE SABERES ATRAVÉS DA ORALIDADE E CORPOREIDADE EM UM ILÉ DE JUAZEIRO DO NORTE-CE' 30/07/2018 133 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza
10.	ALMEIDA, Mishelle Ninho de. Vivendo entre dois mundos e aprendendo com a sabedoria de um terreiro de candomblé sob a mira do racismo religioso. 2019. 199 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019
11.	DE JESUS, Mariângela Santos. Saberes em diálogo: produção e transmissão de conhecimento em uma comunidade de religião afro-brasileira e sua inter-relação com o universo escolar. 2019. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
12.	FILIZOLA, Gustavo Jaime. AS CRIANÇAS DE CANDOMBLÉ E A ESCOLA: REFLETINDO SOBRE O RACISMO RELIGIOSO' 04/02/2019 213 f. Mestrado em Educação, Culturas e Identidades Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, Recife
13.	MENDES, Marcio Dodds Righetti. A SALA DE AULA NÃO CABE NO MUNDO: Compreendendo a Nagologia educacional e suas metodologias singulares. 03/09/2020 128 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Rede Sirius

14.	RODRIGUES, Maxsuel Quenil Pimentel. A infância candomblecista: Os aprendizados construídos pelas crianças no Terreiro Ilé Axé Igbá Omi. 2021. 94f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021
-----	---

Dentre as 14 dissertações encontradas, nem todas possuem a criança e a infância como principais objetos de estudo, logo, destaco somente as mais relevantes para a busca. A pesquisa mais antiga pertence a autora Maria Alice Rezende Gonçalves (1990), que embora tenhamos ‘brincadeira’ em seu título, a pesquisa não aborda a infância. A autora entende que a "brincadeira" é uma categoria utilizada por este grupo para classificar as atividades de entretenimento, isto é, “as festas como eventos extraordinários, que marcam a passagem do tempo separando-as em dois grupos: as "festas de casa" que acontecem em um espaço privado - o "Terreiro" e "festa da rua" que acontece em um espaço público, a ‘rua’.” Tal abordagem nos traz outra percepção do sentido ‘brincadeira’ diferentemente da trazida nesta pesquisa e ainda com viés antropológico, por isso a importância de explorarmos outras áreas dos saberes.

As dissertações produzidas pelos autores: Kassia Mota De Sousa (2010), Karla Geyb da Silva Queiroz (2015), Mariângela Santos De Jesus (2019), Gustavo Jaime Filizola (2019), Mishelle Ninho de Almeida (2019) e Marcio Dodds Righetti Mendes (2020) há um diálogo com o universo escolar e essa área não é campo desta pesquisa, portanto, elas não foram enquadradas para a elaboração do estudo, mas foram dissertações encontradas ao fazer o Estado da Arte. Outrossim, embora tenhamos encontrado a dissertação de Falcão (2010), como já foi analisado seu artigo científico pela plataforma *SciELO* e que se trata de um recorte de sua de seu mestrado, não aprofundaremos novamente, mas trouxemos como exemplo de buscas encontradas.

A pesquisadora Juliane Olivia dos Anjos (2016), faz uma análise referentes as crianças nas culturas relacionadas com a ancestralidade afro-brasileira, predominantemente, o Candomblé. Desta maneira, há um resgate antropológico ao identificar na fala das crianças heranças ancestrais e ressalta a importância de afirmar os lugares ocupados por elas em suas facetas social, religiosa e espiritual. A autora entende que correlação com a ancestralidade é fundamental para se pensar as infâncias, para além das noções ocidentais, potencializando a valorização da identidade negra. Desta maneira, a autora entende que o Candomblé como uma potência de conhecimentos e manifestações culturais afrobrasileiras, algo fundamental para a construção e identidade de crianças negras, quando diz que:

Aprender a olhar o mundo a partir dos caminhos - odús - dos Orixás é, certamente, um dos resultados mais significativos desta pesquisa. Com isto, não apenas passou a ser possível observar a proposta da pesquisa, em compreender os lugares das crianças e da infância no Candomblé, como também, este passou a ser um repertório, um referencial a minha própria prática como educadora e pesquisadora. Em outras palavras, aprendi a olhar o Candomblé apreendendo sua forma de olhar o mundo.

Esta transmutação dialoga com um dos objetivos iniciais desta pesquisa: vivenciar uma infância inserida no referencial afro-brasileiro, uma infância que poderia ter sido a minha (ANJOS. p. 111. 2016)

Logo, constituiu-se uma análise através de entrevistas com as crianças uma relação entre infância e ancestralidade sob a perspectiva religiosa do Candomblé.

Assim como Anjos, outra autora que voltou os estudos para ancestralidade foi Gisele Nascimento Barroso (2016), cuja dissertação teve como objetivo analisar os processos educativos de crianças e adolescentes de um terreiro de Candomblé na cidade de Belém-PA. A autora destaca o processo de aprendizado transmitidos pelos mais velhos, de forma oral e o respeito e organização da comunidade, pois a pesquisadora entende que são espaços de socialização e conhecimento, nas quais circulam saberes baseados na tradição e respeito a ancestralidade. A metodologia utilizada foi um estudo de campo baseado em entrevistas semiestruturadas, pesquisas por meio de inserção etnográfica e análise quantitativa, visando os processos educativos que ocorrem no espaço religioso pesquisado alisando valores africanos e afro-brasileiros que influenciam não apenas na questão espiritual dos sujeitos, mas também nas esferas políticas, artístico-cultura e educacional.

A pesquisa de Adele Cristiane dos Reis Generoso Ribeiro (2017), traz uma outra análise sobre o papel das crianças no Candomblé, a partir de um estudo histórico no início do século XXI em Guarulhos, SP. A autora baseia-se no documentário *Brincando com os deuses*, cujo vídeo aborda a relação de nove crianças com os Orixás, corpo e morte. A metodologia utilizada na dissertação foi um aporte teórico da história oral e da etno história, dialogando com as brincadeiras infantis no documentário junto a filosofia iorubana. A partir disso, entendeu-se que elas não são prévias à vida adulta, isto é, são ações, reflexos da filosofia e do universo que vivem dentro do Candomblé. Além disso, outro ponto relevante foi a hierarquia inerente presente na religião e destaca a relação entre a família carnal e família de fé, pois ambas possuem valores importantes para construção do ser humano, e, destaca sobre a percepção dos itãs (histórias) para as crianças na pedagogia do Candomblé e como a ludicidade e as sabedorias adquiridas por elas ajudam a compreender a dimensão da religião, mesmo que, segundo a autora, essas dimensões ainda não são entendidas na sociedade secular e nos traz qual a visão que as crianças possuem sobre a discriminação religiosa e também o racismo. Quanto a essa questão, Ademar Cirne (2020, p.55) exemplifica que:

As limitações relativas à efetivação das leis que consolidam as políticas públicas para a população negra tornam-se ainda maiores quando estas se referem ao estudo dos conceitos fundamentais das religiões de matriz africana na escola. A dificuldade para se discutir conteúdos sobre religiosidade africana esbarra em um conjunto de preconceitos, diretamente relacionados com a ideia de que essas crenças trazidas da África são demonizadas e existem apenas para praticar o mal contra as pessoas, o que leva à ampliação do racismo religioso com as crianças e jovens religiosos de matriz africana, que escondem no ambiente escolar todo seu pertencimento, evitando

frequentar as aulas após o período de obrigação religiosa quando precisam utilizar elementos físicos identificadores da sua prática religiosa.

Ou seja, ainda há uma carência do poder público para assegurar a liberdade religiosa, em especial aos praticantes das religiões de matrizes africanas, para que essas crianças não precisem passar pelo constrangimento e silenciamento em relação a sua crença.

Quanto a pesquisa de Flavia Santos Almeida (2018), nos mostra que ao ocuparem os espaços dos terreiros de candomblé, as crianças demonstram como o processo de criação de suas próprias culturas acontece a partir da interação com os costumes locais. Desta forma, surgem as brincadeiras, uma vez que elas dispõem de estruturas construídos por meio das interações sociais e estabelece-se, então, uma cultura lúdica própria e diversificada conforme os indivíduos, sua faixa etária, gênero, contexto histórico, etc.; resultando em uma combinação entre as brincadeiras pré-existentes e aquelas surgem como resultado de suas vivências anteriores. Com isto, a pesquisa analisou as relações estabelecidas entre a infância, a brincadeira e os graus hierárquicos possivelmente exercidos pelas crianças inseridas no Candomblé a partir das atividades lúdicas desenvolvidas pelas crianças na rotina de atividades observadas, como o local – Terreiro de Candomblé – altera a maneira como as brincadeiras acontecem entre elas e as práticas lúdicas exercidas entre as crianças que obtiveram elevação hierárquica no contexto candomblecista com seus pares. Sendo assim, a autora entende que os cargos exercidos pelas crianças de candomblé influenciavam em suas ações cotidianas em certos momentos em que lhes eram solicitadas funções distintas e exclusiva de seus postos, mas ao mesmo tempo, esta graduação não lhes impedia de brincar de maneira igualitária com seus pares, seja nas brincadeiras de cunho religioso quanto nas demais atividades. Por fim, a autora entende que o resultado obtido é possível afirmar que o brincar é uma importante estratégia de manutenção dos comportamentos adaptáveis ao ambiente, resolução de problemas e modos de existir em comunidade.

Para finalizar as análises de dissertações levantadas, Maxsuel Quenil Pimentel Rodrigues (2021) investiga por meio da observação e da escuta sensível para/com as crianças que frequentam o terreiro de Candomblé, como elas vivenciam suas infâncias neste espaço e de que maneira aprendem a lidar com as demandas implicadas neste âmbito religioso. A pesquisa traz uma abordagem etnográfica, por meio de entrevistas individuais no terreiro de Candomblé *Ilé Axé Igbá Omí*, localizado na cidade de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, RJ. Ao todo foram acompanhadas e observadas 3 crianças com idades de 4 a 12 anos, e após ouvi-las, o autor coloca o Candomblé como “detentor de uma cosmovisão, de base africana, com valores pautados sob uma visão de mundo milenar”, pois segundo ele contraria,

em parte, os valores da razão do Estado e também da escola, uma vez que ainda estão ancorados numa visão eurocêntrica.

QUADRO III – Teses

1.	GUEDES, Maristela Gomes de Souza. Educação nos terreiros E como a escola dialoga com crianças que praticam candomblé' 01/07/2005 235 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central
2.	BOTELHO, Denise Maria. Educação e Orixá: processos educativos no Ilê Axé Iya Mi Agba.' 01/09/2005 118 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: FEUSP
3.	SOUZA, Ellen de Lima. Experiências de infâncias com produções de culturas no Ilê Axé Omo Oxé Ibá Latam / Ellen de Lima Souza. 2016 - Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos
4.	CARNEIRO, Érica Jorge. A infância afrodescendente: iniciação e socialização religiosas em um terreiro de candomblé jeje-nagô. 2018. Tese (doutorado) - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - UFABC. Santo André - São Paulo

Após analisarmos as dissertações existentes sobre Criança de Axé; Terreiro; Candomblé, foram encontradas também 4 teses que abordassem o tema. Começamos então pela tese de Stela Guedes Caputo (2005), que atualmente é professora da faculdade de educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde relata que foi um trabalho fruto 13 anos de pesquisa, onde acompanhou, observou, entrevistou e fotografou os membros, em especial crianças, de um terreiro de Candomblé na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, e que posteriormente originou em um livro publicado em 2012 titulado como “Educação nos terreiros e como a escola dialoga com crianças que praticam candomblé” que venha a ser o mesmo de sua tese.

Para a elaboração da pesquisa, ao todo foram entrevistadas nove crianças e adolescentes, sendo em sua maioria crianças que são *adoxu*, isto é, já iniciada no Candomblé e que entra em transe; enquanto que *ekedji*, tivemos duas meninas. O diálogo com os entrevistados foi feito em sua maioria com eles já crescidos. Stela relata o que presenciou quando os conheceu, mas a história em sua maioria é contada por memória dos sujeitos ou pelos seus responsáveis e membros da comunidade. Paralelamente as vivências no terreiro, Caputo também traz os relatos sobre os preconceitos e dificuldades que essas crianças sofreram nas escolas e faz um aporte histórico sobre o processo de educação aqui no Brasil até a oferta do ensino religioso e suas consequências.

Uma das dificuldades apontadas pela a autora, foi justamente trabalhar com um universo tão rico e complexo como o Candomblé e não ter conhecimento sobre a religião. Tais práticas já mencionamos no início desta dissertação sobre pesquisadores falarem sobre as

religiões de matrizes africanas sem serem adeptos a elas e seu olhar perante o outro. Além disso, um ponto relevante na pesquisa são as fotografias trazidas, pois como dito, a construção até o produto final durou cerca de 13 anos, então podemos comparar os entrevistados em sua fase enquanto criança até adolescente ou adultos como em alguns casos.

Quanto a tese de Botelho (2005), embora tenha sido encontrada na busca das palavras-chave mencionadas, o foco central da pesquisa não aborda o sujeito desejado e sim sobre os processos educativos em terreiros de Candomblé, portanto, não iremos nos aprofundar sobre o desenvolvimento metodológico e processual da autora.

Desta forma, outra tese que contribuiu com o campo de crianças de terreiro foi Souza (2016), onde a mesma nos trouxe compreensões alicerçadas em uma perspectiva de justiça cognitiva com base em referenciais teóricos e metodológicos latino-americanos e africanos, exaltando as crianças como produtoras de culturas em suas práticas sociais. A questão levantada como norteadora para a pesquisa é "Como as práticas sociais de culturas infantis, no *Ilê Axé Omo Oxé Ibá Latam*, constituem as infâncias no candomblé?" e teve como objetivo compreendê-las no espaço observado e apontar os desdobramentos dos processos educativos e revelar novas compreensões e significados acerca das infâncias. Assim como outros autores mencionados, Souza enfatiza a importância de as crianças viverem suas experiências de ancestralidade, 'corporalidade' e oralidade vividas no candomblé por meio de diferentes epistemologias. A metodologia feita pela autora, foi construída junto as crianças e a comunidade do terreiro, baseando-se na Fenomenologia e na Semiótica da Comunicação e priorizando captar as diferentes linguagens das crianças. Além disso, através das análises dos dados, a pesquisadora considerou a possibilidade de estabelecer diálogos entre os princípios de cosmologia de mundo ioruba, presentes no candomblé, com as premissas legais dos pareceres CNE/CP/03/2004 e CNE/CB/20/2009, pertinentes à Educação Infantil, visando a construção de uma educação igualitária, por meio das produções de culturas das crianças do candomblé.

A autora traz um conceito fazendo uma analogia das crianças com o Orixá Exú, onde ela denomina como lógica *exúlica*, isto é, ela vê as crianças "devorando e recriando tradições em um movimento de comer o mundo a sua volta; comem com os olhos, com o tato, o olfato, a audição, seguem devorando por meio do outro, do colo, das saias, dos ombros, dos sorrisos e dos gestos que o corpo adulto pode alcançar para elas." (SOUZA, p.162. 2016), assim como entendem Exú como a divindade da comunicação, o primeiro a ser alimentado e o mensageiro. E assim, a autora entende que para a construção de uma educação justa, equânime e igualitária só é possível através de contribuições efetivas das crianças em suas verdades, lidando com os nossos medos e receios que trazemos ao longo da nossa história.

Por fim, a última tese encontrada foi da doutora Carneiro (2018), onde sua pesquisa procurou entender o espaço das crianças no candomblé da linhagem jeje-nagô tendo com princípio os processos de iniciação e socialização religiosos. A metodologia utilizada foi através de duas formas de ação, onde a primeira, de forma mais geral, procurou observar como as crianças criam e recriam os fundamentos do candomblé e assim estabelecem vínculos entre si e entre os adultos. Já na segunda parte, a autora opta por um olhar mais particular, especificamente com a iniciação religiosa da criança no candomblé, divergindo do perfil da criança desta dissertação. Deste modo, Carneiro baseia-se do aporte teórico antropológico e sociológico sobre socialização de crianças em ambientes religiosos, enquanto para a segunda parte aborda sobre a iniciação, com o aporte teórico dos trabalhos de cientistas sociais existentes sobre esse processo no candomblé. A pesquisa constrói a cerca de uma abordagem qualitativa utilizando-se a etnografia nos rituais e pesquisa com as crianças do *Ile Funfun Axé Awo Osogun*, localizado em Itanhaém, litoral paulista, logo, referem-se, respectivamente, a uma abordagem em favor do grupo social e ao caráter individualizante.

Com isso, encerramos o estado da arte de pesquisas, sejam elas artigos científicos, dissertações e teses sobre crianças de terreiros nos últimos anos nas principais plataformas existentes no âmbito acadêmico. Porém, conforme relatado anteriormente, o objeto de estudo desta pesquisa há um recorte específico em relação a crianças de terreiros, que necessitam ter o cargo de ekedji, tendo isso em vista, ao analisar pesquisas sobre esse grupo de mulheres no Candomblé, foram encontrados somente 3 dissertações que só as mencionavam quando era para discutir sobre a hierarquia existente na religião ou para abordar o papel feminino, como podemos observar melhor a seguir.

1.2.2 - Subgrupo 2: Pesquisas que abordaram Ekedji, Ekedji; Equede

QUADRO I- Dissertações

1.	TORRES, Marcos Antonio Cunha. O Silenciar dos Atabaques: trajetória do candomblé de ketu em Goiânia. 2009. 131 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.
2.	EVANGELISTA, Daniele Ferreira. A pessoa é para o que nasce: um estudo sobre mudança de status e relações de poder no candomblé. 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
3.	SILVA, George da Hora. No tempo de finado: conflito geracional, poder e mando em um candomblé de Salvador. 2019. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia.

A dissertação de Marcos Antonio Cunha Torres (2009) pesquisa uma das nações do Candomblé, o *Ketu*, e também nos traz sobre os estudos do culto de *voduns* que se desenvolveu no Maranhão chamado de Tambor de Mina, o culto aos Orixás no Rio Grande do Sul, o batuque

e o culto aos *egun-guns*, na Ilha de Itaparica, Bahia. O autor relata que a tradição religiosa africana, da África Ocidental, foi reconfigurada sob várias estruturas religiosas distintas e assim, foi escolhida a que alcançou maior número de participantes e a maior influência na sociedade. Para ele, a interpretação dos conceitos entre religiões de matriz africana e as afro-brasileiras pode ser entendida como a primeira denominação para se referir às que preservam mais efetivamente a tradição africana e a segunda nomenclatura para as que sintetizaram outros elementos culturais à matriz africana, como o caso da religião Umbanda. Sendo assim, ele opta pelo conceito de religiões afro-brasileiras pela ideia de que o Brasil, que dá novas dimensões à matriz africana, pela reconfiguração de uma territorialidade específica, em suas dimensões ambientais, históricas e culturais. Quanto a questão da hierarquia existente no Candomblé, o autor entendeu como fundamental ouvir os iniciados, os ebomis até os cargos, como ogãs e as ekedjis de diferentes casas de Goiânia. Segundo ele, os ebomis expressam uma visão de articulação das casas, com uma leitura mais ampla sobre a dinâmica que se desenvolve nelas, do cotidiano, conflitos e tensões. Enquanto que elementos como as crises de relacionamento, distribuição de funções e tarefas são percebidos por outro olhar, que não o de comando, representado pelo *babalorixá* ou *iyalorixá*. Quanto a parte das ekedjis, o autor as menciona em três momentos: um para descrever sobre o cargo, para citar sobre suas vestimentas durante a festividade e exemplificando os cargos existentes na hierarquia da religião.

Por fim, o autor entende que o um dos aspectos em relação ao ‘tempo’ é o da experiência e, por conseguinte, o da aprendizagem realizada por meio da oralidade, e que a difusão da informação tem marcado o crescimento da escrita, facilitando ao acesso sobre os segredos dos orixás e conseqüentemente autoridade dos mais velhos é cada vez mais fragilizada e complementa dizendo que:

Esse processo indica um processo de atualização muito profundo, pois as relações hierárquicas marcam a própria construção cultural e simbólica nas casas de candomblé. O tempo de experiência é também aspecto central, pois a imersão nas dimensões do sagrado é fundamental para uma religião iniciática, mudando, inclusive a dinâmica lingüística, com um conjunto de termos e a forma de utilização, dentro da etiqueta de comportamento dentro da casa de candomblé (TORRES, p. 115. 2009).

Ou seja, tais práticas são fundamentais para o ornamento da religião e construção de valores individuais e coletivos de seus membros, além de outras práxis educativas.

Em relação à pesquisa de Daniele Ferreira Evangelista (2014), tem como objetivo explorar algumas das ambigüidades identificadas pela autora no universo religioso do candomblé, a partir da temática da mudança de status e as relações de poder. A dissertação é fundamentada em um estudo de caso que aborda a história de uma mãe de santo iniciante e o processo de consolidação de seu terreiro e suas temáticas, uma vez que, antes de se tornar *iyalorixá* (mãe de santo), Carla era *ekedji* do terreiro de angola comandado pelo seu pai

biológico. Logo, a pesquisa retrata sob essa ruptura com o terreiro e a mudança de status de ekedji para mãe de santo e se este fato poderia estar remetido a algum tipo de erro iniciático. Desta maneira, a autora relata que esse tipo de mudança não é incomum, entretanto depende de uma série de condições e situações que orientam as práticas religiosas no candomblé. Além disso, Evangelista aborda sobre questões relativas à estruturação da família de axé e os conflitos existentes decorrentes da interposição entre laços de sangue e de santo e suas implicações cosmológicas e rituais.

Relembrando sobre a importância de falarmos sobre nossas próprias histórias, podemos notar na fala da autora sobre as ekedjis quando diz que (p.25.2014) “Não podendo entrar em transe, as equedes desempenham 'funções menores', mas que, entretanto, conectam-se estreitamente aos deuses que elas não conseguem encarnar.” Ainda que tenha escrito entre aspas, é incabível dizermos que essas mulheres desempenham funções menores por estarem acordadas numa festividade do Candomblé, quando na verdade, essa condição faz com que trabalhem e nos demande muito mais por sermos responsáveis por aqueles que estão em transe e por gerenciar a casa para que ocorra tudo nos conformes.

Após a leitura e análise da dissertação de Evangelista, foi possível perceber sobre uma outra narrativa que ocorrem dentro das religiões de matrizes africanas, sobre as relações de hierarquia, não só dos cargos existentes, mas também no contexto familiar. Outrossim, o relato da personagem principal, a Carla, nos mostra a importância de nos certificarmos sobre o funcionamento da casa que estamos, para evitarmos equívocos num ritual, como a confirmação de ekedji, quando na verdade a mesma era rodante (pessoa que ‘incorpora’ o Orixá) e posteriormente tornou-se iyaxorixá.

Quanto a dissertação de George da Hora Silva (2019), a discussão sobre a hierarquia há semelhanças ao trabalho de Evangelista em analisar as relações biológicas num terreiro. O autor busca referências através de literaturas especializadas sobre as religiões afro-brasileiras, para analisar a relação dos personagens que compõem o *Ilê Lorogun*, e a distribuição de seus papéis na estrutura social e políticos na continuidade e também a manutenção da casa. Seu objetivo é trazer a correlação entre os títulos e cargos e as conexões de parentesco biológico ou social (família extensa) com a liderança do terreiro em questão.

Silva (2019) nos descreve as estruturas de poder existentes no Candomblé (abiã, iaô, ebomi, ekedji, ogã) citando não só suas atribuições, como também as tensões e conflitos existentes, as negociações e manipulação das normas que ocorrem muitas vezes e também sobre alguns privilégios associados às relações de parentesco com a liderança local.

O segundo capítulo da dissertação é pautado para descrever sobre a formação da comunidade de um terreiro de Candomblé e a função que cada um desempenha. Desta maneira,

temos então a descrição do cargo de ekedji feita pelo autor e que encontramos na maior parte dos casos quando buscamos algo sobre esse grupo de mulheres, tanto é que ele reforça que a ekedji citada na sua pesquisa não foi entrevistada, então suas análises foram baseadas por referências bibliográficas sobre o cargo e pelos membros do terreiro pesquisado sobre ela.

Com isso, após o levantamento de obras sobre meninas de Candomblé e que sejam ekedji, não foi possível encontrar alguma exclusivamente sobre esse grupo, por isso, houve a necessidade de dividirmos o campo de pesquisa em dois grandes blocos “Crianças de terreiro” e “Ekedji” para então construirmos essa discussão e assim caminharmos para uma nova etapa e análise sobre esse cargo tão importante para o funcionamento da religião que ao ser vivido por uma criança, muitas vezes elas são desacreditadas para assumir tal responsabilidade, por uma crença adultista com esses seres.

Desta forma, o desenrolar da pesquisa consistirá em debater sobre o conceito da infância, para entendermos sobre essa fase tão importante de nossas vidas, além de elucidar sobre quem são e o que fazem as ekedjis nos terreiros e Candomblé, e por fim, trazer as vivências dessas meninas e respeitando-as como protagonistas de suas próprias histórias, através de uma escuta sensível e com o aporte metodológico de como abordar esses sujeitos, que diferem de entrevistas convencionais, para assim podermos elaborar essa dissertação que me atravessa, mas ao mesmo tempo me completa.

CAPÍTULO II - ENTRE A FUNÇÃO RELIGIOSA DE EKEDJIS E O CARÁTER BRINCANTE DA INFÂNCIA

Após termos feito o levantamento bibliográfico sobre pesquisas que falem das ekedjis, em especial as crianças, vamos debater a respeito de quem são essas mulheres e qual o seu papel dentro do Candomblé, para então, entendermos sobre os impactos que esse cargo pode provocar na vida dessas meninas que estão vivenciando suas infâncias.

2.1 A HISTÓRIA DO CANDOMBLÉ NO BRASIL

O candomblé é uma religião criada no Brasil por diversos povos africanos desde que foram trazidos a forçã em condiçã de escravizados. Com isso, ela foi reformulada para poder se adequar e se adaptar às novas condições ambientais, além de sofrerem o silenciamento e opressã dos brancos europeus. Essa religião tem como princípio base o culto às divindades que sã os Orixás ou Voduns – seres que sã a forçã e o poder da natureza - sendo os criadores e também seus administradores. Seus conhecimentos sã conquistados com a prática, com o tempo, a humildade, a observaçã e escuta, a inteligênciã e principalmente com a vontade de aprender respeitando sempre aos mais velhos. Segundo Odé Kileuy e Vera de Oxaguiã (2009), a palavra "candomblé" vem da etimologia *candombe*, traduzido como "dança, batuque", originário de um termo da naçã Bantu. Esta palavra se referia às brincadeiras, festas, reuniões, festividades profanas e também divinas dos negros escravizados nas senzalas em seus momentos de folga. Conforme relatado, a religião tem como fundamento o culto as divindades que sã os Orixás. Acredita-se que existam mais de 300, entretanto, como o Candomblé é uma religião que podemos dizer que foi gerada em África e nascida aqui no Brasil, durante a travessia, seja no caminho do Oceano Atlântico ou a do passar dos anos, hoje em dia sã cultuados aproximadamente dezoito Orixás.

Por ter sido criado por diversos povos africanos, o Candomblé possui diferentes vertentes de acordo com as nações, onde as mais conhecidas sã o **Ketu**, a **Angola** e o **Jejê**. As diferençã entre elas podem ser notadas nos ritmos, nos sotaques, no número de Orixás cultuados, nas vestimentas, entre outras coisas. Essa mistura étnica contribuiu para a diversidade da religião. O Candomblé tem como princípio o respeito a natureza assim como preservá-la, pois, é através dela que sã encontradas a matéria prima necessãria para os rituais uma vez que os Orixás fazem alusão aos elementos ambientais. Tais práticas fizeram com que os negros africanos obtivessem grande ajuda e influênciã dos povos originários do que

chamamos hoje de Brasil. Essa relação fez com que nascesse uma nova manifestação religiosa que conhecemos como *Umbanda*, que sintetiza vários elementos das religiões africanas, indígenas e cristãs (uma vez que era imposta aos negros, muitos acabaram incorporando elementos dessa religião para si).

A tradição do povo negro africano, tem como uma das principais características a oralidade com um grande respeito aos ancestrais. Por conta disso, encontrar registros sobre o culto no Candomblé é algo raro, pois além desse fator mencionado, é fundamental destacarmos que essa religião nasceu em um período escravocrata, onde além das condições desumanas em que eram submetidos, muitos eram privados do ensino, o que dificulta ainda mais de algo manuscrito. Essas características resultaram em algumas consequências, como por exemplo: muitas coisas foram perdidas, ditas e interpretadas de forma incorreta, ocasionando inclusive em muito charlatão regendo terreiros de Candomblé e Umbanda. Outrossim, a ausência de um registro físico, foi também motivo para presenciarmos um episódio em 2014, quando um juiz federal Eugênio Rosa de Araújo, utilizasse disso como argumento para deslegitimar o culto de matrizes africanas enquanto religião, pois segundo ele, “*não contêm os traços necessários de uma religião como um texto base, uma estrutura hierárquica e um Deus a ser venerado*”. Esta fala retrata o racismo religioso que essas religiões enfrentam há anos desde a sua existência, seja pela sociedade ou até mesmo pelo Estado, uma vez que se diz laico perante a constituição. Quanto à essa discussão, Nogueira descreve:

O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se caracterizam pelas formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro, valorizam e conferem prestígio e hegemonia a um determinado “eu” em detrimento de “outrem”, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político – os quais culminam em ações prejudiciais e até certo ponto criminosas contra um grupo de pessoas com uma crença considerada não hegemônica (NOGUEIRA, Silas. P. 19. 2020).

Ou seja, embora saibamos pouco sobre a origem da religião, é incontestável a história de luta e resistência de seu povo. No período colonial, a igreja católica tinha uma influência política muito grande, e por conta disso, exigiam que os negros escravizados submetessem as suas crenças e demonizavam as divindades africanas. Com isso, penalizavam (muitas vezes em violências físicas) quem resistisse as ordens e não demonstrassem estar convertidos a religião cristã. Diante disso, para poderem continuar manifestando sua crença, os negros faziam referência aos santos do catolicismo aos Orixás, tais práticas é o que chamamos de sincretismo.

Ainda que os negros encontrassem meios de celebrar sua religiosidade, a perseguição era algo constante. Muitos eram condenados à morte por associarem a prática como bruxaria ou feitiçaria e infelizmente tais discursos ainda encontramos nos dias de hoje. O Estado

brasileiro passa a ser laico com a promulgação da Constituição de 1891 e o direito à liberdade religiosa continuou a ser assegurado em todas as Constituições seguintes. A liberdade religiosa foi determinada pela Constituição de 1988 e está descrita no artigo 5º: *“Inciso VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.”* Esse direito é garantido a todos no país, tanto para aqueles que possuem uma religião e a exercem quanto também para os que não possui uma. Por mais que tenhamos direitos garantidos por Lei, dia de combate a intolerância religiosa (21/01), ainda assim não são o suficiente para impedir a intolerância religiosa e seus efeitos. De acordo com a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), as denúncias de casos relacionados à intolerância religiosa aumentaram 41,2% no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. Se comparado ao mesmo período de 2018, as denúncias aumentaram 136%, segundo dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e a em sua maioria alarmante são em relação as religiões de matrizes africanas.

Tais fatos ainda são reflexo da herança colonial escravocrata que marginaliza e silencia qualquer tipo de manifestação originária dos povos africanos, sejam elas religiosas, estéticas, culturais ou intelectuais. Mas, a nossa história é movida por coletividade e resistência, e assim, o Candomblé vem existindo e reexistindo ao longo de seus mais de trezentos anos. Sendo assim, a seguir vamos discutir como é formada a divisão e a hierarquia da religião. Cabe ressaltarmos que estamos falando da tradição da linhagem da nação Ketu, pois conforme mencionado, alguns termos e fundamentos podem diferenciar entre elas.

2.1.2 A FORMAÇÃO E DIVISÃO DA COMUNIDADE

A hierarquia é uma ação muito importante para o funcionamento do Candomblé. Ela ajuda a delimitar os espaços, organizar a comunidade, promover a ordem, delegar funções e responsabilidades dos membros. Essa prática no Candomblé, assim como em qualquer setor da sociedade, define indivíduos com capacidade para liderar promovendo um ambiente para pessoas conviverem de forma pacífica e harmoniosamente em um mesmo local. A divisão hierárquica é distribuída através dos cargos exercidos pelos praticantes, deste modo, começaremos pela base dessa pirâmide que são os **abiãs**. De acordo com os autores Odé Kileuy e Vera de Oxaguiã (2009, n.p):

O termo abiyán, em iorubá, pode ser traduzido como "nascer para um novo caminho" (abi = aquele que nasce; iyán ou an [contração de "onã"] = caminho novo). Na nação bantu são chamados de ndumbe ou ntangi, e na nação fon, arruretê. O abiã traz a idéia

de início, de nascimento, e ele representa realmente o começo, pois é um pré-iniciado, o primeiro momento do futuro iaô.

Embora muitas pessoas considerem os abiãs como personagens de pouca importância, esse grupo é imprescindível para a continuidade da casa. Os abiãs são pessoas que podem ser chamadas de amigas ou visitas das casas de Candomblé pelo fato de ainda não terem firmado um compromisso religioso. É fundamental passar por essa etapa antes entrar para a religião, pois é uma fase de muita observação e aprendizado, onde irão se familiarizar com sua futura família de axé e entender melhor como funciona um terreiro e tudo que o engloba. Nesse processo, conhece-se melhor seu(sua) líder espiritual e os membros da casa, criando vínculos e afinidades, pondera-se os prós e os contras, surgindo então um conhecimento mútuo. Passar por essa fase permite uma visão mais prática da sua futura vida pessoal e sagrada, e assim, farão sua iniciação ou confirmação bem conscientes do que estará por vir. Ser abiã permite se inteirar um pouco mais sobre a religião, preceitos, as obrigações e direitos que ajudarão na sua decisão de firmar compromisso com a religião ou não; e poder identificar se aquela é a casa que serve aos seus interesses espirituais, afetivos e morais.

Consagrar-se ao Candomblé e aos Orixás é uma prova de humildade, de muito amor e dedicação. É abdicar de muitos momentos de sua vida particular e muitos não estão prontos para viver esse momento. Mas, quando uma casa é cercada de amor e compromisso sério com a religião e com todos e todas que a frequentam, um abiã quando bem ensinado, educado e respeitado, no futuro com certeza será um bom iaô e quem ganha é toda a comunidade. Em muitos casos, quando uma pessoa ainda é abiã em uma casa de santo, ela pode ter sua primeira experiência em transe, isto é, incorporar no Orixá. Nesse período de adaptação, a pessoa se prepara psicologicamente e financeiramente para seu processo de feitura e então se tornar um **iaô**.

A feitura de um é um ritual onde a pessoa ressignifica seus valores e conecta sua vida física com a espiritual. É o nascimento, fortalecimento e o elo em que se cria com o seu Orixá durante todo esse processo, que geralmente duram cerca de vinte e um dias. Além disso, esse período é muito importante para a formação de caráter dessas pessoas, pois no primeiro ano em geral, que é o mais intenso, a pessoa precisa abdicar de muitas coisas da sua vida profana, como ir à praia e cachoeiras, frequentar festas e bares, ficar na rua depois de certo horário, entre outras coisas. Na casa de Candomblé, o iaô precisa ser humilde e respeitar seus mais velhos, abaixar a cabeça, falar somente quando solicitado e sentar na ení (esteira de palha) são dos exemplos a serem seguidos. Conforme vão passando os anos da data de sua iniciação, as restrições são reduzidas e os ensinamentos crescem. Dependendo da nação do Candomblé, o iaô cumpre as obrigação do primeiro ano de iniciado, quando faz três anos e o mais importante:

os setes anos, pois assim ele obtém o cargo de **ebomi**, que em iorubá *egbónmi* é traduzido como "meu/minha mais velho/a".

Para se tornar ebomi é necessário ter cumprido a obrigação de sete anos da sua iniciação chamado de *Odum Ejê*, onde é possível ganhar jogos de búzios ou até mesmo a cuia para futuramente tornar-se um(a) zelador(a) caso seja esse seu destino. A partir disso, passa a adquirir certos direitos e conseqüentemente, muito mais responsabilidades com a casa. Tornam-se muitas vezes porta-vozes da comunidade junto às autoridades e podem receber cargos que lhe será dado pelo(a) sacerdote ou pelo Orixá dono da casa. Por já terem passado pelo processo de iniciação, os ebomis geralmente são os que possuem a responsabilidade de educar e passar os ensinamentos aos novos iaôs, uma vez que já foram um. Seus conhecimentos são muito respeitados, por isso, são acionados muitas vezes nos rituais, mas por serem vodunci (pessoas que entram em transe) não conseguem auxiliar completamente como os ogãs e as ekedjis.

Os **Ogãs** são as autoridades masculinas, de posto hierárquico abaixo dos Babalorixás/das Iyalorixás e são seus auxiliares diretos, assim como as ekedjis. Estes homens, tal como as ekedji, não entram em transe, ou seja, não incorporam nos Orixás. Uma das formas de saber se possui esse cargo é geralmente através do jogo de búzios ou tendo sido suspensos (escolhidos) pelo Orixá da casa ou por um algum outro. Quando isso ocorre, é necessário fazer um ritual chamado de confirmação, que ocorre também para as Ekedjis. Esse processo é bem menos rigoroso do que o processo de feitura dos iaôs, como por exemplo, na grande maioria das casas de Candomblé, eles e elas não precisam raspar os cabelos. Isso pode variar de acordo da nação religiosa, pois esses grupos (ogãs e ekedji) são considerados “feitos” por nascença e gozam de privilégios que um iaô só obterá após sete anos quando torna-se um ebomi.

O ogã é um cargo de muita confiança dos(das) zeladores(as), e de grande importância na religião, por conta disso, concede certo status e regalias. Entre suas variadas obrigações estão os cuidados com os atabaques, que vem a ser o principal instrumento de comunicação do homem com os Orixás, sendo acompanhado dos ritmos, as danças e as cantigas. Sua relação com os instrumentos deve ser de profundo respeito e ética. Existem algumas distinções das responsabilidades entre eles, como por exemplo: *Alabê*, responsável pelo toque, conservação e preservação dos instrumentos musicais sagrados (os atabaques); o *Axogum*, o faz os sacrifícios com os animais para os orixás; *Babá Morotonã*, encarregado de retirar as patas dos animais sacrificados, entre outros. Seguindo as estruturas hierárquicas, temos as ekedji. Como esse grupo é o foco da pesquisa, deixaremos para falar detalhadamente sobre o cargo e suas particularidades mais à frente.

Por fim, mas não menos importante, para fecharmos a pirâmide organizacional que compõe o Candomblé, temos as **Iyálorixás** ou os **Babalorixás**, que popularmente também são conhecidos como mãe e pai de santo. Essas pessoas possuem uma responsabilidade e influência imensurável dentro de um terreiro, pois são as autoridades máximas de suas comunidades e por isso, precisam ter muito conhecimento, respeito e amor pela religião. É um cargo que requer mais do que nunca doutrina, comprometimento e um comportamento exemplar. São responsáveis pela iniciação dos iaôs e da confirmação dos ogãs e ekedji, acompanhando-os enquanto permanecerem em sua casa, zelando pelo bem estar físico, mental e emocional. Assumir uma casa de Candomblé exige extrema dedicação e sacrifícios da própria vida pessoal, pois lidam constantemente com inúmeros problemas e situações de pessoas que estão sob a sua responsabilidade ou até mesmo de amigos e pessoas visitantes (clientes) que os/as procuram. Um(a) bom(a) zelador(a), preocupa-se em preparar pessoas para que deem continuidade à casa após a sua morte evitando assim que os conhecimentos se percam e permitindo que a energia do Axé perpetue por gerações.

2.1.3 QUEM SÃO E O QUAL O PAPEL DAS EKEDJIS

As *ekedjis* (Èkèjí) também conhecidas como *Àjòyè*, *Ìyároba*, *Makota*, dependendo da tradição da casa ou nação. São muitas vezes chamadas pela comunidade de mãe e tem o respeito dos demais como tal. Assim como os ogãs (o cargo masculino similar), elas não incorporam seu orixá de cabeça, ou seja, não entram em transe, pois necessitam estar acordadas para atender as necessidades dos Orixás para os quais foram devidamente preparadas para servir. Tem como responsabilidade com os Orixás de zelar por suas roupas e ferramentas, por sua segurança, conforto e também saber vesti-los. É delas a função de acompanhar, dançar, cuidar dos Orixás da casa e até mesmo dos visitantes. São elas as condutoras das divindas incorporados no Egbê (barracão ou sala de festividades) e a responsabilidade de recolhê-los para "desvirá-los", observando as condições físicas daqueles que estão voltando em transe.

A relação matriarcal no Candomblé encontramos não só com as iyálorixás, como também nas ekedjis, como relata a ekedji Sinha em seu livro (2015, p.28) ao dizer:

Eu sou uma equede... e não me vejo em outra função dentro do axé. Porque eu sou mãe! E equede é mãe. Então, não sei mais separar a mãe genética da mãe religiosa. Tem momentos em que fico confusa e acho que todo mundo é meu filho. Às vezes, acho que pari todo mundo

[...] No caso dos orixás é a mesma coisa. Não tem por que dizer 'eu sou equede de Oxóssi!' só porque quem me deu esse cargo. Eu sou equede de todos os orixás, de Exu a Oxalá. Exu é meu filho tanto quanto Oxóssi, tanto quanto Oxalá. Eu me sinto

mãe deles de verdade. O amor materno de uma equede não tem explicação, mas tem uma origem ancestral.

Descrever sobre o papel das ekedjis é algo que não mensura a importância delas na comunidade e muito menos traduz o significado para quem é uma, como é no meu caso. Assim como uma mãe, é função da ekedji educar seus filhos de santo, promovendo harmonia e união na casa, afinal “não há mãe de santo ou pai de santo que consiga, sozinho, conduzir uma comunidade religiosa, se não for assessorada ou assessorado por uma boa equede” (BRANDÃO, 2015). Essa educação se dá não só nos fundamentos religiosos, como também na conduta ética a ser seguida pela casa, isto é, se levarmos em consideração o campo da educação e toda a diversidade em que a engloba, podemos entender os terreiros de candomblé como espaços educacionais e com isso, debatermos com os primórdios de uma educação conservadora a qual é defendida por muitos cidadãos brasileiros. Pensando nisso, por que não dizermos que as ekedji também são agentes educadoras? Ao analisar minha trajetória enquanto docente, é possível perceber como ela se entrelaça com minha vida religiosa. O Candomblé me ensina e me exige o respeito ao próximo, a valorização da escuta e história do outro e o zelo por aqueles que estão sob minha responsabilidade, assim como prezo pelos meus estudantes. Portanto, é indiscutível a relevância dessas mulheres para o gerenciamento da religião.

Outro ponto fundamental no Candomblé é sobre as vestimentas de seus membros, pois através delas podemos identificar o grau de uma pessoa, a diferenciação de gêneros e também a relação por trás das peças. Quanto as ekedjis, suas vestes podem variar de acordo com a nação e costumes de cada terreiro. No geral consiste em 2 opções:

- 1- • **Camisu**⁶: “Peça de roupa de combinação usada em contato com a pele da filha de santo. O camisu vai até quase a altura dos joelhos, possui referências à roupa de ração, usada no candomblé para as tarefas do cotidiano e também durante os períodos de obrigações. O camisu também marca a etapa de iniciação de uma filha de santo (iaô), que ao completar sete anos na religião, passa para o estágio de ebomi (mais velha), que lhe dá o direito de usar por cima do camisu uma bata larga, também trabalhada em richelieu. O richelieu pode estar presente em toda a extensão do camisu, o que torna transparente e fresco para suas usuárias. ”
 - **Atacã**: Uma faixa de tecido utilizado para cobrir os seios substituindo o sutiã
 - **Calçolinho ou Calçolão**: Uma espécie de short ou calça (dependendo do tamanho) utilizado por debaixo das saias
 - **Saia**: De acordo com a ocasião pode ser mais simples para funções do dia a dia (saia da ração) ou podem ser mais trabalhadas (se a mulher tiver grau) e coloridas para dias de festas.
 - **Pano da Costa (Alacá)**⁷: “É um símbolo no candomblé, indumentária que tem um significado do hierárquico: seu uso, em sua volta do corpo ou no ombro da

⁶ Descrição retirada do livro “Equede: A mãe de todos – Terreiro Casa Branca. BRANDÃO, Gersonice Equede Sinha, p.62. 2015

⁷ Descrição retirada do livro “Equede: A mãe de todos – Terreiro Casa Branca. BRANDÃO, Gersonice Equede Sinha, p.70. 2015

sacerdotisa, determina a posição que ela ocupa em relação aos demais membros, no contexto religioso. O alacá tradicional é aquele feito artesanalmente em tear, recebendo padronagens listradas ou em madras de diversas cores. Referência cultural para as nações da costa oeste da África e principal produto africano exportado e consumido na Bahia nos séculos XVIII e XIX.”

- **Ojá**⁸: “Turbante feito de tira de pano branco arrematado de renda larga e engomada.” Podem ser feitos de richelieu ou de algodão e tecido colorido. Geralmente quando estampado é do mesmo modelo que a saia.

- **Fio de Conta**: Colar de miçangas que as cores variam de acordo com o Orixá que o representa. Geralmente seu comprimento vai até abaixo do umbigo. Para as pessoas que possuem grau (Iyálorixá, Babalorixá, Ekedji, Ogã e Ebomi) os fios de conta são de grau, isto é, com miçanga mais trabalhadas e maiores, para os demais são fios mais simples e menores.

A outra opção de vestimenta consiste em:

- 2- • **Bata**: Podem ser de richelieu ou algodão. Quando estampadas combinam com a calça que acompanha.

- **Calça**: Usada por debaixo da bata e acompanhando o material e cores.

- **Pano da Costa**

- **Ojá**

- **Fio de conta**

Todavia, seja qual a vestimenta utilizada, o adereço principal que configura a ferramenta das ekedjis são as toalhas. Como descreve ekedji Sinha na apresentação de sua obra:

Com esse pedacinho do alá – o grande tecido que cobre Oxalá – fazemos tudo com o consentimento do pai maior. A toalha é nossa ferramenta de trabalho. Depois de convidar o Orixá para a celebração, é com ela que cuidamos dele durante a festa. Ao fim, trazemos seu filho de volta do transe, acolhendo-o da mesma forma com a toalha. É uma das nossas maiores responsabilidades. É a hora em que o amor de mãe se revela mais intenso – quando ela acorda seu filho do sono sagrado.

Acrescento ainda, que com a toalha também cuidamos dos Orixás secando-os quando estão suados ao dançarem e por que não dizer que também serve para abanar as pessoas que voltam em transe, pois as vezes essa volta se dá de maneira turbulenta e intensa. Algumas casas de axé têm como código que quando uma ekedji usa a toalha pendurada no ombro é sinal de que ela já é confirmada. E para finalizar o conjunto, a ekedji também utiliza o ajarim⁹, que tem a finalidade de chamar o orixá e também guiá-los no salão pela sonoridade. Só pode ser utilizado por pessoas que possuem grau na religião.

⁸ Descrição retirada do livro “Equede: A mãe de todos – Terreiro Casa Branca. BRANDÃO, Gersonice Equede Sinha, p.65. 2015

⁹ Ajá (em iorubá: Àjà) ou Ajarim (Adjarin) é uma sineta de metal, utilizada pelos sacerdotes do candomblé durante as festas públicas acompanhando o toque e nas oferendas, com a finalidade de chamar os Orixás, ou provocar o transe. O objeto pode ser de uma, duas ou três sinetas, e o cabo é do mesmo material que pode ser de bronze, metal dourado ou prateado. (Wikipédia)

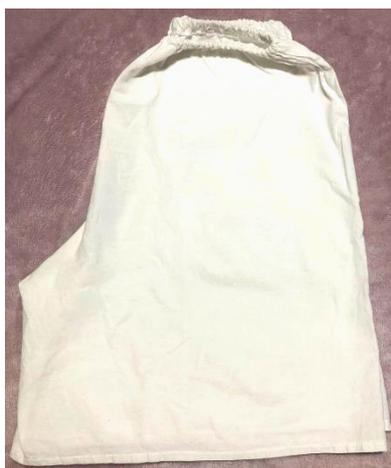
A seguir veremos exemplos dos trajes mencionados:



Camisu



Atacã



Calçolinho



Saia



Pano da Costa simples



Ojá (de rechilieu e algodão simples)



Fio de conta (A esquerda meu fio de Oxaguiã de grau da minha cerimônia de confirmação e a direita meu primeiro fio de conta de Oxalá quando era criança)



Toalhinha para enxugar os Orixás



Ajarim - Imagem retirada do site Google

Dito isto, podemos observar a grande influência feminina no Candomblé, algo incomum quando pensamos na configuração de poder no ocidente. Embora estejamos falando de uma religião brasileira, ainda sim trata-se da diáspora onde a ancestralidade se faz presente e por isso, a presença da mulher negra em cargos de liderança vem dos primórdios da cultura africana. Em muitas religiões há o predomínio de líderes na figura de homens brancos, mas ao falarmos das de origens de matrizes africana, podemos notar um número expressivo de frente de mulheres e negras. Isso é tão simbólico para mim, uma vez que também me enquadro nessas características e criar este capítulo é uma forma de não só homenageá-las, mas também agradecer por essas ancestrais que fizeram tanto por nós seja de forma política e religiosa.

Outrossim, respondendo a justificativa do porquê fazer esse recorte de gênero na pesquisa, uma vez que poderia ser estudado crianças que ocupam cargo religioso, no caso ogãs e ekedjis, ressalto que por mais que a mulher negra tenha seu papel importante na sociedade africana conforme descrito anteriormente, vivemos no ocidente e, portanto, podemos notar alguns privilégios quanto trata-se de gênero, fruto da herança patriarcal da nossa sociedade. De acordo com a Jaqueline Sant'Ana Martins dos Santos (2018:49):

As construções sociais que incidem sobre os corpos, contudo, não se limitam ao gênero, operando também por meio de marcadores como classe e raça. Não é possível isolar o machismo e a violência de gênero sofrida por essas mulheres do racismo estrutural, do preconceito religioso e das representações estereotipadas das mulheres negras em nossa sociedade. Nesse sentido, cabe pensar a interseccionalidade, ou seja, o entrecruzamento ou articulação de marcadores sociais de gênero, raça, religiosidade e geração.

Logo, a escolha deste sujeito de pesquisa foi um ato político, por entender que embora ogãs e ekedjis ocupem o mesmo nível hierárquico, é notório a desigualdade na distribuição de tarefas onde há sobrecarga para um dos lados, assim como podemos observar nas estruturas familiares quando pensamos nas atribuições exercidas pelas mães e os pais.

Desta maneira, ao pensarmos em tudo que engloba o ser mulher, negra e ekedji como pensar nesses sujeitos durante sua infância? Mas antes, é preciso discutirmos sobre essa fase da vida que é tão complexa, ampla e diversa, mas que ao mesmo tempo é fundamental para nossa construção identitária.

2.2. INFÂNCIA E RESPONSABILIDADE: A BRINCADEIRA NA VIDA DAS CRIANÇAS

Os estudos sobre crianças e infâncias são diversos. Para os sociólogos Manuel Jacinto Sarmiento e Manuel Pinto por exemplo,

[...] crianças existiram sempre, desde o primeiro ser humano, e a infância como construção social – a propósito da qual se construiu um conjunto de representações sociais e de crenças e para a qual se estruturaram dispositivos de socialização e controle que a instituíram como categoria social própria – existe desde os séculos XVII e XVIII (SARMENTO; PINTO, 1997, p.11).

Vale ressaltar, que ambos pensadores são portugueses, portanto, é comum encontrarmos estudos sobre crianças no período dos séculos XVII e XVIII, marcado pela primeira revolução industrial na Europa, o qual a criança era tratada como um “pequeno adulto” onde desenvolvia atividades trabalhistas e não se era discutido sobre a infância. Levando em consideração que nosso currículo escolar é conhecido como ‘eurocentrado’, isto é, onde temos a Europa como centro do conhecimento, fruto da nossa herança colonial, ainda há quem adote esse discurso de que a criança só foi entendida quanto sua essência após a época mencionada. Isso reforça a necessidade de rompermos com esse modelo hegemônico para podermos ampliar nossa visão e debatermos sobre diversos assuntos, dentre eles a infância.

Desta maneira, entendemos que há varias análises a respeito sobre essa temática, no ponto de vista afrocentrado, Renato Noguera (2019, p.129) ressalta que

[...]as culturas indígenas (pindorâmicas), tal como quilombolas, são biointeracionistas (SANTOS, 2015, p. 81). O que significa que o trabalho não é colocado como uma atividade mais importante do que viver. Uma maneira de identificar isso está na própria construção da infância moderna. Nas culturas em que o trabalho assume centralidade na vida, as crianças eram questionadas (ou ainda são?) sobre o que gostariam de ser quando se tornassem adultas. Em culturas biointeracionistas, as crianças vivem em função do presente, não de uma utopia futurista na qual elas passarão a ser “gente” apenas quando forem adultas.

Ou seja, um contraponto sob a perspectiva do ‘ser criança’ pela narrativa colonizadora europeia fomentada pelo trabalho como construção de valores e caráter. Dito isto, é difícil rotularmos um conceito universal sobre o que é ser criança e o que é infância, sem levarmos em consideração o período histórico, cultural, social e racial o qual estamos nos referindo. No campo da biologia e da psicologia, considera-se até os doze anos, pois a partir dessa idade entende-se a transição para a adolescência que é marcada pelas mudanças corpóreas (ex: puberdade); mudanças psicológicas como: responsabilidade, suas experiências e conflitos; mudanças sociais a partir da construção de sua identidade social, corpo social e inter-relacionamentos; construção da sexualidade; fatos traumáticos, como por exemplo, ‘luto’ pela infância perdida; construção do conceito de independência, etc.

No âmbito social e civil, temos marcos importantes de garantia do direito a criança, como a criação da instituição global *United Nations Children's Fund* - UNICEF (traduzido para Fundo das Nações Unidas para a Infância) fundado em dezembro de 1946, pela Organização das Nações Unidas (ONU), para atender às necessidades emergenciais das crianças durante o período pós-guerra em especial na Europa e China. Já em 1959, tivemos a Declaração Universal Dos Direitos Das Crianças, decretado que:

VISTO que os povos das Nações Unidas, na Carta, reafirmaram sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano, e resolveram promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla, VISTO que as Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamaram que todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades nela estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, VISTO que a criança, em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento, VISTO que a necessidade de tal proteção foi enunciada na Declaração dos Direitos da Criança em Genebra, de 1924, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos estatutos das agências especializadas e organizações internacionais interessadas no bem-estar da criança, VISTO que a humanidade deve à criança o melhor de seus esforços.”.

Posteriormente, em novembro de 1989, tivemos a implementação da **Convenção sobre os Direitos da Criança** que foi adotada pela Assembleia Geral da ONU, mas que só entrou em vigor em 2 de setembro de 1990. Este modelo é considerado o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 196 países, exceto os Estados Unidos, e o Brasil assinou posteriormente em 24 de setembro de 1990.

Ainda sobre o Brasil, temos como referência o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) homologada pela **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Através dela temos a concepção etária de criança e adolescente de acordo com o *Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade*. Além disso, essa lei foi fundamental para assegurar os direitos desses grupos tais como: do direito à vida e à saúde, do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, do direito à convivência familiar e comunitária, do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, do direito à profissionalização e à proteção no trabalho, entre outras coisas. Outro ponto importante advindo pelo ECA foi a homologação da **Lei nº 13.257**, de 8 de março de 2016, em que de acordo com o *“Art. 1º Esta Lei estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano”*. Ou seja, por meio dela, pudemos ampliar o debate sobre

infância *versus* criança, pois ela determina como primeira infância até os 6 primeiros anos completos (ou 72 meses) da criança.

Continuando a análise do Estatuto, no Art. 3º, Parágrafo único institui que: *Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião¹⁰ ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)*, e mais à frente no Capítulo II, no que refere ao “direito à liberdade, ao respeito e à dignidade”, no Art. 16. “O direito à liberdade” temos no item III **a crença e culto religioso**. Embora esta dissertação seja do âmbito da educação e não do direito, é preciso sabermos destas ferramentas para nos assegurarmos de eventuais episódios de racismo religioso que nossas crianças de terreiro possam vir a sofrer.

Afinal, em 2020 tivemos o caso de uma mãe que perdeu a guarda da filha de 12 anos após a mesma ter sido iniciada no Candomblé sob a acusação de maus-tratos, feito pela própria avó materna da menina, que é evangélica. Depois de várias denúncias ao Conselho Tutelar, o órgão acatou e levou o caso à promotoria, alegando que houve lesão corporal por causa dos cabelos raspados e a justiça designou a guarda da menina para sua avó. Quanto a esse episódio, a comunidade Obadará Africanidade, exalta que “*Nossos fundamentos e ritos estão garantidos por lei (...) Jamais devem ser confundidos com ato de tortura ou lesão corporal.*” Infelizmente, essa situação não é um caso isolado no que diz respeito a intolerância religiosa com crianças. Outro exemplo ocorrido em 2014, onde um menino de 12 anos foi impedido de entrar na escola com suas guias (ou fio de conta) e em 2015 quando uma menina de 11 anos foi apedrejada ao sair do seu centro religioso, fora outras histórias que não são noticiadas, mas que constantemente são vivenciadas por essas crianças e adolescentes.

Esses fatores são os principais motivos para que esses seres omitam sua crença ou até mesmo se envergonhem, tanto que essas crianças nos terreiros sentem orgulho da religião, mas fora desses espaços são reduzidos à invisibilidade, a marginalidade e associados a demonização, além de serem silenciadas e discriminadas. Por isso, acabam adotando por meio de sobrevivência esconder seus colares e guias ou até mesmo dizer que são cristãs para diminuir o sofrimento, pois elas não têm a garantia de sua crença religiosa nos espaços escolares, pela sociedade e nem pelo Estado, o qual teoricamente assegura esse direito e diz ser laico, afinal,

É possível afirmar que a intolerância religiosa não é algo recente na história da humanidade e muito menos na história do Brasil. Todavia, suas formas de manifestação têm sido modificadas de acordo com a organização política, cultural e

¹⁰ Grifagem feita pela autora

E diante de tantas atrocidades muro a fora dos terreiros, é comum vermos responsáveis com receio de introduzir seus filhos no Candomblé. Optam por esperar terem ‘maturidade e consciência’ para seguir ou não na religião (como ocorreu comigo), e muitas vezes em que são levadas aos terreiros, são apenas seres brincantes e não vistos como membros iguais aos demais. Entretanto, esse discurso quanto a maturidade e consentimento pelos responsáveis de crianças de terreiro assim como a sociedade não é adotada quando batizamos bebês e incentivamos a fazerem catequese, primeira comunhão, crisma e também servirem como coroinhas nas igrejas católicas.

Até que ponto esse discurso sobre respeitar o tempo da criança não está entrelaçado com a intolerância religiosa enraizada no subconsciente de seus responsáveis? Por que para algumas religiões a inocência é válida e em outras não? E o quanto privamos nossas crianças de viverem seus desejos em nome dessa proteção? Tais questionamentos podem ser entendidos como:

O discurso da inocência, por tudo isso, nomeia os corpos e os prazeres das crianças, prescrevendo o que não lhes cabe ver, ouvir, tocar, falar, sentir, saber, desejar, viver, de modo a circunscrever uma subjetividade que só tem validade dentro de um mundo emoldurado. Consiste no próprio fundamento dessa moldura, que se fortalece historicamente ao ser enunciado em nome da proteção, do bem-estar das crianças e do futuro da nação. A integridade das crianças apresenta-se, por sua vez, como o álibi mais eficaz de manutenção e perpetuação do discurso da inocência como dispositivo de poder (SALGADO; SOUZA; WILLMS. p.48. 2018).

Afinal, meu desejo por fazer minha confirmação de ekedji após ter ganho o cargo não foi levado em consideração o que fez com que eu promettesse a mim mesma realizar a cerimônia quando completasse 18 anos por já entender que era a idade em que teria minhas escolhas respeitadas. Porém, não foi possível devido ao fato do José Flavio, meu babalorixá, falecer quando eu tinha 16 anos.

Tais atitudes podem causar um desinteresse da criança pela religião. Como relatei anteriormente, de imediato não gostava do Candomblé, pois muito pouco me era explicado e não era inserida no meio, somente após ganhar notoriedade com o cargo, passei a ser vista e integrada ao grupo. Me senti pertencente e a construir uma relação de afeto com a religião e tudo que a engloba. Ter vivenciado isso na infância e pelo fato de ser educadora, contribuem para que eu procure fazer diferente com as crianças do meu atual terreiro. Um exemplo é de um menino que chegou aos 4 anos na nossa comunidade e mesmo não sabendo se ele será ogã ou rodante, procuro passar atividades e explicar coisas dentro da possibilidade. A mãe dele me relatou que em uma tarefa da escola deles, estava aprendendo sobre os animais e havia uma

questão sobre tartarugas e se eles conheciam alguma. O menino escreveu que na casa dos ‘*Orixares*’ (plural de *Orixá* para ele) que ele frequentava, tinha como função alimentar as tartarugas, embora na verdade tratava-se de um ajapá (jabuti em ioruba). Outro episódio interessante foi quando ele exigiu ao pai de santo ganhar um fio de conta, tendo em vista que todos tinham um, inclusive a menina que ele brincava. Ou seja, para ele portar desse acessório era uma forma de pertencimento e identidade que os membros da casa tinham e que ele também deveria ter. E o mais significativo para mim, foi a primeira vez que ele esteve no meu ilê e após ter tomado o *omim eró* (banho de ervas) – também por exigência do mesmo – o pai de santo se despediu dele dizendo que aquela casa era dele, e o mesmo rebateu dizendo que era de todos nós, mostrando desde cedo sua concepção de coletividade.

Acontece que mesmo perante as adversidades, as crianças de axé têm uma aprendizagem ímpar e uma infância diferenciada. Rompendo com o conceito conservador de educação, “a educação pode ser entendida como o processo, e o resultado dele, que cobre o período compreendido entre o nascimento e a morte, por meio do qual o indivíduo se desenvolve e se aperfeiçoa em sua condição humana” (CORREIA, p.81, 2013), e assim, podemos considerar os terreiros como um espaço educador, afinal, “existem diferentes e diversas formas e modelos de educação, e que a escola não é o lugar privilegiado onde ela acontece e nem o professor é o único responsável pela sua prática” (GOMES, p.170, 2003). A criança no Candomblé é educada por toda a comunidade, pois as vezes seus responsáveis podem estar ocupados nas funções, em transe, tocando ou dançando e não tendo a disponibilidade integral. Esta é uma religião a qual preserva muito sobre o respeito, o cumprimento de regras, o saber ouvir mais do que falar. E tais disciplinas são fundamentais para a construção das crianças não só no meio religioso, mas também para a sociedade. As regras de convívio são baseadas em etiquetas entre as diferentes categorias de idade, impostas pelas iniciações. O aprendizado é produto da vivência e de um processo iniciático que se concretiza através da transmissão oral do saber. (BARROS, 2000). Logo, Caputo destaca que:

Reafirmamos que entendemos os terreiros como redes educativas, como um lugar de múltiplas aprendizagens. Entre esses múltiplos saberes e significações aprendidos e ensinados, destacamos aqui o yorubá. Para a área da educação, mesmo isoladamente, acreditamos que este já é um aspecto, sem dúvida, de extrema importância. Aprender nessas e com essas experiências seria muito positivo. (CAPUTO, p. 789. 2015)

Porém, o racismo estrutural somado ao religioso vivido pela comunidade negra, exclui nossas vivências, culturas e tradições como saberes epistêmicos. Algo que inclusive foi acreditado por nós durante muito tempo.

São nesses espaços elas aprendem a respeitar a natureza, o fundamento e a essência das folhas, as comidas típicas para cada Orixá, os ritmos e danças e sem falar na aquisição de uma nova língua como o Ioruba. Conforme Filipe Rodrigues Martins (2015, p.270), em sua pesquisa sobre Educação Ambiental e Candomblé:

Todo o ritual exige a utilização de recursos provenientes da natureza, desde a preparação da terra para a construção de um terreiro de candomblé, pois o solo é sagrado, ele é quem dá a licença inicial para os ritos sacramentais do candomblé; até as festividades periódicas que acontecem nos terreiros. Nos terreiros de candomblé esta analogia entre natureza e religião, na qual estes elementos estão intimamente ligados, constitui um terreno fértil ao processo de respeito e conservação ambiental.

Em tempo tão tecnológicos e urbanos, essa relação criança e natureza é fundamental para formação de valor e conexões ancestrais. E promover a religiosidade, em especial na infância, permite que renovemos a espiritualidade e o axé, nossa força vital. Quanto a questão da relação infância x religiosidade, destaco a fala de Nogueira (2019, p.132):

Como se daria uma espiritualidade que produza mais-valor de vida? A resposta é simples: reestabelecendo a Infância como condição humana capaz de reunir experiências espirituais restauradoras e ações políticas transformadoras e democráticas. A nossa aposta é de que somente através da Infância podemos realizar uma vida espiritual individual e coletiva satisfatória. E, ao mesmo tempo, apenas o protagonismo da Infância pode enfrentar de modo qualificado as crises políticas mais severas.

Ainda de acordo com o autor, há um itãn (história) que conta como dois meninos gêmeos ajudaram a salvar sua aldeia da morte (icú). Icu chegou a cidade de Orunmilá e resolvera ficar. Desde então, houve um grande aumento no número de mortes desde animais, pessoas e vegetação. Mesmo Orunmilá implorar com que parasse, o Icu falou que só iria embora caso alguém fosse capaz de obrigá-la a fazer algo que ela não quisesse. Após o fracasso de enviar guerreiros e guerreiras, exércitos, civis comuns e outros na tentativa de frear o crescimento da morte, Orunmilá consultou ao Ifá (o sistema divinatório), o qual apontou que os gêmeos (ibejis) seriam os indicados para a missão. Após negociações com a mãe dos meninos, a Iemanjá, as crianças partiram ao encontro de Icu, mas antes planejaram que estariam separados.

Taiwo foi o primeiro a se apresentar. Começou a tocar seu tambor e a dançar. Icu gostou do que ouvira e se juntou-se a ele na dança. Após longo minutos, Kehinde que estava em um arbusto escondido observando o irmão, trocou de lugar com ele sem que a Morte percebesse, e assim continuou com o toque e a dança que eles estavam fazendo enquanto seu irmão descansava. Os gêmeos fizeram essa troca por pelo menos sete vezes, a ponto de que Icu já não aguentava mais. Com isso, Icu foi até ao reino de Orunmilá e disse que deixaria a cidade, pois foi submetida a dançar mesmo não querendo, sua condição inicial. E assim, os ibejis festejaram por terem ajudado sua aldeia.

Esse itã é uma das demonstrações da importância da criança na cultura africana, em especial ioruba. Os Ibejis são Orixás cultuados no Candomblé e por conta disso, quando há o nascimento de crianças gêmeas, é sinal de prosperidade e a comunidade dá presentes a eles por entenderem como benção com relação as divindades. A presença de crianças no candomblé também está presente em forma de *erê*, que são espíritos crianças que tem como ‘principal tarefa’ trazer mensagens dos Orixás, uma vez que a maioria deles não possuem o domínio da fala. Ressalto que os erês não são divindades como os Ibejis, mas possuem sua importância no fundamento da religião. Cada pessoa que entra em transe com o Orixá, também ‘vira’ no erê, então, um ogã e uma ekedji não possuem erê, somente o seu orixá de orí (cabeça) ainda que não o manifestem.

Como são espíritos crianças, agem como tal, isto é, se alimentam compulsoriamente e adoram doces. Fazem (e muita!) travessuras, falam asneiras e dão trabalho como uma criança de fato. Por conta disso, nem todos têm paciência para lidar com eles, então essa era minha principal tarefa quando era pequena, e achava um máximo ver adultos agindo como criança e desenvolvia com eles relação de amizade e afeto que perpetuam até hoje. Um exemplo disso, foi quando uma irmã do meu atual pai de santo, que era da minha antiga casa de Cachoeiras de Macacú, foi nos visitar no nosso terreiro. O erê dela, *Peixinha*, me reencontrou após tantos anos sem me ver e foi lindo - ao mesmo tempo engraçado - quando ela disse: *Ekedinha! Se bem que agora é ‘ekedona’ né* – devido ao fato de agora eu ser uma mulher adulta e não mais a criança que tinha visto da última vez. Durante o tempo em que tínhamos a presença da menina ekedji no meu terreiro, foi designado a ela também a “função” de cuidar dos erês que aparecessem no ilê, mas relatarei sobre isso mais à frente.

A questão é que nós enquanto adultos não possuímos mais o caráter brincante, somente em forma de espírito no sentido literal. Esta transformação em nossa vida traz inúmeras consequências de acordo com nossa realidade social, mas o que podemos afirmar é que a

adultidade é a chave para entender o que devemos evitar politicamente, um modo de vida que abandona o mistério da vida como algo inescapável. Numa análise panorâmica, *adulter* é justamente um percurso de adulteração da biointeratividade que faz da vida uma experiência sem rótulos, radical e marcada pelo mistério de existir. Em termos afroperspectivistas, *adulter* significa perder as forças brincantes de investir no mistério inexplicável de existir – milagre. *Adulter* é abrir mão da mais-valia da vida. *Adulter* é a forma por excelência de corrupção da vida, algo contra o qual não temos um remédio salvador (NOGUERA, p.137, 2019).

Será que somente através dos erês que podemos resgatar o que é ser criança? Afinal, uma sociedade que está fadada ao capitalismo, nossos corpos são vistos apenas como ferramenta de trabalho e não podemos permitir que só no sentido espiritual seja possível ter essa conexão, até porque, os que podem vivenciá-las ao mesmo tempo não as experimentam,

pois não se lembram da experiência ao voltarem de transe. “A brincadeira deve ser uma obrigação ética e política. As pessoas adultas devem ser “obrigadas” a brincar e o trabalho não pode mais se organizar pelo falso binômio: subsistência ou acumulação de excedente. ” (NOGUERA, 2019). Corroboramos com ideia da importância da brincadeira em nossas vidas, em especial na infância.

O ato de brincar para a criança é para além de um momento de lazer como também uma forma de aprendizado. Estudos apontam que a brincadeira ajuda no seu desenvolvimento cognitivo e é uma das ferramentas utilizadas por profissionais da área da saúde e educação para o ensino-aprendizagem e atividades psicomotoras. Além disso, Bekoff (1984) entende que a brincadeira é toda a atividade motora performada depois do nascimento que parece ser sem propósito. Esta prática está em nosso instinto e podemos dizer que

Na brincadeira, posições sociais são deixadas de lado, e alguém com uma posição hierárquica mais alta pode se engajar em um jogo com um companheiro de posição inferior, permitindo que este, durante aquele momento, se encontre em lugar de igualdade ou mesmo que se opere uma inversão de lugares; indivíduos mais fortes ou adultos podem se engajar em *self-handicapping*, fingindo-se menos poderosos, diante de outros mais fracos ou filhotes. “Há uma certa inocência ou engenhosidade na brincadeira”, afirma Bekoff (1998, p.84), reforçando seu caráter duplo – fazer isto querendo significar aquilo. Para ele, a brincadeira oferece aos seus participantes a oportunidade de descobrir, em um ambiente seguro, como agir diante uns dos outros, inclusive na resolução de conflitos (FAUSTO, Juliana. 2018. p.2426).

É indiscutível os benefícios que as brincadeiras trazem na nossa vida, por isso Noguera defende que consigamos levar essa prática para nossa fase adulta. Trazer essa discussão foi necessário para que possamos entender como a brincadeira participa do cotidiano de uma criança de terreiro, pois a hipótese levantada a princípio é como essas meninas que exercem cargo de liderança conseguem conciliar ambas atividades.

Conforme relatado, cheguei ao meu antigo terreiro aos seis anos de idade, e até ganhar meu cargo aos nove, era apenas um ser brincante que explorava o sítio e a cachoeira que havia por lá. Tinha muitos colegas com quem brincava e mesmo após ganhar meu cargo, brincávamos todos juntos independentemente da nossa posição hierárquica. Às vezes, precisava interromper a brincadeira para atender algum adulto e nem sempre conseguia retomar. Mas, uma das minhas obrigações de ekedji - que acabavam tornando diversão - era cuidar dos eres, pois entendia que eram mais “crianças” para brincar comigo. Depois que meu babalorixá faleceu, em 2011, eu nunca mais havia voltado a Cachoeiras de Macacú até então. Somente em 2016, quando os atuais administradores do ilê foram fazer uma cerimônia em homenagem ao José Flavio que retornei aquele espaço.

Foi estranho rever o lugar onde vivi durante muitos anos. Meus antigos irmãos que foram junto a mim e minha mãe, optamos por ficar na cachoeira enquanto os atuais membros organizavam as coisas. Mostrei a minha mãe um bloco de pedras que juntas pareciam um formato de uma poltrona que na quando criança chamávamos de “Poltrona da Oxum”. Lá era meu lugar secreto com meus amigos. Minha mãe e nossos antigos irmãos de santo, ficaram surpresos por nunca terem conhecimento sobre a existência daquele lugar, mesmo vivendo durante tantos anos no terreiro. Isso se deve ao fato de que para eles o ilê sempre foi um lugar onde precisavam trabalhar nas funções religiosas e não um local a ser explorado como era para nós crianças. A minha infância no terreiro era um refúgio da minha vida urbana, sempre morei em apartamento e meus brinquedos eram todos industrializados. Então, ir ao meu terreiro era uma forma de experienciar uma vida ao ar livre e o contato com a natureza, a qual eu não tinha acesso.



Meu retorno ao Ilê Axé Omin, em Cachoeiras de Macacú/ RJ em 2016. – “Poltrona D’Oxum

Sobre essas infâncias de terreiro, a Ekede Sinha (2015, p.34) descreve sobre sua vivência:

Me divertia muito no quintal. Se não bastasse, tinha a roça para encontrar todos aqueles primos e irmãos. Tudo era festa para gente. E quando não era a gente fazia alguma coisa para se tornar. Aqui tinha mais menino do que menina. Eu me integrava e subia nas árvores com eles. Fui muito feliz na minha infância, aliás, como toda criança que nasce no candomblé. Por conta dessa coisa de árvores, de tomar banho de rio, tomar banho de latinha.

Nesse capítulo em que a autora descreve sobre sua infância, ela narra da relação com a natureza onde ouviam os animais, os barulhos das árvores e acreditavam ser Oxóssi, Orixá das matas, rondando pela floresta e que ficavam imaginando várias coisas. Até chegavam a ficar com medo, mas antes de tudo tinham respeito.

Outro ponto em comum que acredito ser vivido por toda criança de terreiro é ‘brincar de macumba’. No meu terreiro em Macacú, tinha um menino da minha idade que ele já era iniciado e seu Orixá era Exu, tanto que seu apelido era *Exuzinho*. Ele era a atração da casa, pois era a coisa mais linda vê-lo dançar. Em nosso tempo livre, a gente gostava de imitá-lo dançando e assim a gente fazia nosso próprio xirê (roda de Candomblé). Imitávamos também os Orixás dos mais velhos e reproduzíamos alguma situação marcante. Em momento algum fazíamos de forma desrespeitosa, mas era a nossa forma de viver nossa religião e até mesmo ensaiar as cantigas e danças para a festa.

Quanto a parte de ‘brincar de macumba’, ekedji Sinha descreve:

Todas as crianças do terreiro brincavam de tocar. Usávamos as latas velhas e os baldes como atabaques e cantávamos as cantigas do xirê. Ficávamos imitando os orixás dançando. Sabíamos todas as sequências de toques com as cantigas e qual dança correspondia à determinada cantiga do orixá. Era tudo diversão.

Inclusive quando a gente mexia com a comida. Eu acho que minhas primeiras aulas de comida de axé foram, de forma natural e até inconsciente, nessa época de criança. (2015,p.40)

Assim como tudo na vida, brincadeiras também existem regras. E ekedji Sinha narra que na brincadeira de macumba era necessário tocar as cantigas na ordem certa do xirê, senão, os Orixás – que eram as meninas imitando – reclamavam e paravam de dançar, assim como ocorre nas festas. Ela fala também que todo mundo queria ser a mãe de santo, mas que já tinha uma mirim e que ela não deixava ninguém tomar o cargo dela. Nessa ‘macumba’ infantil, a autora descreve como ela auxiliava a ‘mãe de santo’ e o quanto dançava, no momento em que diz (p.43) que “até o dia que a brincadeira virou coisa séria.” onde relata como foi o processo de ganhar o seu cargo aos sete anos pelo Oxóssi de sua madrinha e conseqüentemente as brincadeiras diminuíram e as bronca aumentaram, “no momento que eu passei a ser ekede, deixei de ser filha para me tornar mãe” (p.44).

A narrativa se desenrola com Gersonice descrevendo as aprendizagens adquiridas a partir do momento em que recebeu o cargo, como fazer a massa de acarajé, fazer acaçá, educar os iaôs e ensiná-los a rezarem. E assim, a obra segue através da construção de uma linha do tempo pautada pela sua vida pessoal e suas vivências no Terreiro da Casa Branca.

CAPÍTULO III – CONVERSANDO COM EKEDJIS MIRINS

Após termos feito um levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a temática, um breve apanhado histórico sobre a história e a organização do Candomblé, e nos aprofundarmos sobre a função de grupo de mulheres na religião, chegamos finalmente na parte em que conhecemos e ouvimos essas Ekedjis mirins na prática. As histórias relatadas a seguir atravessam muito as vivências da Mariana de nove anos, mesmo que cada uma tenha suas particularidades, o amor que temos pelos nossos Orixás unem nossas histórias.

3.1 ODÒ ÌYÁ! YEMOJÁ, MÃE DE ÈŞÙ

Segundo o livro de Reginaldo Prandi (p.555, 2000), Mitologia dos Orixás, temos um itã que nos revela que Iemanjá foi violentada por seu filho Orungã, e acabou engravidando dessa relação incestuosa. Assim nasceram os Orixás: Dadá, deusa dos vegetais, Xangô, deus do trovão, Ogum, deus do ferro e da guerra, Olocum, divindade do mar, Olossá, deusa dos lagos, Oiá, deusa do rio Níger, Oxum, deusa do rio Oxum, Obá, deusa do rio Obá, Ocô, orixá da agricultura, Oxóssi, orixá dos caçadores, Orum, o Sol, Oxu, a Lua, e além de outros e mais outros orixás, até que por fim nasceu Exu, o mensageiro.

A verdade é que existem vários itãs sobre a maternidade de Iemanjá e a relação dos três irmãos Ogum, Oxóssi e Exu. Dito isto, a história que iremos relatar a seguir, é de uma menina que frequentou meu terreiro durante alguns anos, mas que infelizmente saiu junto a sua família. Chamaremos de *Janaína*, já que seu significado vem de Iemanjá. Janaína chegou ao meu terreiro, o *Ilê Axé Baraketu Iyassessu*, localizado em Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro, quando tinha aproximadamente 8 anos junto de sua mãe, pai e suas duas irmãs mais velhas de 14 e 15 anos. A pequena adorava explorar o terreno e brincar bastante, e aos poucos foi se interessando pela religião conforme seus pais e suas irmãs vivenciavam o Candomblé. Ela era querida por toda comunidade e tinha um carinho enorme pelo nosso babalorixá, por conta disso, em um certo momento começou a dizer para as pessoas que ela era ekedji do pai de santo. Todos achavam engraçado o fato dela se “autoconsagrar” ekedji, uma vez que só é possível saber disso através de um jogo de búzios ou quando o Orixá lhe dá o cargo. Mas, eu não desacreditava dela, até porque também tinha feito isso quando era pequena de me ‘autodeclarar ekedji’, então não estranharia acontecer o mesmo com ela.

Certo dia, recebemos a visita de um ogã que veio nos ajudar nas funções religiosas. Enquanto nós descansávamos do almoço, esse senhor estava sentado à mesa junto a mim e Janaína e começou a implicar, de brincadeira, com a menina. Alertei a ele que não deveria mexer com ela e pedi que o explicasse o porquê. Ela imediatamente respondeu dizendo que era ekedji do pai de santo, então ele me questionou surpreso perguntando se era verdade. Disse que

não sabíamos, mas que ela se apresentava assim, então respeitávamos. Há poucos metros de onde estávamos, meu babalorixá estava sentado com um ebomi de Oxóssi conversando, e de repente, o ebomi se levanta, vai até a casa onde fica o culto desse mesmo orixá e quando ele sai, Oxóssi passa na cabeça dele, ou seja, o ebomi ‘virou no santo’. Ninguém entendeu o que estava acontecendo, já que não estávamos fazendo nada naquele momento que pudesse mexer com a energia do Orixá. A divindade resolveu cumprimentar todos que estavam presentes e quando Janaína foi saudar Oxóssi, ele a pegou pela mão e sinalizou para o ogã para que tocasse o atabaque. Todos ficaram surpresos achando que Janaína estava sendo escolhida ekedji de Oxóssi. Porém, o Orixá foi em direção ao pai de santo na tentativa de chamar o Orixá dele, até que Exu veio e então, Oxóssi entregou Janaína a Exu e ele sentou a menina na cadeira, consagrando-a como ekedji suspensa de Exu, aos nove anos. A emoção tomou conta da casa, principalmente entre mim e o ogã, afinal, minutos antes estávamos falando sobre a menina se denominar ekedji do pai de santo.

Após Janaína ganhar o cargo, algumas coisas mudaram, principalmente a questão hierárquica, afinal, ela se tornava mais velha em relação aos seus pais e suas irmãs. A mãe dela conversou muito comigo para que eu instrísse a menina e pediu conselhos a minha mãe de como agir naquela situação. Conversei com os membros do ilê para que a respeitassem e reconhecessem seu cargo, mas que não alimentassem ideias que pudessem deixá-la soberba, pois falavam para ela que agora ela ‘mandava’ nos pais e nas irmãs e que tinha poderes. Essa fala também ouvia bastante quando era criança, referindo ao fato do “poder” virar e desvirar as pessoas de santo. Esse tipo de pensamento é bastante equivocado e também antiético, isto é, por mais que ela tivesse sido suspensa como ekedji, ela ainda não tinha passado pelo processo da confirmação para consagrar o cargo. Além disso, virar uma pessoa no santo e trazê-la de volta do transe, é algo de muita responsabilidade e expliquei que embora no ilê a menina fosse mais velha do que seus familiares e alguns dos filhos da casa, isso não implicaria o fato dela continuar respeitando e obedecendo aos mais velhos.

Outra mudança significativa foi o fato de Janaína passar a usar as roupas de ração¹¹, eu doei as que eram minhas de quando tinha a mesma idade dela. A menina tinha um amigo com quem sempre brincava, e quando ele não ia com a mãe, ela ficava torcendo para que alguém da casa incorporasse no erê para ter com quem brincar. Certo dia, sua madrinha incorporou no erê, porém o pai de santo não deixou que a entidade saísse de onde estava. Janaína ao ouvir que o erê da sua dinda tinha vindo, quis entrar no quarto onde estávamos, por foi barrada. Ela chorou muito e mais tarde a sua madrinha foi tentar acalmá-la. Essa foi uma das primeiras frustrações

¹¹ Roupas de ração é o nome dado as vestimentas mais simples utilizadas durante as funções religiosas.

dela ao ver que embora tivesse o cargo de *ekedji*, isso não significava que ela tinha livre arbítrio para fazer o que quisesse. De certo modo, este pensamento é coerente, entretanto, em diversas situações tive embates com meu pai de santo por não atribuir tarefas que cabiam a Janaína e ele delegava para outras pessoas, que muitas vezes teoricamente estavam “abaixo” dela. Ao meu ver, isso devia ao fato dela ser criança, então muitas vezes as pessoas da casa não a respeitavam perante seu cargo.

A conexão que as crianças criam com o *erê* é algo inexplicável e com Janaína não era diferente. Ela tinha uma caixa de brinquedos no terreiro e sempre quando chegava com a sua família fazia o ritual: tomar banho, colocar a roupa de ração e também suas asas de borboletas. Dizíamos que além de *ekedji* ela também era nossa fada, por sempre estar trajada com o *assessorio*. No quintal do terreiro tem um *jambeiro*. Certa vez, nosso *ilê* foi contemplado por um tapete de flores cor-de-rosa da árvore. Tenho um registro lindo da pequena sentada nesse “tapete” com um olhar doce e distraído com as suas asinhas, que infelizmente não posso compartilhar por questões éticas, assim como outras dela brincando de *ioiô* e correndo pelo terreno por ser possível identificá-la, mas essas imagens guardadas traduzem o que defendemos por uma pedagogia de terreiro e principalmente da relação criança e natureza. Cada *erê* que chegava e Janaína não o conhecia, ela presenteava-os com algum de seus brinquedos demonstrando o carinho e a felicidade de estar com eles, mesmo que explicássemos a ela que uma vez que damos algo a uma entidade, não podemos tomar de volta, mas seu amor pela religião transcendia qualquer apego material.



*O meu lugar, é caminho de Ogum e Iansã..*¹² (*Ilê Àşç Barakétu Ìyásssèşù*) | Fotografia própria.

¹² Trecho da música “O meu lugar”, do cantor e compositor Arlindo Cruz.



Janaína e seu colega alimentando o Ajapá (jabuti)

Outro episódio marcante, foi quando precisamos fazer uma oferenda aos Orixás. Conforme cultura das religiões de matrizes africanas, o sacrifício de animais faz parte do culto para diversas funcionalidades: agradecimento, pedidos em prol de algo ou alguém, para rituais de obrigações dos membros, etc. Quanto a essa prática, Juana Elbein dos Santos (p.223, 2002) elucida dizendo:

"[...] A oferenda-substituto evita a morte prematura, permite ao indivíduo realizar plenamente seu ciclo de vida, chegar à velhice e assegurar sua imortalidade. Devolvendo e fortalecendo as entidades sobrenaturais uma parte do asê do qual ele mesmo se 'nutre', assegura não só sua própria sobrevivência e seu pleno desenvolvimento, mas também a possibilidade de futuros nascimentos, sua própria fecundidade e prosperidade."

Não entraremos na discussão que envolve a problemática desses rituais por pessoas que utilizam do discurso de proteção aos animais para mascarar seu preconceito religioso, dito isto, estávamos em um desses momentos. Vale ressaltar que a preferência de realizar o corte é de ogãs que possuem o cargo de Axogum, mas na ausência pode ser feito por qualquer outro ogã ou um homem que seja ebomi e em último caso por outra pessoa que possua grau. Após esse processo, geralmente as ekedjis ficam encarregadas de limparem o local, retirando o excesso de ejè (sangue) do chão, as penas das aves e o que mais estiver. Neste dia, um ebomi que foi ao nosso terreiro nos ajudar, mandou a Janaína limpar o local que tinham feito a oferenda. Ao ver que a menina estava completamente perdida, sua madrinha me chamou e pediu para que eu a ajudasse naquela situação.

O cenário era bem impactante para quem não está acostumado, como era o caso dela. Embora pudesse assumir o lugar dela e limpar o ambiente, optei por auxiliá-la da porta e conversando sobre o que se tratava aquele momento. Expliquei que em cada recipiente de louça (sopeira) que estavam ali, morava um Orixá e que eles tinham acabado de comer. Brinquei dizendo que os ogãs eram muito atrapalhados e por isso tinha tanto ejê no chão. Aos poucos, a pequena ekedji foi se inteirando da situação e limpando com muito cuidado para não esbarrar e quebrar nada. Após a limpeza, pedi para que ela enchesse as quartinhas com água, pois os Orixás também sentem sede. Durante esse processo, ela mesma verbalizou que não havia o porquê de ela ter medo, uma vez que ali estavam os Orixás e por amá-los. Ao finalizar sua tarefa, Janaína recolheu o balde e o pano utilizado e antes de fechar a porta disse: *Comam tudinho!* – E ficou feliz pelo dever cumprido. Muitas pessoas vieram me perguntar se de fato ela havia realizado a tarefa e afirmei. A madrinha dela ficou surpresa, pois segundo ela, a menina sempre teve uma ligação muito forte com os animais e não imaginava que ela encararia tão bem a situação. Respondi dizendo que houve muita conversa e que a mesma verbalizou que não era preciso ter medo – o que de fato era verdade – e ser apegada aos bichos, não inviabiliza o fato de entender a importância daquele ritual para nossa religião. Afinal, a prática de sacralização é feita com total responsabilidade e respeito aos animais.

Os momentos que vivenciei com Janaína foram muito especiais e assim como poder relembrar minhas vivências de quando tinha a idade dela. Por conta disso, esse era o diferencial para que entendesse e lutasse para a respeitasse. Busquei ser didática e acolhedora com ela nos momentos das funções religiosas, que somado ao fato de ser pedagoga também contribuiu para ter esse olhar sensível com a pequena. Quando ingressei no mestrado em 2020, ela ainda estava no ilê e conseqüentemente a enxerguei como sujeito da pesquisa. Entretanto, observá-la iria contra todo o imaginário do perfil do pesquisador como um ser distante, neutro e observador. As histórias aqui trazidas foram construídas em conjunto, por sermos ekedjis do mesmo terreiro não pude ter privilégio de me abster desse lugar, mas nem por isso o relato perdeu o valor ou não atendeu as expectativas da academia. A sua saída repentina talvez tenha sido o maior impacto, pois tínhamos muito mais histórias e registros fotográficos para enriquecer a dissertação. Porém, relatar sobre ela foi uma forma de demonstrar todo o carinho que tínhamos e por ela ter sido a primeira menina que pensei assim que fui aprovada no mestrado. Hoje em dia não tenho mais contato com ela e nem seus familiares, mas no Candomblé temos um Orixá chamado *Tempo*, e acredito que ele mesmo mostrará o caminho para ela. Afinal, nossas histórias com os Orixás são um elo eterno e Exu não irá abandonar sua mãe e nem ficará longe dela por muito tempo.

3.2 EKEDJIS LARA's, AS MÃES DE LOGUN EDÈ

De acordo com os itãs dos Orixás, Logun Edè é filho fruto da união de Oxum e Oxóssi. Na obra de Prandi (p.182, 2000), o autor nos conta que Oxum Ipondá conheceu o caçador Erinlé e se apaixonou perdidamente. Mas, o caçador não correspondeu o interesse por ela, pois gostava de mulheres “da mata” e no caso, ela era do rio. Oxum não se deu por vencida e arquitetou o plano de lambuzar seu corpo em mel e rolou pelo chão da floresta para se disfarçar como “mulher da mata”. Ao vê-la, Erinlé se apaixonou perdidamente pela moça e assim viveram um romance. Certo dia, Ipondá esqueceu sobre seu disfarce e convidou o amado para banhar-se no rio e com isso, toda a folhagem se despreendeu. Ao perceber que havia sido enganado, o caçador foi embora imediatamente abandonando-a. Entretanto, Ipondá estava grávida do amado, e tempos depois deu à luz Logun Edè, que é metade rio igual sua mãe Oxum e metade mata igual ao seu pai. Ele habita um tempo com o pai, herdando seu ofá (arco-flecha) e noutro tempo convive com a mãe no rio e recebeu dela seu abebé (espelho). Suas cores são o dourado e o azul, remetendo aos seus pais.

Conforme vimos anteriormente, Oxum é mãe do orixá Logun Edé, mas, as histórias que relataremos a seguir são de ‘outras mães’ de Logun Edé, isto é, falaremos de duas meninas que são ekedjis desse Orixá, mas que não são especificamente de Oxum, isto porque ser ekedji é ser mãe de algum Orixá, e ambas meninas possuem o cargo de ekedji de Logun Edé.

Encontrar meninas que sejam ekedjis não é uma tarefa fácil. Ao longo do meu período de mestrado, recorri a muitos contatos praticantes religião para saber se conheciam algum terreiro que tivessem essas crianças. A maioria das repostas eram que ganharam o cargo criança, mas que já eram adolescentes, fugindo da proposta do tema, a questão já mencionada da pandemia da COVID-19 e o meu processo de obrigação também dificultaram essa busca. O prazo estava ficando cada vez mais curto e a minha conexão com meus Orixás foi fundamental. Pedi ajuda a eles para que colocassem essas meninas no meu caminho, pois como essa dissertação foi um presente deles, sabia que iriam me amparar. Perguntei a minha mãe se ela não poderia falar com o babalorixá dela e ele prontamente se mostrou solícito, fazendo contato com a Marta Ferreira e me emprestou o livro dela “*Redes Educativas e os cadernos/ diários: Crianças e jovens na educação de terreiros*” para me auxiliar na pesquisa.

Meu primeiro contato com a Marta foi através *WhatsApp* e desde o início ela foi muito simpática e receptiva. Me apresentei e fiz uma breve apresentação da minha pesquisa. Marta foi quem fez ‘a ponte’ entre mim e seu babalorixá e também com as mães das meninas. Além

disso, ela também me disponibilizou alguns artigos sobre a temática e se mostrou disponível para eventuais dúvidas. Ter esse acolhimento de imediato foi fundamental para prosseguir na pesquisa, afinal, seria meu primeiro trabalho de campo. O calendário de um terreiro de Candomblé é algo particular e muitas das vezes imprevisível. Então, precisava que ocorresse alguma festividade ou função religiosa para poder começar a pesquisa. A primeira data que Marta me divulgou foi a festa de erê, que seria realizada no dia 12 de outubro de 2022, dia em que celebramos o ‘Dia das Crianças’. Entretanto, ela fez uma ressalva que era uma festa que iria demandar muito de sua dedicação e que não poderia me recepcionar, somente no fim da festa. Por nunca ter ido ao terreiro e nem conhecer os membros, optei por não ir nessa primeira festa, pois minha educação de axé não me permite entrar em um espaço sagrado sem falar com o zelador da casa e achamos melhor deixarmos para uma outra oportunidade.

Sendo assim, minha primeira visita foi no dia 22 de outubro de 2022, na festa de *Yemonjá*, do babalorixá Daniel. O *Ilê Asè Omi Lare Ìyá Sagbá* fica localizado em Santa Cruz da Serra, Duque de Caxias na Baixada Fluminense. A festa estava prevista para começar às 16 horas, mas a Marta permitiu que eu chegasse mais cedo para me apresentar ao babalorixá, as mães das meninas e conhecê-las. Fui com a minha mãe, pois além de eu não conhecer a região, ela está habituada pelo fato de ser próximo do terreiro dela. Chegamos por volta das 11:30 e havia um grupo de jovens em frente ao terreiro com roupa de ração. Pedi para que elas chamassem a Marta e finalmente a conheci pessoalmente.

Ao entrar no terreiro, fiquei encantada com a grandiosidade do espaço e ver a quantidade de pessoas que frequentam a casa e logo em seguida, o zelador apareceu para nos cumprimentar. Nesse momento, ele e minha mãe descobriram que não só se conheciam, como também eram irmãos de santo do babalorixá dela, pois como meu contato inicialmente era somente com a Marta, não sabíamos a relação de antemão. Esse fator foi um grande ponto positivo para ambos os lados, afinal, por mais que tivéssemos sido apresentados por intermédio do babalorixá da minha mãe, saber que se conheciam fez com que a confiança entre todos nós aumentasse. O babalorixá Daniel foi muito receptivo e simpático conosco. Nos mostrou as estruturas do terreiro e nos convidou para a sala onde realiza os jogos de búzios para que pudéssemos conversar e chamou também as mães das meninas. Enquanto eu era apresentada no terreiro, percebi que a Marta não era somente um membro da casa, ela tinha o posto de

*ÌyáKèkèrè*¹³ da casa, este cargo é de extrema importância dentro de um terreiro de Candomblé, pois ela é a segunda pessoa que responde pela casa.

A conversa que tivemos foi muito proveitosa. Me apresentei não só como pesquisadora acadêmica, como também a minha trajetória dentro da religião. Mostrei a eles as perguntas que havia elaborado para fazer com as meninas, para evitar que fosse abordado algo invasivo. A princípio eles acreditaram que alguma daquelas perguntas somente a mais velha conseguisse responder, pois a outra menina além de ser nova, segundo eles também era mais reservada. Após conhecermos mais uns aos outros, Marta pediu para que chamassem as meninas para que fossem apresentadas. Ambas as meninas se chamam Lara. A mais velha tem 10 anos e a mais nova 6 anos. Elas já estavam cientes do motivo da minha visita e estavam animadas para nossa conversa, mas como o almoço já estava pronto, optamos por comer primeiro. A Lara (10) foi quem recepcionou a mim e minha mãe para pegarmos a comida e disse que estaria esperando quando acabasse.

Enquanto almoçávamos, o babalorixá fez questão de apresentar todos os filhos da casa que estudassem na UNIRIO ou na UFRRJ. Falava com empolgação das conquistas pessoais dos membros e dos projetos sociais que fazia na casa e os que estavam por vir. Esse momento de interação com ele foi muito significativo, pois era o dia da festa do Orixá dele e mesmo assim ele estava disponível para me receber e interagir comigo. Após a refeição, conversei com a Marta que conversar com as meninas no quarto de jogo do babalorixá ficaria algo muito formal e ela concordou completamente. Vale ressaltarmos que a formação da Marta é de historiadora e pedagoga, além disso, ela estava como professora temporária no curso de educação na própria UFRRJ e conseqüentemente ela conhecia meu orientador Renato Noguera, então esses fatores também contribuíram para nossa proximidade e ela pôde não só me auxiliar nas práticas religiosas com a casa, como também em orientações acadêmicas. Marta pediu que Lara (10) escolhesse um lugar pelo terreiro para que pudéssemos nos sentar. A menina estava indecisa em qual lugar ficar, até que uma moça (que mais tarde descobrir ser irmã dela) sugeriu que colocássemos a ení (esteira de palha) em frente ao quarto de Oxóssi. Achei o local muito significativo, pois Oxóssi é meu segundo Orixá e ele quem me dá os caminhos para o trabalho e estudos.

O quarto de Oxóssi, local onde são colocados os assentamentos desse Orixá, fica bem em frente ao espaço onde ocorre o toque. Então estávamos em um local bem visível do terreiro.

¹³ *ÌyáKèkèrè* ou mãe pequena, é um cargo obtido por mulheres que possuem grau na religião. Sejam elas Ebomi ou Ekedji. É um cargo de extrema responsabilidade, pois a pessoa ajuda a gerenciar a comunidade junto ao zelador ou zeladora do axé.

Comecei me apresentando as meninas e contando o motivo da minha abordagem com elas. O fato de também ser ekeджи foi um grande diferencial, pois conforme falava da minha infância no terreiro, elas iam se identificando nas histórias. Quis também mostrar a seriedade da nossa conversa para que elas se sentissem ouvidas e respeitadas, li com elas o TCLE feito para crianças e a Lara (10) quis fazer a leitura do documento, já a Lara (6) ficou empolgada em me mostrar que não só sabia o seu nome completo, como também escrevê-lo, mas lamentou que não sabia escrever com letra cursiva – observando a Lara escrevendo – e enfatizei que não importava no documento.

Fazer entrevistas com crianças tem algumas particularidades que difere quando fazemos com adultos. É fundamental criar um vínculo, ter uma escuta atenta, sensível e respeitar exatamente o que elas relataram, não deixar que nossas marcas e vícios do ‘adultismo’ interfiram na troca, além de prevalecer o fato de que elas são protagonistas de suas histórias. O ideal é criarmos dinâmicas para ‘quebrar o gelo’ com esse público e ir conquistando sua confiança, senão, corre o risco de elas não estarem receptíveis a conversa respondendo de forma monótona ou até mesmo recusar o diálogo. Quanto entrevistar esses seres, entendemos que:

Estudos mais recentes, no campo das Ciências Sociais, têm reivindicado uma forma de conceber as crianças não mais pela negatividade, falta ou incompletude em relação ao adulto, mas por suas competências, pelo que elas são e podem no tempo presente em que vivem. Tomam as crianças como agentes sociais plenos, capazes de, no seu agir no mundo, também modificar as estruturas sociais em que se inserem. Este paradigma considera a singularidade das produções infantis, suas formas criativas e imprevisíveis, suas lógicas e maneiras próprias de agir; concebe as crianças como sujeitos sócio historicamente constituídos e situados, que carregam, portanto, os traços da cultura da qual fazem parte, mas que nas suas ações estabelecem uma relação ativa com a cultura, constroem significados, partilham, transformam e produzem cultura. Paradigma que traz uma horizontalidade ética entre adultos e crianças já que a falta, a incompletude, a dependência, a improdutividade são características humanas (BRANCO, Jordanna Castelo; CORSINO, Patrícia. 2020. p.3).

Como o prazo era curto e não tinha a garantia de quantos encontros iria ter com elas, vide o motivo do calendário incerto já mencionado, optei em fazer o questionário já no primeiro encontro. Para tentar deixar o mais natural possível, lia as perguntas de forma dinâmica e as vezes relatava algum episódio pessoal para elucidar as questões. Novamente, ser adepta da religião foi um diferencial para ter proximidade com elas e principalmente no momento da elaboração do material, algo que se fosse uma pessoa não praticante, poderia ter um olhar de algo exótico – que não é – enquanto que minha finalidade era saber quais eram as semelhas e diferenças que existiam nas nossas infâncias de terreiro. Sobre a importância desse vínculo, as autoras afirmam:

Em outro artigo (CORSINO E BRANCO, 2018) defendemos com Larrosa (1999) que assumir este paradigma na relação entre adultos e crianças só seria possível pela experiência do encontro. O que se dá no momento em que o sujeito do encontro se

dispõe a ser alterado pelo outro, a se transformar numa direção desconhecida. Experiência entendida como aquilo que atravessa, que deixa marcas nos sujeitos: “algo como uma superfície sensível que aquilo que nos afeta de algum modo, produz afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos” (LARROSA, 2002, s/p). A experiência do encontro ocorre quando, especialmente o adulto, está em presença com as crianças, com inteireza numa relação de empatia e acolhimento.

No momento em que estive reunida com o babalorixá Daniel, a Ìyá Marta e as mães das meninas, ressalttei que na pesquisa usaria um nome fantasia e registrar fotos de maneira que protegesse a identidade delas. Porém, todos presentes rebateram enfatizando que não era necessário, a mãe de uma delas ressaltou a importância de elas participarem de pesquisas acadêmicas e a Marta enquanto pedagoga enfatizou sobre a identidade e a voz das crianças na entrevista, complementando os conceitos já debatidos.

Desta maneira, iniciamos nossa conversa nos apresentando. Como dito anteriormente, ambas se chamam Lara. A mais velha, *Lara Gonçalves*, tem 10 anos e seu aniversário é dia 8 de dezembro, ou seja, ela é do signo de sagitário igual a mim. Saber o signo dela não traz relação direta com as informações que procurava para a pesquisa, mas essa nossa semelhança foi o primeiro passo para criarmos uma conectividade. Ela também é chamada de *Ajoyê*, outra nomenclatura para *ekedji*, pois já fez seu ritual de confirmação. A mais nova se chama *Lara Lopes*, tem 6 anos e seu aniversário é dia 7 de janeiro e ela é de capricórnio – a quem possa interessar – e sua cor preferida é verde. Essa informação adquiri quando peguei uma caneta que possui 4 opções de cores para anotar as informações, então ela pediu que anotasse sobre ela com a cor verde, já a Lara Gonçalves optou pela azul.

Após essa apresentação informal, perguntei se o *Ilê Asè Omi Lare Ìyá Sagbá* era o primeiro terreiro que elas frequentaram e ambas disseram que sim, e Lara (10) acrescentou que vai continuar sendo, pois pretende continuar por lá por muito tempo. Durante nosso papo, Lopes grita pelo seu irmão, de 2 anos, chamando atenção dele. As mães das meninas estavam ocupadas fazendo as tarefas para a festa que iria acontecer e a Lara (6) quem ficava responsável de olhar o irmão caçula. Para que eu pudesse continuar a conversa com as meninas, minha mãe ficou tomando conta do menino e assim seguimos nosso papo. Perguntei se elas lembravam com qual idade chegaram no terreiro. A mais nova no primeiro momento disse que chegou aos 4 anos, depois se corrigiu dizendo que foi com 3. Já *Ajoyê* disse que desde a barriga da mãe, pois a mesma queria ter um segundo filho e pediu ao babalorixá que fizesse uma oferenda para conseguir engravidar novamente, informação a qual já tinha conhecimento no momento que conversei com suas responsáveis, mas deixei que contasse mesmo assim. Em seguida, pedi que falassem qual era o Orixá delas:

Lara Gonçalves: *Eu sou de Oxóssi, meu segundo santo é Iemanjá e meu terceiro é Oxalá!*

Lara Lopes: *Eu só sei o primeiro santo que é Nanã...*

LG: *Ela ainda não foi feita...*

LL: *Eu sou suspensa.*

Ao serem perguntadas como foi que descobriram o Orixá delas, elas responderam:

LG: *A minha mãe me trouxe aqui, aí ela me levou no quarto de jogo do babá que era lá no quartinho, não era aqui, aí o babá jogou pra mim... aí quando ele jogou, deu Oxóssi no jogo. Aí depois eu entrei 'pra' fazer o santo... fiquei lá uma semana... e meu barco era de duas pessoas.*

Pesquisadora: *Mas quando seu babá foi fazer o jogo, você estava junto?*

Lara G. pensa um pouco e responde: *Só a minha mãe estava dentro do quarto de jogo.*

LL: *Minha mãe foi lá no quarto do babá... aí ele jogou pra mim...*

Pesquisadora: *Mas você estava no quarto do jogo?*

LL: *Não lembro... aí quando a minha mãe descobriu que eu era de Nanã ela ficou muito feliz.*

O intuito desse questionamento foi saber se elas puderam participar do jogo de búzios. É bastante comum que babalorixá ou iyálorixá não abram jogo para crianças, caso necessário, fazem somente na presença de seus responsáveis. Durante o período que frequentei meu primeiro terreiro em Cachoeiras de Macacú, meu pai de santo tinha um pequeno quarto meio as árvores do quintal e afastado do salão, onde ele realizava os jogos de búzios para consultar algo para si, para os membros da casa ou para clientes. Meu maior desejo era entrar naquele quartinho, ver o que tinha dentro e principalmente saber como era feito o jogo. Quando brincava pelo terreno e via que ele estava lá jogando e com a porta aberta, diminuía os passos, espionava de 'rabo de olho', numa tentativa fracassada de tentar olhar algo. José Flávio faleceu e eu tinha 16 anos, encerrei minha história nesse axé sem nunca ter realizado meu desejo de infância, mas ao mesmo tempo fica a memória da inocência de criança.

Quando continuei a sequência das perguntas, se lembravam quantos anos tinham quando ganharam o cargo de ekedji, um adolescente interrompe perguntando as horas. Aquela não foi a primeira vez que alguém vinha até onde estávamos para olhar, falar com alguma delas ou algo do tipo. Percebi que além da curiosidade de saber o assunto que estávamos falando, acredito que também pode ter sido uma forma de cuidado com as meninas. O conceito de coletividade, cuidado e afeto, são pilares dentro da comunidade de axé, tanto que mais tarde fui abordada e interrogada por outras crianças perguntando quem eu era, o que estava fazendo

ali e o porquê de só ter entrevistado elas duas. Após informar as horas ao rapaz, Gonçalves prosseguiu:

- *Eu descobri meu cargo foi com 7 ou 8 anos, por aí.*

LL: *Eu tinha dois anos.*

Pesquisadora: *Dois anos?! Que legal. E vocês lembram como foi?*

LG: *Foi no borí no Jamadê. Tem o cargo do Jamadê que ele cuida das crianças do axé daqui. Foi no borí dele que o Logun Edè dele virou e falou que eu ia ter o cargo de Ossilogun.*

Pesquisadora: *E o que é o cargo de Ossilogun?*

LG: *Ossilogun é o cargo que eu cuido do santo dele quando ele vira, eu danço muito com ele também... Ossilogun é um cargo meio que... não sei explicar, mas é um cargo importante também, como os outros – Finaliza rindo.*

Pesquisadora: *E você, como foi?*

LL: *Meu foi muito legal e quem me apresentou foi Logun Edé também.*

Pesquisadora: *O mesmo Logun Edé que o dela? – Questionando se era o Orixá da mesma pessoa.*

LL: *Foi.*

Pesquisadora: *Mas você tinha só dois anos...*

LL: *Nessa época eu tinha 3.*

Pesquisadora: *E você lembra como foi esse dia?*

LL: *Não, é porque o tempo foi passando e 'fiquei esquecendo'.*

Ao pergunta-las como foi o dia que ganharam o cargo e qual foi o sentimento, Lara (10) disse que: *“Foi muito importante, pois sempre quis receber um cargo aqui (no terreiro). E depois minha mãe me explicou que eu fui suspensa pelo santo dele e depois eu fui entendendo as coisas e fui entendendo meu cargo”*. Já Lara (6) não soube responder pelo fato de ser muito nova na época.

Pesquisadora: *Então, as duas são Ekedjis de Logun Edé, da mesma pessoa.*

LL: *É, mas eu não sou de Logun Edé.*

Pesquisadora: *Sim, você não é de Logun Edé e sim de Nanã. Que nem comigo, eu sou de Oxum e sou Ekedji de Oxaguiã. Ela (Lara Gonçalves) é de Oxóssi e Ekedji de Logun Edé.*

Essa fala foi para enfatizar que estava entendendo a relação delas com os Orixás trazendo meu caso de exemplo. Em seguida, perguntei se sempre quiseram ser Ekedjis:

LG: *Sim! Eu acho muito bonito virar no santo, mas eu gosto do cargo de ekedji. [...] As Ekedjis têm muitas responsabilidades aqui. Tem a ekedji Simone, a ekedji Bárbara, ekedji Joice e minha mãe também é ekedji. E é muito importante. Eu gosto muito de ser ekedji aqui!*

LL: *Sempre. Porque quando eu tinha três anos, ficava vendo minha mãe dançar, e as vezes eu falava que queria ser ekedji.*

Pesquisadora: *Então você queria para ser igual sua mãe?* – Ela afirmou.

Diferentemente delas, meu maior anseio em ter esse cargo era unicamente por saber que não teria que raspar os cabelos na obrigação. Quando era mais nova fui muito apegada ao cabelo e hoje entendo que isso foi consequências de falas que ouvia na infância de ter “sorte” por ter nascido com cabelo ‘bom’ devido a relação inter-racial dos meus pais. Somado a isso, outro receio era imaginar o *bullying* que poderia vir a sofrer, principalmente na escola, de aparecer com os cabelos raspados, como acontecem com crianças iaô que mentem terem piolho ou até mesmo preferem mentir estarem doentes do que relacionar a um processo religioso. Mas, o fato de ser uma mulher negra e ter o cabelo com curvatura menos crespa do que outras pessoas da minha cor, fez com que tivesse medo de cogitar a possibilidade de “perdê-los” por causa do ritual de iniciação no Candomblé. Essa relação com o cabelo é algo muito forte para pessoas negras, tendo isso em vista, Gomes realizou uma pesquisa (2003, p.173) para abordar essa temática com outras pessoas negras, e a aponta que:

O papel desempenhado pela dupla cabelo e cor da pele na construção da identidade negra foi o ponto de maior destaque durante a realização da pesquisa. A importância desses, sobretudo do cabelo, na maneira como o negro se vê e é visto pelo outro, até mesmo para aquele que consegue algum tipo de ascensão social, está presente nos diversos espaços e relações nos quais os negros se socializam e se educam: a família, as amizades, as relações afetivo-sexuais, o trabalho e a escola. Para esse sujeito, o cabelo carrega uma forte marca identitária e, em algumas situações, é visto como marca de inferioridade (Gomes, 2002).

Ou seja, toda essa construção estética acerca do meu cabelo, era capaz de fazer com que abrisse mão da minha religiosidade naquela época. Quando na verdade, esse processo que ocorre no ritual de iniciação de um iaô, é justamente abrir mão de toda a vaidade e renascer para/com o Orixá. O corpo no Candomblé e na cultura africana, é nosso templo. Para nós,

O corpo localiza-se em um terreno social conflitivo, uma vez que é tocado pela esfera da subjetividade. Ao longo da história, o corpo se tornou um emblema étnico e sua manipulação tornou-se uma característica cultural marcante para diferentes povos. Ele é um símbolo explorado nas relações de poder e de dominação para classificar e hierarquizar grupos diferentes. O corpo é uma linguagem e a cultura escolheu algumas de suas partes como principais veículos de comunicação. O cabelo é uma delas (ibid.,p.174).

Hoje, aos 28 anos e ter vivido todo o processo de letramento racial na minha formação, construção de identidade e valorização da cultura do meu povo, entendo que toda essa projeção nada mais era do que uma busca de aceitação, fruto olhar da introjeção do branqueamento.

Continuando nossa entrevista com as meninas, como relatado, estava sentada com elas em frente ao quarto de Oxóssi e que era ao lado do barracão. Enquanto estávamos conversando, havia um grupo de crianças e jovens ensaiando as cantigas e danças do xirê que iria acontecer mais tarde. Com isso, o barulho ficou muito alto e com medo de a gravação não capturar bem a fala delas, peguei o celular na mão para aproximar delas. Nesse momento, senti que a postura da Lara (10) mudou um pouco, pois antes o celular estava ao chão e ela conversava de forma mais natural e espontânea, mas quando o aproximo em sua direção, percebi que ela pensava mais na hora de dar as respostas, as vezes ficava receosa em dar alguma resposta “errada” ou ansiosa quando percebia que esqueceu de falar alguma situação quando eu estava em outra pergunta ou quando estava ouvindo a resposta da Lara (6). Nesse momento, enfatizei que a gravação feita no celular não seria um material a ser divulgado para ela se preocupar, mas que na verdade era uma ferramenta para lembrar do que elas disseram na hora que fosse escrever meu trabalho, logo, não teria que ser perfeito, somente sincero.



Lara Gonçalves, Lara Lopes e Pesquisadora sentadas em frente ao quarto de Oxóssi. | Fotografia feita pela minha mãe.



Lara (10) sempre muito atenciosa com a mais nova. Lara (6) brincando com a minha caneta que tinha a cor verde que ela mais gostava. | Fotografia feita pela minha mãe.

Nesta segunda foto, é possível observar um ‘adereço’ no meu braço. Trata-se de um *contra-egum*. Ele é feito de palha da costa e tem como finalidade fornecer proteção contra espíritos (egum) que possam causar algum tipo de risco para pessoas que estejam vulneravelmente desprotegidas, como era o meu caso por estar no meu período de preceito. Como havia feito minha cerimônia de confirmação em janeiro de 2022, precisei ficar durante 1 ano de resguardo pelo fato da minha energia estar mais afluada. Além disso, também estava usando meu pano da costa na cintura, como é de costume na tradição do meu terreiro quando estamos nesses espaços, afinal, embora tenha ido no terreiro através do meu papel de pesquisadora, minha vivência e educação de axé entrelaçam com a minha vida religiosa. Ainda sobre a confirmação, perguntei se elas já haviam vivenciado essa etapa na religião e no caso, a Lara Gonçalves já era confirmada e a Lara Lopes só havia sido suspensa (quando o Orixá lhe dá o cargo) e com isso, Gonçalves era a mais velha do que nós. Por ter vivido recentemente o processo da confirmação e toda a complexidade que envolve, perguntei a Lara G. como foi vivenciar esse período:

- Ah, eu achei muito bom. Foi um momento muito feliz 'pra' mim. Quando eu fui confirmada como ekedji. Que eu fui suspensa ali (apontando para um canto do barracão). Que os ogãs pegam ekedjis ou ogãs, ou ekedjis que te carregam também, mas comigo foi ekedji. Foi a ekedji Bárbara e a ekedji Joyce que eu lembro. Elas me pegaram, me levaram e a gente foi ali, depois ali e depois fomos no atabaque e eu fui suspensa como ekedji aqui no barracão.

Esse momento descrito por Lara G. foi quando ela foi suspensa como ekedji quando você acaba de ganhar o cargo pelo Orixá. Os Ogãs ou Ekedjis da casa, fazem uma espécie de 'cadeirinha' com os braços e carregam a pessoa que recém ganhou o cargo em lugares específicos do barracão, inclusive os atabaques. No meu terreiro em Cachoeiras de Macacú essa prática era feita somente com os ogãs, motivo o qual não sei explicitar dessa diferenciação. Retomando a Lara, reformulei a pergunta e questionei como foi o momento da confirmação e o período em que teve que ficar recolhida:

- Foi muito bom, passei por vários processos que foi o orô, tem o borí, tem a folha... A folha eu achei muito feliz, foi muito legal!

Pesquisadora: Você ficou quanto tempo recolhida?

Lara G.: Eu fiquei uma semana aqui dentro do ronkó. [...] A gente come só comidas claras. A gente não pode comer coisa com cor escura que é feijão, chocolate preto... a gente não pode comer essas coisas. [...] Eu fiquei com a Ossí Marlene. Ela cuidou muito bem de mim quando eu estava dentro do ronkó. Ela me dava banho, ela me dava comida.

Esse relato da Lara Gonçalves coincidiu em muitos pontos do período em que também fiquei recolhida para minha obrigação. No Candomblé, o cuidado com o outro é um dos pilares fundamentais para o funcionamento da religião. O período em que ficamos recolhidos ficamos vulneráveis e alheio ao mundo a fora, por isso, quem fica responsável por cuidar das pessoas que estão nesse lugar, precisa ter empatia, afeto e estar de coração aberto para essa função. E quem ocupa essa tarefa na maioria das vezes são as ekedjis.

Cuidar de uma ou mais pessoas recolhidas, é uma tarefa árdua. Consiste em abdicar da sua vida pessoal e estar em função para o outro. É ter noites mal dormidas preocupada em estar atenta caso a pessoa precise de algo, zelar pelos pertences que eles trouxeram ao chegar, preparar as refeições, se atentar caso a pessoa faça uso de medicamentos controlados, afinal, quem está vivenciando o processo fica alienado do que acontece fora, inclusive das horas, e não ter constrangimento de precisar dar banho no outro em alguns casos. Esse processo é exaustivo fisicamente como também mentalmente para conseguir dar conta de tantas

atribuições. Mas, quando a gente entende o conceito de coletividade e afrocidade, entendemos o quão é importante fazermos tudo da melhor maneira possível, para que a vivência religiosa que quem está recolhido esteja passando, tenha uma experiência memorável e positiva.

Ocupar o cargo de *ekedji* e ter essa responsabilidade do cuidado com o outro, faz com que quando precisamos “inverter os papéis”, isto é, quando somos nós que ficamos recolhidas e precisamos desse cuidado, pode causar estranhamento por estar condicionada de ‘servir ao outro’. Por conta disso, perguntei a Lara G. se teve algum momento que ela menos tenha gostado do período em que ficou recolhida:

- Não... eu sempre gostei. Eu até queria fazer o santo de novo! (risos). Acho muito legal fazer o santo. Tem muita gente que não gosta, que fala que dá agonia de ficar lá dentro e que não consegue..., mas eu achei muito feliz ficar ali dentro. Achei um momento muito legal.

Geralmente, praticantes do Candomblé usam o termo “fazer o santo” quando se é iniciado como *iaô*, o que não é o caso dela. Mas ela usou essa expressão para relatar o processo de confirmação de *ekedji*. Quanto a Lara (6), ela relatou que ainda não era confirmada, só suspensa. E ao perguntá-la se gostaria de fazer esse ritual ela afirmou, então perguntei se era algo que queria fazer ‘agora’ ou quando ficasse mais velha.

- Quando ficar um pouquinho mais velha... – respondeu.

Pesquisadora: *Mas na idade da Lara ou mais velha como eu?*

Lara Lopes: *Na idade da Lara (Gonçalves).*

Mesmo que ela não soubesse quantos anos eu tinha, na concepção dela, fazer a confirmação na minha idade pudesse ser muito longe e na idade da Lara, 10 anos, fosse uma idade razoável para firmar compromisso com o Candomblé. Isso demonstra o quanto ela está inserida na religião e disposta a vivenciar o processo existente e entende que não precisa ficar adulta para isso, mas ao mesmo tempo não precisa ter pressa, apenas respeitar seu próprio tempo.

Em seguida, questionei a Gonçalves como foi viver o período do preceito após a confirmação:

- Essa parte foi um pouco complicada. Eu tinha que usar sempre branco na rua, não podia andar debaixo do sereno. Tinha que andar com pano de cabeça (igual ao que ela estava usando nas fotos anteriores) para não andar no sol.

Durante a resposta, a Lara (6) interrompeu a colega e contou sobre o preceito da mãe dela. Relatou que a mãe quando pôde voltar para casa, também precisou andar com o pano de cabeça,

não podia olhar para os lados. “*Daqui a pouco, quando o pai dela, o pai de santo dela falou ‘pra’ ela que ela já podia tirar todas as coisas que ela ficava andando ‘pra’ cima e para baixo...*” – descreveu a menina. Após ouvi-la, pedi para que Lara (10) completasse a sua fala em relação ao seu período de preceito:

- *Quando eu chegava em casa, eu pegava a minha eni (esteira de palha semelhante a que estávamos sentadas na foto anterior) que andava comigo. Ai eu sempre tenho que deitar na eni, não posso sentar em cadeira, mesmo eu sendo ekedji. Só depois que passar meu preceito.*

E ao perguntá-la quanto tempo depois ela pode voltar a sentar em cadeira, a mesma relatou que após uma semana. Nota-se que a fala dela em alguns momentos ela expressa com verbos no presente, quando na verdade foi um período o qual ela já tinha vivenciado. Durante essa mesma resposta, ela conclui dizendo:

- *Ai quando eu andava na rua tinha muita gente que ficava me olhando estranho ‘que’ eu usava branco, usava pano de cabeça. Mas eu não ligava, porque eu gostava da minha religião. Então eu andava do jeito que eu podia andar na rua.*

Esse olhar preconceituoso que os praticantes do Candomblé sofrem por conta das vestimentas, adereços e ritos religiosos, infelizmente é algo muito frequente. Esta prática está atrelada ao racismo religioso, e demonstra como a nossa sociedade se sente confortável e assegurados de expor seu racismo com a garantia da impunidade da legislação brasileira. Deste modo, entendemos que:

A perseguição e a intolerância tão marcadamente focadas nas religiões negras não se dão ao acaso. As instituições hegemônicas sabem o perigo que representam quilombos-famílias que dão instrumentos de luta, resiliência, saúde mental e espiritual ao oprimido. A demonização e o epistemicídio são formas de controle social do oprimido, que, reintegrado aos seus, à sua ancestralidade e ao seu Eu divino-natureza-ancestral, podem representar perigo iminente para a manutenção do status quo hegemônico (NOGUEIRA, Sidnei. p.63, 2020).

Por isso, cultivar o amor e o respeito ao próximo, principalmente na infância é fundamental para garantirmos a liberdade e a existência do outro. E neste caso, a relação da Lara Gonçalves com a religião foi essencial para resistir desses olhares julgadores.

Ainda sobre os questionamentos das restrições vividas durante o preceito, questionei como foi para ela não poder ir a certos lugares, como por exemplo ir à praia:

- *Eu gostava muito de ir à praia, ainda gosto. Mas não podia ir à praia e nem a cachoeira. Mas eu acostumei ‘não podendo’ ir. Eu vi que tinha*

que respeitar o preceito do jeito que foi me falado. [...] A minha mãe ficava falando comigo e conversava: 'Lara, você não pode ir à praia e nem a cachoeira'. Ai eu ouvia a ela e me acostumei. Eu tentava esquecer 'pra' mim não querer lembrar e me dar vontade de ir. (risos)

Como eu estava vivendo o preceito na época em que foi realizada a entrevista, entendia que ficar restrita de frequentar certos lugares poderia ser mais difíceis para algumas pessoas. Isto se deve ao fato de que por estarmos com a energia vulnerável, estar em determinados ambientes podem afetar nossa energia, corpo e mente.

A rotina no Candomblé é imprevisível e mútua. Mesmo que haja um mesmo ritual, como por exemplo uma confirmação de *ekedji*, nunca será igual uns aos outros. Essa dinâmica que a religião proporciona, permite que tenhamos várias experiências, sejam boas ou não. Portanto, quis saber delas quais eram as coisas que elas mais gostavam de fazer no terreiro:

LG: Eu gosto de fazer quase tudo!

LL: Eu também, eu gosto de fazer quase tudo.

Em seguida, Lara (10) sussurra perguntando se poderia falar sobre 'limpar bichos'. Esta fala dela foi curiosa pelo fato de que quando elaborei as perguntas que gostaria de fazer as meninas, cheguei a cogitar perguntá-las sobre isso. Fiquei com receio de como esse questionamento seria aceito por elas, pelas responsáveis ou até mesmo pelo leitor. Novamente, as consequências do racismo religioso nos atravessam mesmo quando achamos que estamos 'imunes' a eles por conta do letramento e conhecimentos adquiridos, mas, ele está enraizado em camadas muitas vezes profundas e desconhecidas, que estamos suscetíveis a questionarmos nossa própria existência e cultura por conta da opressão fruto do embranquecimento e da lógica cristã. Dito isto, ao ser surpreendida pela fala da Lara G., ressaltéi que ela poderia e deveria dizer o que quisesse, então ela prosseguiu:

- Eu gosto muito de limpar os bichos. Eu gosto de participar dos orôs... O que eu gosto de fazer é quase tudo. Gosto quando as pessoas me chamam para fazer as coisas. Eu nunca recuso. [...] Tem coisas que eu não sei, aí eles me ensinam. Eu não sabia queimar folha, eu tinha medo de me queimar, aí eu fui me acostumando. Gosto muito de limpar os bichos do axé, queimar as folhas e varrer o axé. Menos as coisas que eu não posso fazer, aí eu não ajudo.

A questão da sacralização dos animais abordada anteriormente inclui também o ato de ‘limpar os bichos e tirar o axé’ conforme falado pelos praticantes. Limpar o bicho consiste em depenar as aves, enquanto que tirar o axé é retirar as vísceras dos animais e alguns órgãos em especial e dependendo da finalidade e para qual Orixá vai a oferenda, seleciona também algumas partes da carne para serem cozinhadas e depois oferecidas. Na minha infância, esse era meu maior pavor. Não por ter algum tipo de sensibilidade em ver animais sem vida, até porque participava da cerimônia de sacralização. Minha repulsa era pelo odor peculiar que possuem as galinhas e cogitar a possibilidade de ter que colocar a mão no interior delas. Dizia que se fosse submetida a essa função iria usar máscaras e luvas, mas como era criança, não exigiam que eu participasse da depena. Portanto, me surpreendeu a fala da Lara G. ao dizer que gostava dessa função no terreiro, enquanto que na idade dela tinha aversão. Outro ponto curioso da resposta dela, foi o fato de ‘queimar as folhas’. Essa é uma prática feita quando fazemos a comida de Orixá chamada ‘acaçá’. Ele depois de cozido, é enrolado em uma folha de bananeira que fora previamente cortada do tamanho ideal e passada no fogo para ter brilho e ficar duradoura. Então, para ela poder manusear o fogo era algo animador, já que muitas vezes os adultos proibem as crianças de lidar com esse elemento. Após Lara concluir sua fala, a mais nova respondeu:

- Eu gosto de ajudar... ajudar a limpar...

- Limpar a cadeira do babá... passar o paninho... – Sussurra Lara G., no ouvido da colega ajudando-a na resposta.

- Uma vez eu peguei um pano [...] e limpei as cadeiras. E gosto de limpar o chão de dentro da sala.

E ao pergunta-las das atividades que menos gostavam, não souberam dizer com precisão:

LG: Agora é o momento de refletir... o que eu não gosto...? Eu não lembro de coisas que eu não gosto de fazer aqui. Eu gosto de fazer a maioria das coisas aqui, que eu possa fazer. Então eu não tenho nada que eu não gosto de fazer aqui.

LL: Eu não tenho...

O que é ser ekedji? Esse é um dos principais questionamentos desta pesquisa. Embora, nós três tenhamos o mesmo cargo, as nossas vivências são singulares e a relação criada com a religião e com os Orixás é algo particular. A resposta para essa pergunta não pode ser respondida como uma questão típica de vestibular, assim como, descrever sobre o privilégio

de ter esse cargo não pode ser mensurado e adaptado nas normas da ABNT. Mesmo assim, fiz essa provocação para as meninas, para entender o que pensavam a respeito:

- Ser ekedji é uma pessoa que cuida dos Orixás, que tem que ter uma responsabilidade muito grande. Quando tem saída, as Ekedjis sempre ficam lá dentro do ronkó para ajudar a vestir a pessoa que está de obrigação, a gente também ajuda a vestir os Orixás em festas... A gente tem uma responsabilidade muito grande sendo ekedji. – Descreveu ekedji Lara Gonçalves.

LL: Ser ekedji é muito bom. Porque a gente cuida dos Orixás. A gente ajuda a vestir os santos...

LG: Quando a gente é ekedji e tem roda (festa) e vira muito santo a gente tem que limpar o santo. Passar a toalhinha nele, porque ele fica muito suado. A gente pergunta se ele quer ir embora... Antes de desvirar a gente tem que dizer agô orí para tirar o pano de cabeça e na hora de ir embora a gente fala...

Nesse momento a interrompi, pois, minha ética religiosa prevaleceu. Expliquei que não era necessário dizer a palavra utilizada para ‘desvirar’ o Orixá. Depois, ela finalizou dizendo as responsabilidades que cada ekedji do seu terreiro tinha e como elas eram uma referência para ela. Em seguida, voltei com a Lara Lopes, que concluiu dizendo que gostava de ajudar sua mãe, que também é ekedji, e brincar com os amigos. Após saber delas, o que era ser ekedji, perguntei então o que era ser criança?

LG: Ser criança é ser feliz, se divertir muito, brincar e estudar. Aproveitar a idade que a gente tem, porque quando crescer, a gente vai ter que ter a nossa responsabilidade... Então tem que aproveitar e se divertir muito.

LL: Criança é ‘pra’ gente se divertir, brincar muito até cansar!

Pesquisadora: Você brinca muito aqui (no terreiro)?

LL: Brinco.

Pesquisadora: Do que você mais gosta de brincar?

LL: Eu gosto muito é de brincar de pique-esconde.

Pesquisadora: Tem muita criança aqui para você brincar? Quais outras brincadeiras você gosta?

LL: ‘Popay’ e pique-pega.

Pedi para que Lara Lopes me ensine a brincadeira do ‘Popay’ e pergunto se tem mais alguma brincadeira, para então passar a vez a Lara Gonçalves:

- Brinco. Aqui tem bastante criança para a gente brincar e se divertir. Mas, tem momentos que a gente não pode brincar, tem que respeitar os tempos. Não é poder brincar, é que a gente tem que ficar em silêncio. Mas, a gente brinca muito ali fora, na rua de futebol quando tem bola que as crianças trazem. Quando é festa de erê a gente brinca muito. A gente brinca de pique-esconde, pique-pega, polícia e ladrão...

LL: *Com os erês...*

Pesquisadora: *Vocês brincam com os erês?* – Ambas afirmam.

Tais relatos sobre gostar de brincar com os erês, coincidem tanto com minha vivência e também com as da ekedji Janaína. Entende-se que ver adultos agindo como crianças, é uma experiência inenarrável e memorável. Outro ponto curioso deste diálogo, foi quando elas listam todas as crianças do terreiro, referindo pelo nome e cargo, caso possuam. Ou seja, mesmo que durante as brincadeiras estejam todos igualmente, o pronome de tratamento e o respeito sempre prevalecem. Quanto ao respeito, perguntei como os adultos as tratavam e se referiam a elas:

- Eles me tratam bem. Me tratam com respeito, as vezes eles até brincam comigo. Eu acho isso muito importante, a pessoa tratar o outro bem e ter o respeito.

Pesquisadora: *E eles te chamam como?*

LG: *Tem muita gente que me chamam de Ossilogun, Ossí. Tem gente que me chama de ekedji Lara... Tem gente que me chama pelo meu cargo ou de ekedji.*

Pesquisadora: *Me fala um momento que você vivenciou aqui e tenha gostado muito.*

LG: *Gostei muito...? Foi na minha obrigação, eu fiquei muito feliz. É um momento que eu marco até hoje. ‘Faz’ 5 anos! E eu lembro até hoje o tempo que eu fiz o santo. Acho muito importante o que eu convivi e passei lá dentro, acho um momento muito marcante na minha vida.*

Solicitei que descrevesse como foi esse momento:

LG: *Eu lembro de muita coisa da minha festa. Eu sai com o Oju Amadê, com o Logun Edé dele e também meus irmãos de barco. Teve o Ogã de*

Xangô que saiu com Yemanjá. Foi tudo muito lindo. Minha mãe fez o esforço para pagar tudo que teve na minha saída e eu gostei muito.



Saída da Ekedji de Logun Edé, Lara D'Oxóssi | Imagem cedida pela família.

Cada terreiro monta seu calendário de festividades. Algumas festas são comuns a todos, e outras de acordo com a nação. Tendo isso em vista, perguntei quais eram as festas preferidas das meninas:

LG: Festa de Yemanjá! Quando tinha festa de Yemanjá, a gente sempre ia para Paraty. Ficávamos em uma ilha com praia. Mas, quando teve essa Pandemia (COVID-19), a gente preservou mais e fazer (a festa) aqui no axé. E eu gosto do Olubajé também. Olubajé eu gosto muito!

LL: Ah, Olubajé eu também gosto! De Oxum também.

De acordo com o autor BARROS (2006, p.14) em seu livro "O banquete do Rei Olubajé":

Olubajé, palavra Iorubá que significa Olú: aquele que; Gba: aceita; Je: comer. Ou, Olú:aquele que; Báje: come com, segundo Cacciatora (1997:202). Ainda segundo autor, esse ritual é dedicado a Obaluaiê (rei da terra), Omolu (filho do senhor), Onilé (senhor da terra), e a Sapatá e Xapanã (deus da varíola). O último nome,

impronunciável em público, é, como os outros, um título do mesmo orixá: rei do mundo, senhor da terra e de todos os caminhos.

Além disso, diz o itãn que certa vez Xangô havia oferecido uma festa e chamado os demais Orixás. Havia muita fartura e todos estavam felizes e se divertindo. No decorrer da festa, deram a falta de Obaluaiê e perceberam que ele não havia sido convidado. Reprovando o acontecido, todos decidem ir ao encontro de Obaluaiê, levando suas respectivas comidas e bebidas. Ao chegarem em seu palácio, Obaluaiê aceita as desculpas de seus colegas e aceita a homenagem, mas com a condição de chamar toda sua comunidade para o banquete. Por isso, nessa festividade no Candomblé, é oferecido pelo menos uma comida de cada Orixá, exceto a de Xangô, simbolizando este momento da história. Por saber que se tratam de comidas atípicas do nosso cotidiano, perguntei se comiam o que era servido no ritual:

LL: *Não... Eu como, mas eu não aguento comer tudo que tem não.*

Pesquisadora: *Quais comidas você mais gosta do Olubajé?*

LL: *O feijão¹⁴.*

O Candomblé tem suas complexidades e particularidades, tendo isso em vista, questionei o que o Candomblé significava para elas:

LG: *O Candomblé 'pra' mim significa uma religião muito importante que a gente tem que dar valor, não é uma religião ruim como muitas pessoas acham. É uma religião que educa, ensina, te explica como é. E eu acho uma religião muito importante.*

LL: *Eu acho o Candomblé muito especial para a gente. Para todos os pais que deixam ser do Candomblé. E seja muito bom 'pra' gente e para eles.*

Quando somos adeptos dessa religião, na maioria dos casos somos restritos de usar alguma vestimenta, ter certas atitudes, comer determinadas coisas, etc. isso varia de cada casa de axé e também do Orixá das pessoas. No meu caso, por eu ser do Orixá de Oxum, não posso quebrar ovos. Também não uso roupas de cor vermelha e preto. Não posso também beber cachaça e comidas que levem salsinha, além de outras inúmeras restrições. Para mim, os mais difíceis são não poder usar preto e vermelho, uma vez que são as cores do meu time de futebol,

¹⁴ Comida típica do Orixá Obaluaiê, feito com feijão preto cozido, temperado com azeite de dendê, cebolas fritas com camarão seco.

o Flamengo e não poder quebrar ovos, deixando de comer quando não tem ninguém para me ajudar. Com isso, quis saber quais eram as restrições delas e quais eram as mais desafiadoras:

LG: Não poder comer tangerina! Eu acho muito difícil. E não poder comer do meu santo (Oxóssi) milho e mel. Eu não sou muito fã de mel, mas milho eu sou muito fã, então é muito difícil. A gente não pode comer sardinha aqui, pessoas que são do axé.

Pesquisadora: E quanto a você Lara, tem alguma restrição?

LL: Não, não sei.

Nesse momento Lara Gonçalves auxilia a mais nova na resposta:

LL: Sim. Não posso usar as cores escuras e nem as cores vermelho e preto. E não posso comer tangerina e sardinha.

Os preconceitos existentes com os praticantes da religião não é novidade. Mas, vivenciar isso na infância podem gerar traumas e consequências na vida adulta. Como relatado, por eu ter vergonha, medo de julgamento e ‘perder’ minhas amigas, não gostava de tirar fotos com roupas de Candomblé, e por conta disso, não tenho nenhum registro com meu primeiro pai de santo, o José Flávio. Lembro que dizia ser católica para meus colegas de turma, mas quando criei coragem, chamei uma a uma das minhas melhores amigas e confessei ter mentido, que na verdade era do Candomblé, mas que entenderia caso quisessem romper a amizade. Felizmente, todas foram muito receptivas a minha mensagem e nossa amizade permanece até hoje. Por mais que o campo de estudo nesta pesquisa não seja o ambiente escolar, não podemos deixar de citar esse espaço que possui grande importância na formação e construção de nosso ser. Baseado nessa discussão, Gomes (2003:171) nos explica que:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos, nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural?

Pensando em como foi meu processo de aceitação, perguntei as meninas se os colegas da escola têm conhecimento da religião delas:

LG: Tem no meu transporte um que sabe. Ele também é dessa religião. Ele frequenta essa religião, ele não é daqui (do terreiro), mas ele sabe. A minha diretora, ela sabe que eu sou também e a dona da escola. Mas, tem gente da minha sala que não sabe da minha religião.

Pesquisadora: *E você, tem gente da sua escola que sabe da sua religião?*

LL: *Não.*

Pesquisadora: *Nenhum colega seu?*

LL: *Não.*

Pesquisadora: *Mas, você nunca quis contar?*

LL: *Não...*

Pesquisadora: *Por que?*

LL: *Porque eu tenho vergonha...*

Pesquisadora: *Vergonha de que?*

LL: *De falar.*

LG: *Lá na minha escola tem pessoas que são da igreja e de outras religiões. Eu não tenho vergonha da minha religião. A minha professora também sabe. E, porque tem muita gente lá na escola que é preconceituoso com esse tipo de religião, que acham que é coisa ruim, do mal, que é do moço vermelho... então o pessoal fica julgando muito essa religião. Então, se eu contar, podem ter pessoas que possam me julgar, me zoar. Mas eu nunca vou ter vergonha da minha religião!*

Ao ouvir essas falas, penso o quanto ainda precisamos melhorar enquanto sociedade e a urgência de nossas escolas de reformular seus currículos para que tenhamos uma valorização das diferenças. Dito isto, corroboro com as provocações de Gomes (ibid) em que ressalta:

[...]quando pensamos a escola como um espaço específico de formação, inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, normas, projetos, provas, testes e conteúdos. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.

O papo com as meninas durou em média 40 minutos. Foi uma conversa leve, descontraída e divertida. Porém, elas precisavam se arrumar para a festividade que iria acontecer e ajudar nas funções. A Lara (6) ficou com o seu irmão caçula, que estava sob os cuidados da minha mãe, e também brincava aguardando a mãe dela para poder se vestir.



Lara Lopes brincando com o carrinho do seu irmão, aguardando a sua mãe chama-la para se arrumar para a festa. | Fotografia própria.



Eu e Lara, já arrumada para a festa, esperando o Candomblé começar. | Fotografia feita pela minha mãe.



Lara brincando de ciranda com as demais crianças do terreiro, aguardando a festa começar.



Ekedji Lara D'Oxóssi e Ekedji Lara de Nanã prontas para a festa. | Fotografia própria.

Nesta última foto, parte do rosto da Lara foi cortado. Além do meu amadorismo em fotografia, a Lara Gonçalves ficou pronta quando estava prestes a começar a festa. Ela gentilmente pousou para a foto, mas além das pessoas apressá-la para retornar ao seu lugar na

fila, tinha também as demais crianças que queriam posar junto para a foto, como podem notar no canto inferior direito. Precisei negociar com elas que naquele momento tiraria foto das meninas, mas que em seguida, fotografaria todos juntos. A foto em questão foi feita, mas por não ter autorização dos respectivos responsáveis, não iremos publicar.

Uma festa de Candomblé se inicia com os membros do lado de fora do barracão em fila, e conforme inicia o toque, a pessoa que possui o maior cargo ou o(a) zelador(a), puxa a fila formada em ordem de grau na religião. No caso do *Ilè Asè Omi Larè Iyà Sagbà*, quem conduziu a fila foi a Iyá kèkèrè Marta, seguido pelos demais filhos(as) da casa. Na ordem da fila, a Lara Gonçalves estava junto com as demais ekedjis já confirmadas, enquanto que a Lara Lopes, por não ser confirmada, ficava próximo aos iaôs.

Neste terreiro, só as mulheres participam das danças na roda. Os homens ficam sentados no barracão entoando o coro para as cantigas dos orixás e se eventualmente entrasse em transe, aí assim o Orixá dançava na roda. Outra regra da casa, é a proibição de fotografia durante o Candomblé por pessoas não autorizadas, isto é, a casa contrata um profissional para realizar os registros. No meu axé, nós só podemos tirar foto das decorações e da roda enquanto nenhum Orixá estiver em terra. Uma vez que um Orixá chega, não pode ser feita nenhuma fotografia por ninguém.

O xirê (roda) estava muito bonito e emocionante. Quando começou a cantiga de Iemanjá, Orixá do pai de santo, aquelas que não tinham grau sentaram-se e a roda ficou composta pelas as ebomis e as ekedjis confirmadas. Neste momento, algumas pessoas ‘viraram no santo’ e a ekedji Lara G. dançou junto a uma iaô de Xangô e depois ficou auxiliando as outras ekedjis a conduzirem os santos que chegavam para o local que seriam ‘desvirados’.

Depois que a Iemanjá do babalorixá veio a terra, houve uma pausa para que as ekedjis fossem vestir o Orixá. Neste momento a Lara Lopes ficou brincando de ‘adoleta’ com seus colegas, enquanto que a ekedji Lara D’Oxóssi ficou trabalhando na função de desvirar os santos, servindo salgadinho e água aos mais velhos e as demais atribuições que fossem surgindo.

Após o intervalo, os ogãs tocaram as cantigas para Iemanjá, e o Orixá do babalorixá veio ao salão. Sua roupa estava impecável e lindíssima. Foi muito emocionante assistir a esse momento e todos partilhavam do mesmo sentimento. Conforme a santa ia passando, os filhos lhe jogavam pétalas de rosa branca para saudar a rainha. Antes de ir embora, o Orixá foi cumprimentar os convidados e entregava um fio de conta de presente.

Quando acabou o Candomblé, conversei com a Lara e perguntei se o motivo de estar descalça era o cansaço. Ela disse que além desse motivo, quando toca para Iemanjá elas ficam com os pés no chão em respeito ao Orixá do pai de santo. Durante nosso papo, ela disse estar

muito cansada, mas ao mesmo tempo estava muito feliz. A Lara (6) não aguentou ficar até o final do xirê e dormiu no meio do Candomblé, algo que na idade dela fazia com frequência.

Alguns minutos depois, o babalorixá Daniel, retorna ao salão e faz um belo discurso sobre a importância daquela festa para ele, a conduta e o respeito que devemos ter com o Candomblé e a consciência que deveríamos ter na votação do segundo turno para a presidência da República que seria realizado no último domingo. Ao final do discurso, o jantar foi servido. Era bobó de camarão e arroz branco. A comida estava deliciosa. Tudo muito organizado e acolhedor. Depois de jantar, me despedi de todos e junto a minha mãe fomos embora muito felizes pela noite que tivemos cheia de axé!

2º ENCONTRO – VI ENCONTRO DAS CULTURAS DE ASÉ

A segunda data divulgada pela Iyá Marta em que eu poderia visitar o *Ilè Asè Omi Larè Iyà Sagbà*, foi no dia 12 de novembro de 2022. Desta vez, não tratava de um evento religioso e sim cultural. Seria realizado o *VI Encontro Das Culturas de Asé*, onde haveriam diversas oficinas, brechó, massoterapia e barracas de comidas. Dividi um carro de aplicativo com uma iaô da casa, e, durante o trajeto nos conhecemos melhor e conversamos sobre diversos assuntos. Fomos uma das primeiras a chegar e ajudei no possível para organizar o evento. Encontrei uma antiga colega de trabalho, que era abiã da casa. Ela também estava no processo de finalização do mestrado e relembramos momentos do nosso estágio. Das meninas ekedjis, a Lara Lopes foi a primeira a chegar. Me cumprimentou com um beijo tímido e foi logo brincar com seus colegas.

A primeira oficina realizada começou por volta das 09:30. A dinâmica foi ofertada pelo Dofonitinho José Ti Oxalá, titulada em “*Outros Olhares – Narrativas de Terreiro*”. Todos nós estávamos sentados enfileirados no barracão e ele diante de nós explicando o que iria ser feito. O público inicial em sua maioria eram as crianças e ele fez uma provocação perguntando o que entendíamos sobre “audiovisual, narrativas outras”. Aos poucos, as crianças foram tentando encontrar a melhor resposta e depois iniciou uma outra atividade que consistia em construirmos uma história coletiva. O Dofonitinho chama pela ekedji Lara (6) para que inicie a história. Ela começa falando sobre a importância da cenoura e como faz bem aos olhos. Em seguida, cada um dos presentes continuava a narrativa a partir do momento em que o outro parou. A dinâmica divertiu a todos, e a história que começou falando da cenoura, terminou falando da ventania que fazia o Saci e Oyá.

A primeira oficina já tinha terminado, quando a ekedji Lara (10) chegou acompanhada da irmã. Assim que me viu, foi muito receptiva com um belo sorriso e um abraço caloroso. Ela comentou que havia feito uma ‘aposta’ com a irmã para saber se eu estaria presente ou não e

ficou feliz em ter acertado. Ela prontamente sentou-se ao meu lado e falou para a irmã em tom de ironia: “*Senta, aproveita que hoje está liberado de você sentar na cadeira*”. Indignada com a fala da irmã, direcionou para mim: - “*‘Tá’ vendo? Ela só me arrasa!*”. Respondi dizendo que Lara estava certa, que deveria aproveitar já que ali (no terreiro) ela era a mais velha. Enfatizando meu posicionamento totalmente parcial e ressaltando que eu deveria fechar ‘com as minhas’. Esta fala da Lara, se deve ao fato da ocasião não ser de cunho religioso, portanto, algumas regras da casa foram flexibilizadas, tais como iaô poder sentar na mesma altura que pessoas de grau, as mulheres que fossem iaô ou abiã poderem usar brincos pequenos e maquiagens leves, entre outras.

Às 10:30 deu início a segunda atividade. Dessa vez, era uma aula gastronômica ofertada pela ebomi Sara Reis, cozinheira profissional especializada em comida de axé, o ogã Jorge, cozinheiro com experiência em prática de restaurante e o Fomo Dave de Iemanjá. A proposta foi apresentar uma aula-show tendo como referência as comidas dos Orixás. Foram servidos três pratos: a entrada, inspirada em comidas de Iemanjá; o prato principal, tendo como base as comidas do Orixá Ayrá e finalizando com a sobremesa, com referência ao Orixá Oxaguiã. Enquanto os profissionais preparavam o cenário e utensílios necessários, Lara G. dizia estar ansiosa para que começasse a venda de Acarajé. Ela enfatizou que eu não poderia deixar de comer, pois, era o melhor acarajé que já havia experimentado. Ao notar minha falta de empolgação, perguntou se eu gostava, e assim que neguei, ela ficou surpresa e também indignada. Comentei que era ‘chata’ para comer, e que uma das minhas maiores dificuldades no Candomblé era comer os pratos típicos da religião, inclusive destaquei o período em que fiquei recolhida na minha obrigação de ekedji.

- *Você não come nem o bolo??* – Questionou Lara sobre um dos alimentos servidos no borí.

- *Claro né. E as frutas também!* – Respondi.

- *Eu não acredito! Eu como de tudo!* – Disse a menina rindo.

A entrada foi preparada pelo Fomo de Iemanjá. O prato era peixe (tilápia) e outros acompanhamentos que estavam deliciosos. O prato principal foi frango com especiarias específicas, quiabo e um purê feito pela ebomi Sara. Já o ogã Jorge encerrou com uma sobremesa que lembrava uma mousse e era feito com clara em neve e coco, mas não consegui registro.



Entrada feita pelo Fomo de Iemanjá | Fotografia própria



Prato principal servido pela Ebomi Sara | Fotografia própria



Lara comendo o quiabo que tinha em meu prato e lambuzada com o acarajé de seus sonhos | Fotografia própria.

Após a segunda oficina, houve um pequeno intervalo e aproveitamos esse tempo para conversar. Fazer pesquisa com crianças tem o diferencial que em um determinado momento você fica sujeito a estar no lugar do entrevistado. É entender nossa posição de adulto e respeitar a criança com uma escuta ativa. Sobre esse processo, a autora Rafaely Campos (2022, p.5) elucida:

A pesquisa etnográfica apresenta como premissa básica que o pesquisador deve tornar-se um nativo, buscando interação, envolvimento e proximidade com o contexto e com seus informantes, tornando-se semelhante aos sujeitos da investigação. Tratando-se de uma pesquisa com crianças, na condição de pesquisadora adulta, nunca me tornarei uma criança e é simplesmente inviável tornar-se “nativo”.

Ou seja, por mais que não possamos nos tornar ‘nativo’, precisamos buscar estratégias para alinharmos o diálogo e criarmos vínculo para que a criança se sinta confortável e segura com o adulto pesquisador.

Durante nossa conversa, Lara perguntou coisas a meu respeito tais como: onde eu morava, minha idade, o que eu estudava, o que mais gostava de fazer e mais. Em uma das respostas comentei que amava ir à praia e ela comentou das praias que mais gostava de ir. Ao lembrar que eu estava de preceito e que não podia frequentar esses lugares, ela se solidarizou com meu processo e mudou de assunto. Começamos a falar sobre a minha pesquisa. Falei que estudava na mesma faculdade que a irmã dela, mas que em situações diferentes. Ela perguntou

se meu professor, no caso meu orientador, tinha visto a entrevista que elas haviam gravado. Disse que não tive tempo de mostrar, mas que conversei de como tinha sido e que ele ficou muito animado. Completei a fala dando a notícia de que meu orientador estaria disposto a me ajudar a publicar um livro do trabalho que estava fazendo com elas. Lara ficou muito animada com a ideia e me deu um apoio incrível com o projeto. Em seguida, ela começou a fazer perguntas sobre o Renato (orientador). Quis saber como ele era e se era ‘do santo’. Comentei que a Iyá Marta trabalhava com ele na UFRRJ, então ela direcionou a pergunta para ela. Marta disse que o Renato não era do santo e sim um ‘simpatizante’ da religião. Lara ficou um pouco frustrada e quis saber o porquê de ele não ser do Candomblé. Não soube dizer o motivo, mas relatei que ele era um grande estudioso da nossa religião e que acreditava que fosse de Oxóssi, igual a ela.

- *Será que ele é Dofono Renato ou Ogã Renato?* – Questionou a menina.

Pesquisadora: *Ele acredita ser Ogã.*

- *Ele tem que entrar logo (no Candomblé) para sabermos!* – Finalizou indignada.

Após esse diálogo, levantei para comprar um refrigerante e enquanto estava na fila, a Lara (6) me abordou perguntando se as coisas que elas tinham conversado comigo iria virar um livro. Brinquei dizendo que a Lara G. era fofqueira de ter contado a novidade antes de mim, mas, ao notar a expressão dela sem entender, perguntei se a Lara G. havia comentado algo com ela. A menina negou e saiu andando. Voltei para o lugar onde estava sentada junto a Lara G. e comentei sobre a coincidência do episódio e ela enfatizou que não comentou nada com a mais nova.

Ainda incrédula com a simultaneidade dos fatos, fui atrás da Lara L. para entender de onde ela havia tirado essa história já que não tinha sido através da colega. A menina reforçou que gostaria que escrevesse um livro sobre ela, a Lara Gonçalves e de todas as crianças do ilê. Pontuei que a minha pesquisa era somente com ekedjis crianças, motivo o qual só ter conversado com elas duas no nosso último encontro, e se isso implicaria na decisão dela de aceitar participar de um futuro livro. Ela afirmou que não tinha problema e se animou com a ideia de ter sua foto estampada em um livro.

Ver a animação das meninas de terem suas histórias publicadas me remeteu as minhas lembranças de infância de não gostar de tirar foto e omitir sobre minha religiosidade. Provavelmente, elas não tenham dimensão do que significa ter suas narrativas comercializadas,

mas, é evidente o quanto elas amam a religião a ponto de protagonizarem suas vivências em um livro.

Após a pausa para o almoço, tivemos uma mesa, com o tema “O Despejo Dos Mares de Yemonjá: os saberes das águas salgadas”. A Iyá Marta foi responsável pela mediação das convidadas a professora e mestra Jéssica de Oliveira e a Ìyálorisá Pollyana Aires. Elas relataram sobre suas pesquisas e vivências com fala inspiradoras. Paralelamente a roda de conversa, estava acontecendo uma atividade musical com as crianças do ilê e as meninas estavam por lá e ao final das duas atividades tivemos um outro intervalo.

Durante uma pausa ou outra, levantava para ir ao banheiro ou beber água. Quando retornava, Lara G. fazia questão que me sentasse ao lado dela. Às vezes eu acabava sentando na fileira de trás pelo trabalho de retirar do meu assento todos os meus pertences e a Lara reclamava, segurava-os para que eu pudesse voltar ao meu lugar de origem. Em um determinado momento, ela se ausentou e a minha ex-colega de estágio acabou sentando na cadeira ao meu lado, que pertencia a Lara. Quando ela voltou e viu seu lugar ocupado, pediu para que ela se retirasse alegando já estar sentada ali. Essas atitudes foram provas de como nós estávamos criando um vínculo, algo fundamental para a construção da pesquisa.

Ainda estavam previstas as oficinas: “homem é homem, mulher é mulher”? ministrado pelo Dofono Tarcísio ti Oxóssi, com a proposta de discutir e provocar reflexões sobre identidade de gênero e sexualidade através das filosofias afrodiáspóricas; a oficina “Dança integrativa e a educação do bem-estar da filosofia afro perspectiva”, ofertado pelo Henrique ti Oxalá, cuja proposta era apresentar a noção da corporeidade a partir de elementos que compõem a dança integrativa e discutir de que forma a cosmovisão podem ajudar a pensar outros caminhos; mesa de debate sobre “Vivências Trans nos terreiros de candomblé: resgate de saberes ancestrais”, composta pelo babalorixá do terreiro Daniel ti Yemonjá e o doutorando Tarciso Manfrenatti ti Oxóssi, debatendo sobre as vivências e ensinamentos da transgeneridades nos terreiros de Candomblé e para encerrar a programação, estava previsto a apresentação musical do Trio Borogodó, trazendo vários sucessos musicais que retratam a realidade do negro no Brasil. A intervenção de Dança Integrativa, participei como telespectadora e consegui fazer alguns registros das meninas se divertindo nas atividades:



Lara Gonçalves batucando uma bacia proposta pela atividade. | Fotografia própria.



Lara Lopes atenta nas instruções que estavam sendo passada.

Por conta do horário, não consegui assistir as duas últimas oficinas, lamentando perder a fala do babalorixá Daniel. De qualquer forma, foi um dia de muitas aprendizagens e trocas. Esse tipo de proposta cultural é algo que defendo muito que tenham em todas as casas de

Candomblé e que idealizo um dia realizar no meu terreiro. Parabenizo a comunidade do *Ilê Asè Omi Larè Iyà Sagbà* pelo evento incrível, mal posso esperar pelo próximo encontro.

3º ENCONTRO – Festa das Yabás, Odu ijé Marcos D'Oyá e Graciane de Iemanjá, Odu Itá Yasmin D'Oxum e Orunco de Gabriele de Nanã.

Yabás significa 'mãe rainha', e esta festa é celebrada em homenagem a todos os Orixás do sexo feminino, que são: Oxum, Iemanjá, Oyá, Obá, Nanã e Ewá, mas cada casa celebra de acordo com a sua possibilidade. Quando frequentava o *Ilê Axé Omin*, em Cachoeiras de Macacú, essa era a minha festa preferida. Iniciávamos rezando para cada Yabá em frente ao quarto de santo, que era cercado por uma fonte. Durante a reza, os Orixás chegavam aos poucos e ao final, caminhávamos em direção a cachoeira para que as divindades mergulhassem e levassem os balaios com as oferendas. Após o banho de rio, elas eram conduzidas ao barracão e vestiam suas respectivas roupas e ferramentas para darmos continuidade a festa.

A festa no *Ilê Asè Omi Larè Iyà Sagbà* foi realizada no dia 10 de dezembro de 2022. Cheguei no horário que estava previsto para começar, às 16h. A Lara (6) assim que me viu chegar, veio correndo em minha direção com um sorriso e um abraço apertado. Fiquei muito feliz com a recepção dela, pois ela das últimas vezes ainda se demonstrava um pouco tímida comigo. Logo depois, encontrei a outra Lara que também me recebeu de forma calorosa. O aniversário dela tinha sido recentemente, no dia 8, e entreguei a ela uma lembrancinha de presente e ficou muito feliz. Como cheguei mais tarde, não consegui acompanhar a rotina das meninas, então perguntei a Lara (6) o que tinha feito durante o dia e me respondeu dizendo que ajudou a limpar o chão do ilê. Já a Lara, de agora 11 anos, disse estar muito cansada, pois estava em uma cansável rotina de idas e vindas da sua casa para o ilê, ajudando as pessoas que estavam recolhidas, inclusive sua irmã.

- *E você pôde estar com ela?* - Questionei a Lara G.

LL: *Quem não pode sou eu, pois ainda não sou feita. Ela pode.*

Pesquisadora: *Falta pouco. Quero saber se eu serei convidada.* – E a menina afirmou sorrindo.

O xirê estava um pouco atrasado, e as meninas estavam sentadas conversando com suas colegas esperando o Candomblé começar. Lara (6), que estava sentada em direção oposta à minha, cruza o barracão correndo e diz que esqueceu de me contar uma coisa. Pensei que fosse falar sobre alguma resposta que tenha esquecido durante a nossa conversa, mas na verdade, contou sobre sua apresentação na escola em celebração ao Dia da Família. Disse ter gostado muito, principalmente das comidas que uma delas eram rabanada e salada de frutas, e entramos

numa discussão sobre quais eram as melhores frutas. Ao ver meu caderno, ela relatou que estava aprendendo as letras cursivas ‘ligando os pontinhos’. Decidi fazer um esboço das letras que ela havia citado e ela cobriu a imagem com a minha caneta da cor verde, sua preferida. Nesse momento, meu ‘lado pedagoga’ entrou em ação ao auxiliar a pequena durante a escrita.

Antes de começar a roda, pedi para tirar foto com as meninas. A Lara (6) quem dava os comandos do melhor lugar para ficarmos e a Lara G. pedia para ver o resultado e repetir quando não estava do seu agrado. Fiquei seguindo as ordens delas e observando o quanto estavam mais interativas comigo, reforçando o conceito sobre a importância de pesquisas com esse público serem feitas em mais de um momento e com diferentes propostas. A Lara (11) estava com a roupa idêntica à sua mãe, diferenciando apenas o fato de que no ojá ter apenas uma ponta para fora, o que chamando de orelha, e a mãe dela tinha as duas pontas. Geralmente é um ‘código’ de algumas casas, mulheres que são de Orixá feminino (yabás) colocam as duas pontas para fora do ojá e mulheres que sejam de Orixá masculino (oboró), deixa apenas uma ponta.



Ekedji de Logun Edé, Lara D'Oxossi e Ekedji de Logun Edé Lara de Nanã | Fotografia própria.



Ekedji de Logun Edé, Lara D'Oxossi, Ekedji de Logun Edé Lara de Nanã, Ekedji de Oxaguiã, Mariana D'Oxum | Fotografia feita por um membro do ilê.



Barracão pronto para começar a festa | Fotografia própria.

O xirê começou e estavam todos animados acompanhando o coro. Após algumas cantigas, tivemos a entrada da iaô de Nanã, sendo conduzida pelo babalorixá para bater paó (palmas) saudando a casa. Depois desse ritual, voltou para o quarto de santo e o Candomblé

deu continuidade. Ao longo da festa, aconteciam as pausas para a entrada das pessoas que estavam dando obrigação entrarem. A cada aparição era uma emoção diferente, sem contar com a beleza das roupas e das danças dos Orixás. Em uma festa de iniciação de iaô, tem um momento em que eles falam seu orunkó, o nome que recebem no ritual de feitura. O orunkó é dito em voz alta pelo próprio Orixá e com isso, muitas pessoas acabam virando no santo também. À minha frente, uma pessoa virou no santo e condicionada a minha função de ekedji, ajudei o Orixá a se levantar enquanto as ekedjis da casa não chegavam.

A energia do axé no Candomblé é algo inexplicável. Não tem como manter a imparcialidade que muitos defendem da relação pesquisador X pesquisa, quando se acompanha o *Alujá*¹⁵ para Xangô sem se arrepiar e gritar “*Kaô Kabelice*”. Ver a iaô de Oxum dançando o *Ijexá*¹⁶ e sendo conduzida pela ekedji Lara, sua irmã biológica, e não se emocionar com a cena da mãe chorando olhando as filhas. O cortejo das yabás estava lindo, cada uma com roupas belíssimas carregando um buquê de flores. As que estavam com a Iemanjá foi presente meu para a casa e foi gratificante me sentir parte desse momento de certa forma.



Ekedji Lara fazendo o cortejo da Oxum de sua irmã | Imagem cedida pela família e editada pela pesquisadora.

¹⁵ Toque rápido com características guerreiras, dedicado a Xangô. Significa em Iorubá, àlujá, perfuração, orifício. Segundo alguns sacerdotes, "é o orifício ou buraco que Xangô abriu na terra, por ele entrando, deixando de ser rei e transformando-se em orixá" (BARROS,2006)

¹⁶ Ritmo cadenciado, tocado somente com as mãos. Provavelmente era usado na nação Ijexá (sub-grupo Nagô), cuja última casa em Salvador encontra-se no subúrbio de Plataforma. É o ritmo mais conhecido, popularizado pelos Afoxés em todo Brasil. É dedicado a Oxum, quando sua execução é somente instrumental, embora existam cantigas para vários orixás com este tipo de toque tão especial. (BARROS,2006)

Para conseguir assistir a essa festa foi um desafio, pois precisei abrir mão de estar no meu terreiro cumprindo minhas funções de *ekedji* para cuidar dos *iaôs* que estavam recolhidos e também era a véspera da prova de um concurso que mais almejava. Mas, fechar a noite recebendo um abraço caloroso de Oxum, foi a força, o *axé* que precisava lidar com as demandas cotidianas. Ao final da festa, a mãe da Lara fez questão de me dar as lembrancinhas da obrigação da filha, uma toalhinha com uma bonequinha de Oxum e um potinho com mel. O jantar novamente estava delicioso, sem contar nos bolos e docinhos que minha mãe lamentou por não ter levado mais. Enquanto esperava pelo meu carro de aplicativo chegar, fiquei sentada com a Lara (11) e a mãe dela. Lara estava abatida sentindo dores que a mãe desconfiava ser fruto da primeira menstruação. Mesmo indisposta, a menina estava relutante com a orientação da mãe para ir embora junto com ela, pois queria ficar para cuidar da irmã que ainda precisaria passar mais uma noite recolhida.

Esse foi o último encontro com as meninas com a finalidade da pesquisa da dissertação, mas sem dúvidas voltarei mais vezes em que for convidada. Me senti acolhida desde o primeiro momento e sem contar das relações construídas com todas e todos da casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar a esta parte da dissertação traz um misto de emoções e lembranças da trajetória ao longo desses três anos de trabalho. Ingressar no mestrado não era apenas um sonho meu, mas um sonho coletivo, afinal, quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela (DAVIS, Angela, 2017). Ser a primeira da minha família materna composta por mulheres negras, a obter este título é revolucionário e espero poder abrir portas para nossas gerações futuras. A pandemia da *COVID-19* afetou a pesquisa em diversas formas e por isso, ter conseguido concluir essa etapa foi uma grande conquista.

O Candomblé é uma religião brasileira que resiste há mais de 300 anos. Recentemente, tivemos uma grande vitória com a homologação da *Lei 14.519/2023*, que institui o ‘Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé’, a ser comemorado anualmente no dia 21 de março, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ter essa data no calendário nacional nos dá visibilidade e esperanças para lutar por respeito.

Levando em consideração os conceitos de Azoilda Loretto da Trindade sobre os valores civilizatórios afro-brasileiros, podemos entender perfeitamente a organização e a essência do

Candomblé. Para a autora, esses valores são compostos por: *Circularidade*, que fazemos no xirê; *Religiosidade*; *Corporeidade*, onde encontramos nas danças dos Orixás; *Musicalidade*, nos ritmos dos atabaques e demais instrumentos que compõem a orquestra do xirê; *Cooperativismo/ Comunitarismo* pilar fundamental, pois a religião não se vive de forma individual, precisamos dos nossos irmãos para nos ajudar nas funções, a tomar conta das nossas crianças, colaborar financeiramente e o apoio religioso; *Ancestralidade*, nada mais do que cultivar nossos Orixás e respeitar quem esteve antes de nós com seus saberes; *Memória*; *Ludicidade*, presente nas partes visuais e sensoriais existentes; *Energia vital (axé)*, nossa essência e força; *Oralidade*, saber ancestral que perpetua até hoje nos ensinamentos do Candomblé.

Este trabalho teve como objetivo mergulhar no universo do Candomblé e compreender sobre as funções religiosas vividas por uma ekedji, que muitas das vezes estão nos bastidores das funções servindo aos Orixás e cuidando da comunidade e não possuem a visibilidade merecida. Para nós do Candomblé, é precioso o saber ouvir. A equede pratica esse exercício diariamente porque somos mãe. Uma de nossas funções é escutar o que as pessoas têm a dizer. Se uma mãe não ouve seu filho, quem vai ouvir? (BRANDÃO, Gersonice. 2016). Conciliar a vida acadêmica com os compromissos religiosos é um desafio o qual a academia não está ciente dos fatos.

Quanto à proposta metodológica, fazer o levantamento do estado da arte sobre a temática foi fundamental para notarmos o ineditismo da pesquisa e contribuir para futuros estudos. Houve também, a preocupação em trazer um breve conceito histórico sobre a história do Candomblé, por entendermos que possam ter leitores leigos sobre a religião, para poder compreender sobre esse grupo de mulheres citadas.

Quando ganhei meu cargo aos nove anos e quis fazer minha confirmação o quanto antes, não mensurava a responsabilidade atrelada a isso. Hoje, entendo a decisão da minha mãe de ter optado por esperar meu momento, mesmo que naquela época para mim não fazia sentido. Estar com as meninas e observá-las, demonstrou como as crianças são potentes e precisam ser ouvidas e respeitadas. O fato da ekedji Lara d'Oxóssi ser confirmada, observei que ela tinha muito mais atribuições comparado a ekedji Lara de Nanã. Todavia, o amor e a felicidade de frequentarem o candomblé era em comum as meninas. Ao analisar os depoimentos delas, era notório o quanto elas gostavam do que faziam e tinham ciência de suas funções e sabiam distinguir a hora de brincar com o 'momento sério'. Portanto, de acordo com a hipótese levantada sobre a possibilidade de relacionar a responsabilidade com o desejo brincante, foi observado que as meninas desenvolviam tais atividades com sabedoria e a característica etária

não era um impedimento para exercerem seus cargos, somente o quesito de ter suas obrigações religiosas cumpridas.

O terreiro é uma comunidade, e por mais que meu olhar tinha como foco as ekedjis, não pude deixar de observar a casa como um todo. O espaço era muito harmônico e acolhedor. Tinham muitas crianças e jovens (que podem render outras pesquisas) que já eram iniciadas no Candomblé, outras já tinham cargo de ebomi e aquelas que ainda não deram início as obrigações. Entretanto, essas diferenças eram inexistentes quando brincavam de roda no meio do barracão, a escolha de quem iria tomar banho primeiro era através de ‘zero ou um’ e não por hierarquia. Não existia vaidade e distinção entre elas, somente o carinho e respeito.

Por mais que o capítulo induza para as considerações finais, entendo que meu trabalho não se encerra por aqui. Esta dissertação foi o início de uma jornada neste universo tão encantador. Talvez possa ter a continuidade no doutorado ou quem sabe no livro prometido as meninas. De qualquer forma, aprendi que essas crianças são uma fonte rica de saberes e que precisamos cada vez mais nos conectar com os pequenos.

Na entrevista feita com as meninas ekedji, teve uma pergunta que resolvi deixar nesta parte do texto. Perguntei as meninas se elas fossem dizer uma mensagem para uma criança que não conhecesse a religião, o que elas diriam?

LG: Eu ia falar ‘pra’ elas terem o respeito e saber que é uma religião que não tem nenhum mal. E para elas respeitarem. Se elas gostarem dessa religião e conhecer mais, se uma pessoa explicar para ela e se quiser frequentar, podem até frequentar. [...] E mesmo elas não conhecendo, deveriam ter o mínimo de respeito com essa religião.

LL: Eu ‘falava’, para ele não falar mal da nossa religião, porque isso é muito feio falar da nossa religião e ele não pode falar nada. E também eles falam que a nossa religião é do mal, mas a nossa religião não é do mau. É do bem.

Este depoimento me fez refletir muito sobre o que espero para o futuro dessas crianças. Durante a graduação, dediquei boa parte dos meus estudos para a temática racial, com ênfase nos currículos decoloniais. Estudar sobre infâncias foi mergulhar em uma nova linha de pesquisa e (re)aprender com esses seres que tem tanto a nos ensinar. Esta pesquisa tem um valor sentimental inenarrável e estar com as meninas, ouvi-las e observá-las foi como olhar para a Mariana de 20 anos atrás. Martin Luther King (1963) tinha um sonho em que "*ossos filhos não serão julgados pela cor de suas peles, mas pelo conteúdo de seu caráter*", acrescento

ainda, que sonho com o dia em que todas as crianças de terreiro poderão gritar aos quatro cantos o orgulho de serem do Candomblé sem precisarem ter medo de serem julgadas, discriminadas ou até mesmo agredidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Flavia Santos. OYÊ E BRINCADEIRA: RELAÇÕES DE HIERARQUIA E INFÂNCIA ENTRE CRIANÇAS FREQUENTADORAS DO CANDOMBLÉ' 01/03/2018. Mestrado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: Universidade Federal Da Bahia, Salvador

ANJOS, Juliane Olivia dos. As Joias de Oxum: as crianças na herança ancestral afro-brasileira. 2016. São Paulo. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

BARROS, José Flavio Pessoa. *Mito, Memória e História: A Música Sacra*, 2000.

_____. *O Banquete do Rei Olubajé*. Editora Pallas, 2006.

BARROSO, Gisele Nascimento. Educação e tradição de crianças e adolescentes praticantes de Candomblé Ketu, os Èwe do Ofá Kare. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação.

BRANCO, Jordanna Castelo; CORSINO, Patrícia. *Experiência do encontro na educação infantil: interações, brincadeiras e espaços*. Educação | Santa Maria | v. 45 |2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>

CAMPOS, Rafaely Karolynne do Nascimento. “Você é a aluna nova”: O adulto atípico na pesquisa etnográfica com crianças pequenas. RECC, Canoas, v. 27 n. 1, 01-11, mar., 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v27i1.8609>

CAPUTO, Stela Guedes, APRENDENDO YORUBÁ NAS REDES EDUCATIVAS DOS TERREIROS: história, culturas africanas e enfrentamento da intolerância nas escolas, Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 62 jul.-set. 2015

CARNEIRO, Érica Jorge. A infância afrodescendente: iniciação e socialização religiosas em um terreiro de candomblé jeje-nagô. 2018. Tese (doutorado) - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - UFABC. Santo André - São Paulo

CORSARO, W.. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, maio/ago. 2005.

CIRNE, A. Movimento negro, racismo religioso e multiculturalismo. In: Racismo religioso em escolas da Bahia: autoafirmação e inclusão de crianças e jovens de terreiro [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2020, pp. 49-59. Transfluência series. ISBN: 978-65-86213-16-4. <https://doi.org/10.7476/9786586213294.0004>.

DOS SANTOS, Jaqueline Sant’Ana Martins. “Mulheres de santo”: gênero e liderança feminina no candomblé, 2018.

EVANGELISTA, Daniele Ferreira. A pessoa é para o que nasce: um estudo sobre mudança de status e relações de poder no candomblé. 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009

_____. *Becos da Memória*. 200p. Rio de Janeiro: Pallas

FALCÃO, Christiane Rocha. A IDADE DO SANTO. CRIANÇAS E AUTORIDADE RITUAL NO CANDOMBLÉ. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 27, n. 60, p. 379-403, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000200013>

GUEDES, Maristela Gomes de Souza. Educação nos terreiros e como a escola dialoga com crianças que praticam candomblé' 01/07/2005 235 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central

GOMES, N. L. *A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/2003*. In: Moreira, A. F.; Candau, V. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 67-89.

_____. *Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003

GONCALVES, Maria Alice Rezende. A BRINCADEIRA NO TERREIRO DE OXOSSÍ: UM ESTUDO SOBRE A VIDA LUDICA DE UMA COMUNIDADE DE CANDOMBLE DO GRANDE RIO.' 01/12/1990 259 f. Mestrado em SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARTINS, Filipe Rodrigues. Educação Ambiental e Candomblé: afroreligiosidade como consciência ambiental. *Paralellus*, Recife, v. 6, n. 12, p. 265-278, jan./jun. 2015.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MORI, Verônica Yurika; AMORIM, Cleyde Rodrigues, **CONTRA O EUROCENTRISMO**: possibilidades de valorização da diversidade étnica e sócio-cultural no contexto escolar, *Cadernos do LEME*, Campina Grande, vol. 3, nº 1, p. 106 – 122. jan./jun. 2011.

NOGUERA, Renato. O PODER DA INFÂNCIA: espiritualidade e política em afroperspectiva, *Momento: diálogos em educação*, E-ISSN 2316-3100, v. 28, n. 1, p. 127-142, jan./abr., 2019

OLIVEIRA, Amurabi; DE ALMIRANTE, Kleverton Arthur, **APRENDENDO COM O AXÉ**: processos educativos no terreiro e o que as crianças pensam sobre ele e a escola, v. 16, n. 1, p. 139-174, jan./jul. 2014

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

QUINTANA, Eduardo. A RELAÇÃO ESCOLA-TERREIRO NA PERSPECTIVA DE FAMÍLIAS CANDOMBLECISTAS. 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt21_2578_texto.pdf

RIBEIRO, Adele Cristiane dos Reis Generoso. Brincando com os orixás: ser criança no candomblé. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

RODRIGUES, Maxsuel Quenil Pimentel. A infância candomblecista: Os aprendizados construídos pelas crianças no Terreiro Ilé Axé Igbá Omi. 2021. 94f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021

SARMENTO, M.J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: _____. (Org.). As crianças contexto e identidades. Braga: Universidade do Minho, 1997. p.9-30.

SALGADO, Raquel Gonçalves; SOUZA, Leonardo Lemos; WILLMS, Elni Elisa. Periódicus, Salvador, n. 9, v. 1, maio-out. 2018 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades. Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. ISSN: 2358-0844 – Endereço: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>

SILVA, George da Hora. No tempo de finado: conflito geracional, poder e mando em um candomblé de Salvador. 2019. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Universidade Federal da Bahia.

SOARES, Mailson de Moraes. ENTRE O BARULHO E O SILÊNCIO SE FAZ A SABEDORIA... SALVE, D. MARIA PADILHA: na barra de sua saia o saber girante de uma educação que canta Belém – Pará 2020' 31/08/2020 100 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Paulo Freire do CCSE

SOUZA, Ellen de Lima. Experiências de infâncias com produções de culturas no Ilê Axé Omo Oxé Ibá Latam / Ellen de Lima Souza. 2016 - Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos

TORRES, Marcos Antonio Cunha. O Silenciar dos Atabaques: trajetória do candomblé de ketu em Goiânia. 2009. 131 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.

Dados oficiais da COVID-19. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso: fev.23